

### MESA DIRETORA

**JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE**

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAIS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

**Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos**

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

**Comissão de Ética Parlamentar**

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro  
*Suplentes:*  
1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

**Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle**

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

**Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde**

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

**Comissão de Defesa do Consumidor**

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

**Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social**

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

**Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural**

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias**

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

**Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas**

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

**Comissão de Indústria, Comércio e Turismo**

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro

**Comissão de Viação, Transportes e Obras**

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

**Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul**

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
**Telefone:** (95) 3623-6665 | **E-mail:** docgeralale@gmail.com

**DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS**  
**Gerente de Documentação Geral**

**CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA**  
**Diagramação**

#### Atos Administrativos

- Resoluções de Afastamento nº 379 a 381/2015 02
- Errata da Resolução nº 370/2015 02

#### Atos Legislativos

- Substitutivo ao Projeto de Lei nº 050/2015 02
- Proposta de Moção nº 019/2015 02
- Requerimentos nº 064 e 065/2015 03
- Indicação nº 162/2015 03
- Ata da 2431ª Sessão Ordinária - Sucinta 03
- Ata da 2422ª Sessão Ordinária - Íntegra 04
- Ata da Sessão Especial Solene - Ministro Henrique Ricardo Levandowski 10
- Ata de Audiência Pública - Comissão do Senado - PLC nº 030/2015 12
- Ata da 1ª Reunião do Parlamento Amazônico 25

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº 379/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GEORGE DA SILVA DE MELO** para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 16.09 a 20.09.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de Setembro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 380/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Presidente **JALSER RENIER PADILHA** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 15.09 a 19.09.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de Setembro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 381/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ RIBAMAR DE ARAUJO BARBOSA** para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 16.09 a 20.09.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de Setembro de 2015

**Deputado GERSON CHAGAS**

**Presidente em exercício**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**TORNAR SEM EFEITO** a Errata da Resolução Nº 370/2015, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 2131, de 11 de setembro do ano em curso.

**ERRATA A RESOLUÇÃO DE AFASTAMENTO**

Retificamos a Resolução Nº 370/2015 publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no dia 03 de Setembro do ano em curso, Edição Nº 2126, que autorizou o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES**.

**Onde se lê:** no período de 13.09 a 17.09.2015

**Leia-se:** no período de 23.09 a 27.09.2015

Palácio Antônio Martins, 17 de Setembro de 2015

**Deputado GERSON CHAGAS**

**Presidente em exercício**

**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETO DE LEI**
**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 050/15**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do tipo sanguíneo e fator RH nas cédulas de identidade emitidas no Estado de Roraima.**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Assembleia Legislativa aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - As cédulas de identidade emitidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, a partir de 12 de janeiro de 2016, conterão em seu corpo o tipo sanguíneo e o fator RH de seu titular.

Art. 2º - Os portadores de diabetes poderão requerer, mediante apresentação de laudo médico, a inclusão da informação "**Portador de diabetes tipo** \_\_\_" no corpo dos documentos de identificação especificados no artigo anterior, estando o órgão responsável pela emissão obrigado a incluir a informação de

forma precisa e legível.

Art. 3º - As maternidades, unidades de saúde, hospitais e clínicas, públicas e privadas, que emitam a Declaração de Nascido Vivo, para efeito de registro de nascimento perante o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, ficam obrigadas a informar a tipagem sanguínea e o fator RH do recém-nascido, juntamente com os demais elementos identificadores do nascimento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antonio Martins, setembro de 2015.

**MASAMY EDA**

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a inserção dos dados do tipo sanguíneo e fator RH do titular no corpo das cédulas de identificação civil, expedidas no Estado de Roraima, no intuito de viabilizar e tornar mais ágeis e seguros os atendimentos de urgência realizados em vítimas de acidentes, uma vez que proporcionará aos socorristas o conhecimento da tipagem sanguínea da vítima de forma rápida, fácil e segura.

No mesmo sentido, é fato que grande parte da população desconhece a sua tipagem sanguínea, fato que dificulta não somente os atendimentos de emergência, quando demandam transfusão de sangue, mas também o alistamento de doadores de determinado grupo sanguíneo.

Por fim, a inclusão da informação acerca dos portadores de diabetes prevenirá e evitará complicações advindas do uso inadequado de medicamento em pacientes que tenham qualquer tipo de intolerância em decorrência da enfermidade.

Ante o exposto, apresento o presente projeto de lei para que seja apreciado pelos demais deputados integrantes deste parlamento.

Boa Vista — RR, setembro de 2015

**MASAMY EDA**

Deputado Estadual

**PROPOSTA DE MOÇÕES**
**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 019/2015**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento, no dia 11 de setembro tio corrente, do **Drº Hélio Silva Rosário** de Macedo, ocorrido no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, vem, de público, apresentar sentimentos de pesar aos familiares, **esposa e amigos**. O **Drº Hélio Silva Rosário de Macêdo** prestou por mais de 40 anos excelente trabalho como anestesiológico em hospitais públicos e privados.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela Providência Divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 15 de setembro de 2015.

**AURELINA MEDEIROS**

Deputada Estadual

**ÂNGELA ÁGUIDA PORTELA**

Deputada Estadual

## REQUERIMENTOS

### REQUERIMENTO Nº 064/2015

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 31, §2º, da Constituição Estadual combinado com artigo 45, do Regimento Interno, considerando denúncia de supostas irregularidades nas contas do FUNDEB, feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima — SINTER, considerando ainda expediente encaminhado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que comunica a ordenação de despesa indevida por parte da Secretária de Estado da Educação e Desportos, uma vez que a Gestora estaria impedida por força de decisão daquela Corte, **REQUEREM** a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, apurar possíveis irregularidades nos procedimentos supracitados.

Sala de Sessões, 15 de setembro de 2015.

<b>ÂNGELA ÁGUIDA PORTELA</b> Deputada Estadual	<b>CORONEL CHAGAS</b> Deputado Estadual
<b>CHICO GUERRA</b> Deputado Estadual	<b>DHIEGO COELHO</b> Deputado Estadual
<b>FRANCISCO MOZART</b> Deputado Estadual	<b>GEORGE MELO</b> Deputado Estadual
<b>IZAIAS MAIA</b> Deputado Estadual	<b>JÂNIO XINGU</b> Deputado Estadual
<b>JORGE EVERTON</b> Deputado Estadual	<b>LENIR RODRIGUES</b> Deputado Estadual
<b>MARCELO CABRAL</b> Deputado Estadual	<b>MASAMY EDA</b> Deputado Estadual
<b>NALDO DA LOTERIA</b> Deputado Estadual	<b>ZÉ GALETO</b> Deputado Estadual

### REQUERIMENTO Nº 065/2015

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **JALSERRENIER**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima  
Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, em conformidade com o art. 31, §2º da Constituição Estadual c/c art. 45, do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, para análise e apuração dos fatos constantes nos documentos anexos, ocorridos no período de 2011-2014 na Secretaria Estadual de Educação e Desportos do Estado de Roraima, conforme descritos abaixo:

- Processos nº 10886/11/09 (exercício de 2014/13);0073/2012; 3307/07 e Processo nº 4132/12-83, que tem como objeto a contratação de empresas especializadas no serviço de Transporte Escolar, com dívidas que ultrapassam RS 11.000.000, 00 (onze milhões de reais) tendo como empresas credoras, dentre outras:

- ANTONIO SANTOS OLIVEIRA ME;
- A.F DE MORAES;
- A.R SIQUEIRA ME;
- BASILIO CONSTRUÇÕES E SERV. LTDA;
- BASILIO&BASILIO LTDA-ME;
- C.T.S COLONIZAÇÃO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA;
- COSTA & DINO SERVIÇOS LTDA;
- DINAMICA DE EMPREDIMENTOS TURISTICOS LTDA;
- DIAMOND TOURS TRANSPORTES
- ESTRELA DO NORTE TRANSPORTES COM. E SERVIÇOS LTDA
- E.F SERVIÇOS E COM. LTDA
- F.V DE MARTOS —ME

- Processo nº 011829/2011; que tem como objeto a contratação de empresa especializada no serviço de Merenda Escolar, totalizando um contrato de RS 20.736,971, 50 (vinte milhões, setecentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta reais), referente à contratação de apenas de 12 (doze) itens de gêneros alimentícios tendo como única empresa credora:

- MEGAFOODS ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA;

- Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para Reformas de Escolas, NÃO CUMPRIDOS, feitos entre a Secretaria de Educação e Despostos e Ministério Público Estadual na gestão anterior, ou seja, período de 2012/2014;

- Obras inacabadas em Escolas Estaduais, na gestão 2011/2014, impedindo repasse de novos recursos, conforme documento

em anexo, tendo como exemplo, Capacitação, formação de Professores e Equipamentos Mobiliários e escolares no valor de RS 6.534,062, 02(seis milhões quinhentos e trinta e quatro mil sessenta e dois reais e dois centavos);

- Contratação de Empresa de Limpeza Escolar, sem material de limpeza no valor de RS 37.573.524,00(trinta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil e quinhentos e vinte e quatro reais), tendo como empresas credoras:

- SAN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;
- ÁGUA VIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
- IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMETA LTDA;
- GILCE O. PINTO;
- HAILPLAN CONSTRUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;
- LIDAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

- Anulação de despesas empenhadas e liquidadas do FUNDEB relativas ao exercício de 2014, que totalizam o montante de RS 4.624,028, 31(quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, vinte e oito reais e trinta e um centavos).

Sala das Sessões, 15 de Setembro de 2015.

Deputados	
<b>Brito Bezerra</b>	<b>Oleno Matos</b>
<b>Odilon Filho</b>	<b>Soldado Sampaio</b>
<b>Gabriel Picanço</b>	<b>Valdenir Ferreira</b>
<b>Mecias de Jesus</b>	<b>Evangelista Siqueira</b>
<b>Aurelina Medeiros</b>	

## INDICAÇÕES

### INDICAÇÃO Nº 162/2015

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ROTA OU ADITIVO DE ROTA PARA ATENDER OS ALUNOS DA VICINAL 13-A PROJETO DE ASSENTAMENTO SERINGUEIRA QUE ESTUDAM NA ESCOLA ESTADUAL BARBOSA DE ALENCA LOCALIZADA NA VILA SAO JOSE - BR432- KM 20-CONFIANCA III, - RR 170 NO MUNICIPIO DE CANTÁ.**

### JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Barbosa de Alenca, localizada na Vila São José — BR432 — km 20 confiança III — RR 170, município de Cantá-RR, atende a estimativa de 125 alunos matriculados, que moram nas redondezas. A rota do transporte escolar atual não supre a necessidade existente, pois não chega até os alunos da vicinal 13A. Esta situação em que se encontram os alunos é inadmissível, uma vez que precisam buscar meios para chegar à escola, sofrendo com isso danos à aprendizagem e ao desenvolvimento intelectual. Para que a situação não se agrave ainda mais se faz necessário uma ação urgente deste governo no sentido de sanar esta dificuldade.

Por essa razão, se faz necessária a implantação de uma rota ou aditivo de rota para a vicinal 13-A. Este é o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2015.

**EVANGELISTA SIQUEIRA**  
Deputado Estadual – PT/RR

## ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima trigésima primeira Sessão Ordinária do quinquagésimo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, a verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor

Segundo-Secretário, Deputado **Izaias Maia**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Substitutivo ao Projeto de Lei nº 050 de 15/09/15, do Deputado Masamy Eda, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do tipo sanguíneo e fator RH nas Cédulas de Identidade emitidas no Estado de Roraima”. Proposta de Moção de Pesar s/nº de 15/09/15, de autoria das Deputadas Aurelina Medeiros e Angela A. Portella, pelo falecimento do Doutor Hélio Silva Rosário de Macêdo, ocorrido dia 11 de setembro do corrente, no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. O Senhor Presidente registrou a presença nesta Casa do prefeito de Rorainópolis, Senhor Adilson do Asa; do ex-prefeito do Bonfim, Senhor Rômeo e do atual vice-prefeito do Bonfim, Senhor Jonas Chagas. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, da Proposta de Moção de Pesar nº 019/15 aos familiares do Doutor Hélio Silva Rosário de Macedo; e da Proposta de Moção de Pesar nº 020/15, de autoria de vários Deputados, aos familiares do Senhor Carlos Augusto Vasconcelos de Lima. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto pudessem deliberar sobre as matérias constantes na Ordem do Dia. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro-Secretário, proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 019/15. Colocada em discussão e votação simbólica, a matéria foi aprovada. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 020/15. Colocada em discussão e votação simbólica, a matéria foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Jorge Everton** solicitou à Mesa Diretora, agilidade na formação da Comissão que irá analisar a denúncia do Ministério Público de Contas, contra a Governadora do Estado de Roraima e a Secretária-Chefe da Casa Civil pela prática de crime de responsabilidade. De acordo com o Senhor Deputados, apesar de ter sido dado o prazo regimental de 72 horas para que os líderes partidários indicassem os nomes para a composição da comissão, a lei versa em 48 horas, e caso os líderes não apresentem os nomes, torna-se necessário a eleição entre os 24 Deputados para completar a comissão e dar prosseguimento aos trabalhos. O Senhor Deputado **Chico Guerra** solicitou da Mesa Diretora maiores informações sobre o objetivo da criação da Comissão Especial. O Senhor Presidente **Coronel Chagas** informou ao Deputado Chico Guerra que a Comissão será criada para analisar o Ofício do Ministério Público de Contas contra a Governadora do Estado e a Chefe da Casa Civil por indícios de crimes de responsabilidade. Em seguida, informou que a Mesa Diretora está aguardando dos líderes do G14, G6 e G3, a indicação dos nomes para compor a comissão. Lembrando que o G14, devido à proporcionalidade, tem direito a indicar 4 Deputados, o G6: 2 e o G3: 1. Finalizou, dizendo que, após a aprovação dos nomes, a Comissão deverá se reunir para apurar se procede ou não a denúncia. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** informou que como líder do bloco G3, foi oficializado sobre a indicação dos nomes para compor essa Comissão e irá cumprir o prazo regimental no tempo hábil para dar prosseguimento aos trabalhos. O Senhor Presidente esclareceu que qualquer proposição que der entrada nesta Casa necessita preencher os requisitos para que, posteriormente, os trabalhos não sejam interrompidos através de mandato de segurança. Finalizou dizendo que o Poder Legislativo está cumprindo os trâmites com observância às leis, não será omissivo e sempre esteve de portas abertas para qualquer segmento da sociedade que queira buscar os seus direitos. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 17 de setembro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Aprovada em: 17/09/2015

## ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2422ª SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 2015.  
50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e

quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima vigésima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

### RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 36, de 25/08/15, encaminhando para apreciação desta Casa o Projeto de Lei que “institui o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de Roraima”, denominado “Nota Fiscal Roraimense”.

### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 166, de 24/08/15, da Deputada Lenir Rodrigues, comunicando a sua ausência nas Sessões Plenárias nos dias 25, 26 e 27 de agosto do corrente ano;

- Projeto de Lei s/nº, de 24/08/15, dos Deputados Oleno Matos e Brito Bezerra, que institui o Dia Estadual do Administrador, no Estado de Roraima;

- Requerimento nº 061/15, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 06/15, alterada pela Resolução nº 015/15, requerendo prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa com finalidade de acompanhar e analisar, junto ao Poder Executivo, possíveis irregularidades no Programa Crédito Social, suspenso por noventa dias por meio do Decreto 18276-E, de 09 de janeiro de 2015.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – (procede à chamada).

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom-dia, Senhor Presidente, caros colegas desta Casa, nós ocupamos a Tribuna hoje, vamos ser bastante rápidos, para trazer informações, fruto da nossa participação, Deputado Chico Guerra, na reunião de colegiados de Presidentes das Assembleias Legislativas, que aconteceu na segunda-feira, em São Paulo, onde estivemos representando o nosso Presidente, Deputado Jalser Renier, acompanhados também dos Deputados Lenir Rodrigues, Jorge Everton e Gabriel Picanço. Além da reunião do colegiado, nós tínhamos naquele dia, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, um seminário sobre o Pacto Federativo. Cabe-me, agora, trazer as informações de interesse de todas as Assembleias Legislativas sobre temas tratados naquela reunião. A reunião aconteceu às 10 horas da manhã, principalmente com os presidentes das Assembleias. Deputado Chico Guerra, o objeto dessa reunião era tratar das competências de legislar dos Deputados Estaduais. E em pauta constava a Proposta de Emenda à Constituição Federal, nº 047, que está tramitando no Senado Federal, fruto de uma proposição feita pelo colegiado de presidentes de 2012, quando Vossa Excelência, Deputado Chico Guerra, era o Presidente da Assembleia, consta sua assinatura nessa proposição do colegiado. Essa PEC estava parada no Senado em razão da mobilização do colegiado dos Presidentes da UNALE, junto ao relator. A PEC, efetivamente, está andando. O relator, Senador Antônio Anastasia, presente na reunião, anunciou o seu posicionamento favorável a essa proposição. Dentre os dispositivos que se pretende alterar, através dessa PEC, estão matérias que atualmente são de competência privativa da União, possíveis a passarem, algumas delas, para competência dos Estados.

Nessa reunião, Senhor Presidente, ficou acordado entre os presidentes de Assembleias, que estavam presentes, mais de 90% das Assembleias do país estavam representados naquela reunião, que haverá uma grande mobilização nacional das Assembleias no 14 de outubro,

uma marcha ao Senado Federal, no dia 14, para fazer um pedido ao Presidente do Senado para que ele pautar a votação dessa PEC. O parecer do relator Antônio Anastasia já está pronto e ele está agora tentando colocar em pauta para a votação.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez, informou que levará os 94 Deputados de sua Assembleia para Brasília para fazer força junto ao Congresso Nacional para que haja essa votação.

É importante destacar que estiveram presentes nessa reunião em São Paulo, não só o Senador Antônio Anastasia, mas também o Senador José Serra e o Senador Aluísio Nunes, além do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, outros Deputados Federais de outros Estados. Também o Deputado Roberto Freire. O vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França, prestigiando esse evento.

Nessa mesma reunião, Deputado Chico Guerra, Deputado Jalser Renier, foi feita a eleição do novo presidente do colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas, tendo sido eleito o Deputado Fernando Capez, da Assembleia Legislativa de São Paulo, que possa dirigir os destinos do colegiado de Presidentes, como vice-presidente, a Deputada Celina Leão, que é a presidente da Câmara Distrital do Distrito Federal.

Então, Senhor Presidente, nós tivemos também na parte da tarde, durante o Seminário sobre o Pacto Federativo, uma palestra do Senador Antônio Anastasia, do Deputado Eduardo Cunha e também a participação muito importante no debate do Senador Aluísio Nunes e do Senador José Serra. Foi um momento importante para nos informarmos e trazermos detalhes sobre o que está acontecendo, em termos de mobilização das Assembleias Legislativas em todo o país.

Concedo um aparte ao Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom-dia a todos. Senhor Presidente, eu pedi um aparte para avisar a Vossa Excelência do tamanho da importância de estarmos todos, 100% desta Casa Legislativa, no dia 14/10, em Brasília. O que o Deputado Coronel Chagas está falando é de uma importância muito grande para os municípios e para os estados brasileiros. A Constituição de 1988 permitiu que as Assembleias Legislativas pudessem legislar sobre matérias concorrentes com a união. Mas infelizmente, existe um parágrafo que define que, quando a União cria regras gerais não pode mais ser feito por Assembleias Legislativas. E a União tem feito isso, constantemente, se apoderando desse instrumento e tem esvaziado o Poder Legislativo das Assembleias. E essa discussão será essa retomada, porque o Congresso Nacional tem emperrado votações, têm deixado matérias travando pauta. Não consegue dar andamento. Enquanto que as Assembleias Legislativas poderiam fazer esse trabalho pelo mesmo custo, que é pago hoje para a manutenção de todas as Assembleias, além da questão do repasse da União. Nós somos estados federados, mas a concentração, inclusive, hoje, no Bom-dia Brasil, foi discutido que a concentração de recursos está na União, mas a população mora nos municípios e nos estados.

Então, Senhor Presidente, eu gostaria muito que Vossa Excelência pudesse ativamente participar pessoalmente, com toda a bancada de Roraima, porque todos os Deputados, de 1050 Deputados do Brasil, estarão no Congresso Nacional para pleitear que a PEC saia do papel e entre em votação. É importante para a população dos municípios e dos estados. Parabênico e agradeço ao Deputado Coronel Chagas pelo aparte. Obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado pela sua participação, Deputado Jorge Everton. Realmente, será um momento histórico essa mobilização das Assembleias Legislativas em nosso país.

Senhor Presidente, na oportunidade da reunião do colegiado de Presidentes, nós pedimos a palavra e relatamos a situação fundiária de nosso Estado. Nós estávamos lá para discutir a questão do Pacto Federativo, além das competências das Assembleias Legislativas. E quando se fala em rediscutir o pacto é buscar resolver questões, principalmente, relacionadas a questões dos recursos. Como falou o Deputado Jorge Everton, a União arrecada impostos e fica hoje com mais de 70% dos recursos, entretanto, mais de 70% das responsabilidades de saúde, educação e outras áreas ela repassou para os estados e municípios. Então, há uma inversão de valores, ela fica com os recursos, e passa a responsabilidade para os estados e municípios.

Então, nós estamos discutindo que se rediscuta esse pacto. O que é o pacto federativo? É um conjunto de leis da Constituição e leis intraconstitucionais que estabeleçam essas relações. Mas, mesmo o pacto federativo em vigor, o Governo Federal não está cumprindo, eu falei na reunião de colegiados. Nós, o Estado de Roraima, após a

sua transformação Estado com o advento da Constituição Federal de 88 e a sua consolidação com a posse do primeiro Governador eleito, que foi Ottomar de Souza Pinto, nós falávamos: A União deveria passar as terras para o estado de Roraima e existe, inclusive, uma lei aprovada. Lei de autoria da então Senadora Marluce Pinto, estabelecendo isso. Então, tudo isso está dentro do que chamamos de Pacto Federativo, e que a União não cumpre. Ela, para repassar alguma pedaço de terra para o domínio do Estado e municípios, coloca uma série de condicionantes, eu falava que entre essas condicionantes é criar mais e mais parques nacionais, e acrescente que Roraima já está com 88% da sua área comprometida com essas questões.

Solicitei ao colegiado de presidentes que esse tema fizesse também parte da PEC 47. Após isso, outros Estados também trouxeram suas demandas. Neste aspecto, o presidente do colegiado informou do receio de colocar mais dispositivos, e isso emperrar a tramitação da PEC 47.

Então, eu vejo que seria importante para nós mobilizarmos, Deputado Jalser Renier, a nossa bancada federal: o Senador Romero Jucá e outros Senadores, Deputados Federais para que eles desenvolvessem uma gestão junto ao Senador Antônio Anastasia, que é o relator da PEC 47, e nós colocaríamos lá, por exemplo, onde está competência privativa da União para legislar, no tocante às questões indígenas e questões ambientais de criação de parques e mais terras indígenas, competência privativa da União, ouvidas as Assembleias Legislativas dos respectivos Estados. Eu acho que uma emenda com essa redação, já colocaria um freio nessas questões e passaria para a Assembleia Legislativa a decisão de autorizar ou não alguma criação de demarcação de terras indígenas ou parques nacionais. E repito, aqui, não somos contra isso, pelo contrário, nós roraimenses defendemos e muito essas bandeiras. Tanto é, Deputados Lenir e Naldo que sabem bem que Roraima já da uma contribuição significativa a esses sistemas que são tão caros, não só para o Brasil, mas para toda humanidade, quanto à questão do meio ambiente, a proteção da nossa biodiversidade e também da cultura indígena, cuja importância e valor heche. Mas nós já damos a nossa contribuição, e o que nós queremos é garantir também que o Estado também se desenvolva, através do seu setor produtivo.

Então, fica a sugestão, Senhor Presidente, de nós envidarmos esforços para mobilizarmos nossa bancada, quanto antes possível, para que no dia 14 de outubro, quando vai haver essa mobilização, estejamos preparados quanto a gestões, e a gente, a Assembleia Legislativa vá liderada por Vossa Excelência, Deputado Jalser, pedir uma audiência com o Senador Anastasia, através do apoio da nossa bancada federal, com o apoio do Parlamento Amazônico, também da própria UNALE, que estava lá presente, solicitando colocar essa emenda ao Senador Anastasia. Finalmente, encerrando, como Vossa Excelência já adiantou, vamos envidar todos os esforços para que a Assembleia Legislativa se faça presente também no dia 14 para juntos reunir força com os coirmãos, com os colegas de todas as Assembleias do País. Vai ser um momento histórico porque nunca neste país houve um movimento dessa envergadura. Já teve machas de vereadores, de Prefeitos a Brasília, mas de Deputados Estaduais na articulação, na mobilização nunca houve antes, como está acontecendo agora. Acredito que nós de Roraima deveremos estar presentes e fazermos parte desse momento histórico.

Então, era isso, Senhor Presidente. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Obrigado, Deputado Chagas, registro e informo também aos Senhores Deputados que esta Presidência já manteve contato com o Presidente do Parlamento Amazônico, Deputado Sinésio, informando ser muito provável, que esta Assembleia faça uma visita institucional à Presidência da Assembleia do Estado do Amazonas, bem como aos seus 24 Deputados Estaduais, a partir da próxima semana, com a intenção de fazer valer o apelo que foi proclamado em plenário. Estamos aguardando o envio de solicitação de Audiência Pública com a Presidente da República sobre o tema que for tratado será exatamente o tema que foi abordado nesta Casa, através do Parlamento Amazônico. Todavia como haverá uma grande concentração de Parlamentares no Congresso Nacional, com base na intenção de apresentar uma PEC, que será recebido pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo Presidente da Câmara Eduardo Cunha. A nossa intenção é que o bolo já vá pronto, através do nosso Parlamento Amazônico, em forma de uma proposta constitucional, que nós coloquemos na medida em que se aplicará, através de uma proposta da bancada brasileira, dos Deputados Estaduais um quinto item que fala exatamente sobre as demarcações em áreas indígenas no Brasil, para elas ficarem expressas, salvo ouvindo os poderes legislativos dos Estados. Na verdade, essa é uma medida que ampara todos os Estados que se encontram com dificuldades semelhantes com as da Assembleia

Legislativa. Por essa razão, nós queremos evoluir para fazer uma visita institucional na próxima semana, bem provável, dependendo da agenda do presidente da Assembleia de lá, bem como de todos os Deputados Estaduais, e aí será uma ação da Assembleia Legislativa com todos os seus Parlamentares.

Para usar a Tribuna, convido o Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom-dia, Senhor Presidente, Parlamentares em geral. Só preciso de cinco minutos.

Somente para destacar várias manifestações na nossa cidade contra o Governo do Estado. Quero dizer o que falei na televisão, vou repetir aqui. Vejo uma licitação do Governo do Estado de quase 400 mil reais, enquanto o próprio governo diz que não tem dinheiro, que está apereado, alguma coisa mais. Olha, se você não tem dinheiro, como é que você autoriza uma licitação que era de 500 e poucos mil reais, depois criaram vergonha, baixou para 300 e pouco. E o que chama a atenção é uma licitação para um buffet, comida especial nos eventos do Governo do Estado, e um dos pratos é o salmão ao whisky. Brincadeira isso! Porque ao mesmo tempo que eu digo que a miséria toma conta do meu Estado, onde a saúde está capenga, onde a educação explode em greve e eu autorizo uma licitação que inicialmente era de quase 500 mil reais e baixou para 300 e poucos mil para eventos importante, para que sejam fornecidos pratos especiais: lagosta, salmão ao whisky, cerveja, e não sei mais o quê, esse negocio de rico. Acho isso uma vergonha. Nosso povo deve ser respeitado. Vou ler na íntegra a licitação, também hoje à noite vou ler no Barra Pesada para sociedade tomar conhecimento sobre a situação ou você tem crise, ou você não tem crise. Se você está em crise, que falta até medicamento, os quatrocentos reais de medicamento daria uma ajuda em alguns postos de saúde, no hospital geral, por exemplo, a situação é capenga, porque, por motivo de saúde lá fiquei, lá comi uma maçã podre, é um desrespeito total para com o nosso povo. Acho que estão brincando de governar o Estado de Roraima, e está decidido, licitação de quase 500 mil, o grande salmão, whisky, lagosta, e não sei o quê. Falo em nome do nosso povo, volto a dizer que saúde, educação, segurança e muitas coisas a desejar. Por exemplo: Ronda no Bairro que tinha sessentas e poucas viaturas, parece que esta com 15, enquanto a marginalidade toma conta da nossa capital e também do interior, as autoridades do governo de Roraima estão preocupadas com o buffet a ser servido nos eventos que venham acontecer. Antes da licitação do Buffet, seria mais importante que tivesse a responsabilidade de colocar medicamento no Hospital Geral e de dar um atendimento digno para nosso povo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, cidadãos aqui presentes e aos telespectadores que acompanham a Sessão ao vivo, através da TV ALE, meu bom-dia.

Senhor Presidente, venho à Tribuna desta Casa pedir apoio desta Casa junto ao Governo do Estado, sobre duas indicações perante o Governo do Estado. E também pedido especial junto à Mesa Diretora da Assembléia em apoio ao PROERD, programa da polícia militar que vai até as escolas capacitar, informar e preparar os nossos alunos a se afastarem das drogas. É uma bela iniciativa do PROERD no Estado de Roraima. Portanto, a iniciativa como esta, Deputado Chagas precisa ser valorizada e reconhecida no dia a dia. O PROERD é o programa que foi copiado de um programa implantado nos Estados Unidos em 1992. Foi no ano de 2000 que a polícia militar implantou o PROERD aqui no Estado de Roraima. E de lá pra cá, Senhoras e Senhores, são 15 anos de existência do PROERD através do qual já foram atendidas e capacitadas 72 mil crianças, levando informações necessárias quanto ao perigoso e maléfico contato com as drogas. Quantas crianças dessas o PROERD conseguiu, de vez, afastar das drogas e evitou a um mal maior, evitou que essa criança passasse a ser dependente das drogas ou cometer crimes maiores, e estar hoje superlotando ainda mais o sistema penitenciário. Então, são ações preventivas, como esta, merecem ser reconhecidas e valorizadas por parte do Estado. Depois que o indivíduo está na penitenciária preso, condenado, o custo chega a ser cinco vezes mais do que nós tratarmos esse cidadão, essa criança para não ter contanto e se afastar das drogas. O PROERD merece e deve ser reconhecido por toda sociedade roraimense, em especial, pela classe política. Eu estou preparando duas indicações ao governo do Estado, para que realize um convênio com o Governo Federal, SENASP, visando financiar até 700 mil reais para disponibilizar ao PROERD com equipamentos, estrutura, através do Governo Federal, para o Estado. Se atendido, o PROERD teria condições necessárias para avançar mais, em especial, estendendo sua atuação para o interior do Estado. O PROERD hoje faz um trabalho excelente, tanto na capital quanto no interior, embora com muitas limitações, não tem orçamento próprio, tem um coordenador e

oito instrutores, não tem sequer dentro da polícia militar nem dentro da secretária de segurança pública uma estrutura necessária para ser reconhecida e ser valorizado. E até por último, outra indicação nossa, foi retirado Conselho Antidrogas, estamos juntos à governadora pedindo a ela que volte a inserir o PROERD ao Conselho, não tem cabimento o PRPOERD ficar fora do Conselho que é tão importante, que discute as políticas públicas de antidrogas no Estado, como um todo.

São duas indicações: primeiro, que o governo estabeleça esse convênio com a União para trazer recursos, e também que coloque o PROERD no Conselho Antidrogas. E também pedi ao Comandante da Polícia Militar e Secretário de Segurança que possamos estruturar o PROERD e inseri-lo na estrutura para que realmente seja valorizado como deve ser e ter estruturas mínimas. E, para isso, precisaria aumentar, em especial, o efetivo de policiais. Hoje nós temos 25 instrutores capacitados, mas apenas oito estão de fatos no PROERD, ministrando aulas, de escola em escola, e são uns guerreiros, merecem tirarmos o chapéu a essas pessoas, porque eles metem a mão no bolso e com sua moto, sua gasolina, vão de escola em escola, com data show e cartilhas, das palestras e incentivam, e preparam de fato os alunos para se afastarem das drogas.

A outra ação, Deputado Jalser, eu estou preparando um documento à Mesa Diretora da Assembléia, com pedido de ajuda. O PROERD precisa muito de cartilhas, materiais informativos, estamos encaminhando à Mesa Diretora, solicitando à Assembléia inserir nesse processo material gráfico, com a logomarca da Assembléia, a logomarca da Comissão da Criança, Adolescente e da Família, ou seja, nós estaríamos dando nossa contribuição, imprimindo centenas ou milhares de cartilhas, panfletos, que o PROERD vai distribuir nos sinais e escolas. Outra iniciativa, Deputado Jalser, gostaria de pedir a Vossa Excelência, e parabenizá-lo pelo trabalho do Cine ALE, mas se pudéssemos montar o trailer de cinco, dez minutos, aí precisaria de todo apoio da estrutura da Assembléia: equipe de comunicação, as TVs, TV ALE, abriria um espaço para que o PROERD possa, através de uma programação de 15 minutos, tempo necessário para levar essa mensagem, exibida antes da apresentação do filme do Cine ALE, de grande importância para essas crianças se afastarem das drogas. Só a família que tem um dependente químico sabe o tanto que é doloroso, caro, ver seu parente, filho, enteado, seja qual o grau de parentesco se perdendo no mundo das drogas. Então, qualquer ação nesse sentido é importante. Nós fazemos uma emenda, Deputada Angela, com o apoio de Vossa Excelência na LDO, que até então, um dos mecanismos que o Estado alegava era de não poder ajudar as clínicas filantrópicas que de fato tem um trabalho excelente no Estado, como a Fazenda Esperança, Casa do PAI, Agapão e outras. Então, o Estado não pode ajudar porque não tem mecanismo legal para estabelecer esse convênio, fizemos uma Emenda na LDO no início do segundo semestre, quando foi aprovada. Esperamos, pois que a gente possa amarrar mais isso na LOA e que possamos criar mecanismos legais para que o SETRABES, governo do Estado, como um todo, possa fazer esse convênio com as comunidades terapêuticas para recuperar esses jovens, adolescentes que caíram no mundo das drogas. Mas, o nosso foco aqui é prevenir, é evitar que outros, de fato, tenham acesso às drogas. Então, quero aqui pedir o apoio da Mesa Diretora para que venha nos ajudar, pois me comprometi a entregar, ainda, esta semana, nas mãos do Presidente o ofício com o pedido. Vejo o que é possível doar e a gente está aberto para sentar com o PROERD e construir. O Deputado Oleno tem aqui um Requerimento pronto, já deu entrada para transformarmos, aqui, em breve, uma Sessão Solene e receber aqui os guerreiros, os policiais do PROERD para serem homenageados. É preciso que essas pessoas se sintam valorizados para continuar nesse desafio que é tão grande. Então, quero pedir apoio para realização, ainda neste semestre, a Sessão Solene, homenageando os companheiros da Polícia Militar, do PROERD, para que, nesta Casa, sejam reconhecidos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Deputado, parabéns pela sua fala que é muito pertinente. Tenho experiência em estar muito próximo a esses guerreiros do PROERD, quando, ainda em sala de aula, acompanhava o trabalho cotidiano, semanal dos policiais na escola. Falo da experiência da aproximação entre a comunidade escolar, a polícia, com os agentes. Então, passa para a comunidade, em alguns momentos, aquela imagem do policial sisudo e que está ali para prender, que está ali, entre outras coisas, que é o seu trabalho, combater toda forma de violência, de transgressão, mas fortalece primeiro o vínculo com a comunidade escolar. O policial, quando entra na escola, vem fardado inclusive, tira essa imagem do policial sisudo e o transforma em um amigo da criança. Nós acompanhávamos semanalmente essas aulas que eram ministradas

pelo professor, eu, no caso, pegava a cartilha, elaborada dentro do planejamento didático da sala de aula. Era aguardado pelos alunos aquele momento do policial chegar e, quando não era possível, as crianças lamentavam. Isso é positivo. Nós tínhamos um trabalho muito profícuo, fazia com que as crianças trouxessem de casa informações sobre sua rua, formação familiar. O Policial se tornava tão amigo que nós tivemos casos, que resultaram na ação policial em combater o tráfico de drogas na vizinhança. Tivemos, inclusive, informações do ponto de vista de estabelecer um melhor diálogo com o Conselho tutelar. O policial dava dicas para o professor identificar, junto às crianças, algumas ações que pudessem identificar maus tratos, abuso sexual, entre outras ações contra o direito da criança. Então, reforçando, quero parabenizar Vossa Excelência pela defesa árdua em relação ao PROERD. Parabenizar, mais ainda, pela ideia do trailer. Acho que percorrer as escolas, cinemas, trazer essa dica focada mais para o público estudantil. E, como Vossa Excelência falou, no início de cada filme tem algo muito geral, mas poderemos ter algo muito didático, dirigido para as crianças, então por que não usar o CINE ALE? Parabéns por essa iniciativa e por lutar por um ambiente favorável em defesa do PROERD. Desde já me prontifico para lutar com Vossa excelência na defesa dessa categoria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, deputado Evangelista. Vossa Excelência, como professor, é uma testemunha viva das ações e reconhecimento concreto do PROERD. Conversando com um instrutor do PROERD, e vimos que há muitos relatos dessa amizade de alunos, que quebra até essa imagem de policial durão e aproxima a polícia da criança, da sociedade, permitindo que o policial ganhe sua confiança. Muitos casos já foram relatados sobre o policial que dá conhecimento à diretora, leva ao Conselho Tutelar e até mesmo ao comando da PM sobre crimes abusivos contra crianças, dando conhecimento de pontos de drogas no seu bairro. A polícia ali já tem uma informação que pode desencadear uma operação mais tarde, bem como fato de abusos sexuais por parte de parentes, vizinhos. Para vocês terem uma ideia, até o policial que ministra uma palestra com LIBRAS para crianças surdas que não conseguem ouvir o policial, tem um policial preparado que faz uma palestra direcionada àquela criança, ou seja, a gente tenta abranger o máximo de crianças possível. Então, quero aqui agradecer o apoio do Deputado Evangelista.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Angela A. Portella** – Eu quero parabenizá-lo, pois o senhor é um Deputado que sempre honra este Parlamento, sempre com atitudes proativas. Sou uma admiradora do seu trabalho, gosto de fazer parcerias neste trabalho com o Senhor que está sempre voltado para as questões do ser humano. A preocupação que eu trago neste momento, é com a questão da interiorização urgente, como o senhor falou, do PROERD. A questão das drogas e também a violação dos direitos de crianças e adolescentes, que hoje acontece muito no interior, nas vicinais, nos lugares mais afastados. A nossa polícia militar do Estado de Roraima, é uma polícia diferenciada a qual admiro muito e nós temos que, realmente, fazer essas honras que eles merecem, pois têm essa preocupação de ser uma polícia preventiva e amiga da população. É nesse sentido que precisamos fazer com que esses policiais que já são da tropa ou os que estão iniciando, já esteja previsto que eles passem no processo de formação para capacitá-los para, também, serem disseminadores do PROERD. O que eu acho mais interessante do PROERD não é só o fato do combate às drogas em si, mas o fato dele também ensinar valores sociais, familiares, ensinar a criança a se proteger, como ela deve se proteger. O PROERD precisa de apoio, de atenção especial para que ele chegue a todos os espaços do nosso estado, porque a interiorização desse projeto vai fazer a diferença. Nós, antigamente, achávamos que essa problemática era uma problemática das cidades, mas não é. Nós recebemos todos os dias informações na Comissão da Família sobre a situação que nos interiores está preocupante, não apenas na questão das drogas, mas, também, na questão da violação dos direitos da criança e do adolescente, e aí a presença dessa polícia amiga, que vai mudar essa realidade. No que diz respeito à questão do seu pedido, aqui, com relação à parceria, um acordo de colaboração com a Assembleia, também, gostaria de pedir, Presidente, que realmente o senhor dê atenção a esse pedido porque os recursos que eles têm hoje na polícia militar não são suficientes para atender. Então, a Assembleia vai fazer a diferença, pois isso é muito importante para nós. Obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputada Angela. A senhora, como Presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e da Família, à frente da ESCOLEGIS, também, é de se tirar o chapéu pelo excelente trabalho que vem prestando à sociedade roraimense.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** –

Deputado Sampaio, seu pronunciamento é muito importante, pois o programa de combate e a erradicação das drogas, instituído pela Polícia Militar, presta um grande serviço à sociedade roraimense. Ele foi instituído há mais de 15 anos, ainda no comando do Coronel Uilson, e já atendeu mais de 70 mil crianças na rede escolar de ensino. Ele leva informações importantes para as crianças, preparando-as para evitarem as drogas, alertando-as sobre as formas de acesso e oferta às diversas drogas lícitas e ilícitas. Esse treinamento, essas palestras que esses policiais militares dão nas escolas prepara-os para evitar a fugir disso. Então, é um programa importantíssimo porque, com certeza, essas mais de 70 mil crianças que tiveram essa oportunidade, muitas delas, alguma vez na vida, alguém tentou induzi-las ao consumo de drogas e elas souberam se afastar disso, principalmente, pela orientação de suas famílias, mas também, pela orientação do PROERD. Então, é um programa importante que, com certeza, todos nós temos que fortalecer. Eu digo que quando tivemos na Secretaria de Segurança Pública, nos anos de 2007/2008, quando Secretário, nós procuramos fortalecer o programa, assim como quando estivemos no Comando da PM. Quando tivemos, especificamente, no comando da Secretaria Pública, nós conseguimos estabelecer um convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, através do Fundo de Segurança Pública e, durante dois anos, se eu não me engano, vieram recursos para o pagamento de horas/aula para esses profissionais que atuam no PROERD. Depois, me parece que as coisas mudaram, mas isso vai muito da prioridade de cada Secretário de Segurança procura dar, no tocante a destinação dos recursos oriundo da SENASP, para a aplicação na Segurança Pública. Mas, também concordo com a Deputada Angela Portella, quando diz que a polícia tem que ser muito mais preventiva que proativa e, nesse ponto, o PROERD é um programa preventivo e merece atenção das autoridades e gestores. Nós, aqui desta Casa, podemos dar uma contribuição a isso, porque o PROERD não tem orçamento próprio, mas a PM tem e podemos destinar recursos para ações de questões preventivas, através de emendas parlamentares individuais, emendas de bancada e enfim, nós da Comissão de orçamento podemos trabalhar isso. Vossa Excelência falou também que não há um representante do PROERD no Conselho estadual Ainti-Drogas. Mas, sabemos que esse conselho é composto por diversos órgãos que trabalham nessa área de segurança pública, saúde, enfim, e há um representante da PM. Quero crer que não tenha sido excluído e, geralmente, esse indicado era quem estava à frente do Conselho do PROERD. Então, tem que verificar junto ao Comando da PM, pois se não tem mais essa vaga conselho, porque se a PM tem o programa de maior alcance no nosso Estado e não tem uma cadeira no conselho, tem alguma coisa errada. Enfim, e que essa cadeira seja ocupada por quem faz o PROERD e não a pessoa que não esteja ligada ao programa, que não conheça os conceitos. Então, são essas as contribuições. Parabéns Deputado Sampaio, pelo seu pronunciamento e conte comigo para ir à busca de melhores condições para esse importante programa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado Deputado Chagas, conto com o apoio de vossa excelência para o PROERD, sei que o senhor apoiou o PROERD enquanto Comandante da PM e enquanto Secretário de Segurança. Mas, é preciso que a gente reative esse convênio, pois, tem recurso federal para isso o que está faltando são boas iniciativas e nós vamos cobrar isso do Secretário de Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar. Acho que a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Jorge Everton juntamente conosco, podemos fazer algo no sentido de ampliarmos o efetivo do PROERD, que tem previsto 25 policiais para compor o quadro de instrutores, mas apenas oito participam ativamente do programa. Deputado Chagas, já existe uma bela iniciativa do Coordenador do PROERD que vários policiais que já têm capacitação para atuar no PROERD estão lotados nos interiores, nas pequenas cidades e nas pequenas vilas, e, esse policial poderia através da orientação do comando e com a parceria do PROERD, se retirar da escala durante dez, quinze ou vinte dias, pois, geralmente, nessas pequenas cidades existem 2, 3 ou 4 escolas no máximo, para ministrar sob a coordenação do PROERD de Boa Vista as palestras necessárias para os alunos das escolas do interior do Estado como falou a Deputada Angela. O PROERD já chegou em Santa Maria do Boaçu para se ter uma ideia. Mas, teve que ser deslocada uma equipe daqui de Boa Vista, o que gera dificuldades de deslocamento, pagamento de diárias e para evitar esses transtornos, podemos usar os policiais capacitados que estão lotados no interior, mas, não tem essa iniciativa por parte do comando da corporação ou uma política efetiva que poderia lançar mão desses policiais que poderiam durante determinado período saia da escala rotineira de serviço e dirija-se às escolas para ministrar as aulas

do PROERD.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Deputado Sampaio, quero iniciar minha fala lhe parabenizando e faço minhas suas palavras, e vou até mais longe. Quando vossa excelência falou em capacitar somente 25 policiais, ousou dizer que o número é muito pequeno. Como o Deputado Coronel Chagas falou, o PROERD tem uma atuação preventiva imensurável. Foi citado aqui a questão do alcance que ele tem junto as crianças e jovens do Estado. Mas, a gente não tem noção do que esse jovem leva para dentro de casa. O Jovem que participa do PROERD e que chega em casa e tem um pai alcoólatra, um irmão que vive o problema da droga ou uma mãe, ou algum familiar, ele age. Ele aprende como agir nessa situação e nós não temos nem ideia de quanto é esse número, pois, não temos estatísticas quanto a isso. Portanto, não sabemos quanto o PROERD representa de ganho para o Estado. Não sabemos o que esse cidadão, jovem, criança consegue através dessa ação do PROERD. Então, devo dizer que 25 é pouco. Temos que pensar em 40, 60, 80. Por que a gente só pensa na polícia militar como repressão? Por que a gente não pensa na prevenção. Como você bem disse Deputado, temos hoje policias em quase todas as localidades do Estado, em todos os interiores e em muitas vilas. E esses policiais, que ainda não foram capacitados para ser instrutores do PROERD podem fazer sua capacitação e atuar no interior ou na vila a qual está lotado. E aí Presidente, é importante o que foi falado aqui sobre a parceria com a Assembleia Legislativa, na parceria com a ESCOLEGIS, no apoio logístico, por que o PROERD sobrevive de convênios federais e do pouco que a polícia militar destina por que não tem muito para atender todas as demandas. Mas, infelizmente até através de convênios muitas coisas são desviadas. Para você ter uma ideia, tem um convênio do PROERD que foi adquirido um barco. Esse barco nunca chegou perto do PROERD esse barco hoje quem quiser achar ele, está lá em Caracará. E como o barco, tem impressoras e materiais que nunca atenderam à demanda do PROERD. Então, Presidente conclamo esta Casa e vou apresentar uma indicação ao executivo para que o PROERD deixe de ser o que ele é hoje dentro da Polícia Militar. O PROERD tem que se transformar em uma assessoria definitiva ao comando da PM, com número de pessoas suficientes para que o PROERD atinja a finalidade dele. Este ano não atenderemos todas as escolas da capital, atenderemos apenas uma parte delas, não atenderemos nenhuma escola do Município de Boa Vista e nem do interior simplesmente por falta de condições de trabalho. Então, quero dizer nesse momento Deputado Sampaio que me congratulo com sua fala e quero lhe convidar para assinar junto comigo, com o bloquinho e quem mais tiver interesse uma indicação que transforme o PROERD não em uma política de governo, mas, sim, em uma política de Estado. Tanto a gente caminha para isso que nas discussões do PPA e do Orçamento com a participação do povo, da sociedade civil organizada, de todas as pessoas, das secretárias e de todo mundo, conseguimos colocar na questão da segurança pública uma meta de atingimento com o objetivo de fortalecer essa política pública de resistência às drogas através do programa que é o PROERD. Então, vamos aproveitar este momento, quero pedir à Casa que assim que essa peça chegue a esta Casa, nós possamos analisar com carinho essa situação desse trabalho que o PROERD realiza para aprovarmos tudo o que for necessário para que em 2016 o PROERD possa funcionar da maneira como deve funcionar. Uma ação preventiva em todo o Estado, com atingimento a todos os nossos jovens e todas as nossas crianças. Quero finalizar minha fala dizendo que em função dos abnegados militares que atuaram e atuam no PROERD, eu e o Deputado Sampaio estamos apresentando na Casa um Projeto de Decreto Legislativo onde a gente pede o apoio dos demais pares para aprovar a concessão da Comenda “Orgulho de Roraima” a toda a equipe estadual do PROERD por tudo que ela tem feito ao longo desses quinze anos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado Deputado Oleno e aproveito a oportunidade para pedir à Presidência que coloque na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Decreto Legislativo que concede essa comenda aos guerreiros do PROERD, onde faremos uma sessão especial para convidar os membros do PROERD para entregá-lhes a comenda. Então, quero agradecer aos apertes feitos pelos colegas. Sei da importância do PROERD, da sensibilidade da Mesa Diretora em estabelecer essa parceria com o PROERD e agora vamos em busca de sensibilizar o comando da PM, o secretário de segurança e a governadora para criar mecanismos de fato que fortaleçam o PROERD ampliando a quantidade de policiais à disposição do PROERD, aumentando o recurso para hora aula, aumentando o material didático para que a gente possa estruturar o PROERD de fato dentro da Polícia Militar, tendo membros do PROERD fazendo parte do conselho e realizando ações de fato positivas. Quem teve um filho que já recebeu uma aula

do PROERD, sabe quanta diferença isso faz na vida dessa pessoa, que se sente orgulhoso e maravilhado com a palestra e aquela criança passa a ser um formador de opinião perante seus amigos e perante seus familiares. Então, nesse sentido todas as ações que se fizerem de fato para fortalecer o PROERD será um grande ato em prol da nossa população. Peço até para colocar na ordem do dia se o Projeto estiver pronto, para votarmos hoje ainda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Deputado Sampaio só para complementar sua fala quanto ao pedido para produção do vídeo pela Casa em relação ao PROERD e o uso no CINE ALE, quero informar que já solicitei isso do Poder Executivo e a comunicação social do Governo está produzindo, Senhor Presidente, e no tempo mais exíguo, gostaríamos de apresentar este vídeo, que é coisa de três, cinco ou sete minutos para que a gente possa inserir no início da programação do CINE ALE. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Sampaio, gostaria de parabenizá-lo por sua colocação e acredito que precisamos fazer algo para combater o tráfico de entorpecentes no Estado e o PROERD é fundamental para isso. Mas, gostaria de incluir nessa sua fala, todos os policiais civis que também trabalham na educação e no combate ao tráfico de entorpecentes no nosso Estado. Gostaria de colocar junto com os policiais militares, nossos irmãos, que juntos, policial militar e policial civil têm feito um trabalho belíssimo no Estado. Por isso gostaria de acrescentar a polícia civil do Estado que trabalham nas escolas no combate ao tráfico de entorpecentes. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Sem sombra de dúvida, Deputado Jorge Everton, a polícia civil será bem vinda e é com o maior prazer que a gente reconhece e parabeniza a polícia civil, a guarda municipal e outros órgãos de segurança do Estado que, de fato, combatem o tráfico de drogas no nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero comunicar ao Deputado Sampaio que esta Casa, por meio de sua solicitação e da Deputada Angela, realizou no dia 14 de maio uma audiência pública para tratar sobre o diagnóstico do quadro de dependência química em Roraima, onde estiveram presentes várias instituições. Até o dia 30 deste mês que é o prazo máximo regimental onde o Governo do Estado deve enviar o PPA e a LOA que será analisado e cada Deputado poderá fixar ou direcionar suas emendas para instituições sendo elas até instituições federais como é o caso do PROERD. Nossa intenção é apresentar propostas que melhore a qualidade de vida dessas pessoas, o número de dependentes químicos em Roraima tem aumentado a cada dia, não temos uma política de fronteira, de seguridade, nem com a Guiana e tão pouco com a Venezuela, o que é sem dúvida alguma um canal perigoso de transporte de entorpecentes. A nossa intenção é trabalhar com a instrumentalização dessas instituições para que possamos juntamente com a Assembleia e todas as instituições fazermos uma campanha presente de apoio financeiro para que essas instituições possam ser respaldadas pelo apoio moral, racional e financeiro do Poder Legislativo.

Na Ordem do Dia, temos a discussão e votação, em turno único: do Requerimento nº 061/15, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 06/15, alterada pela Resolução nº 015/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, da Comissão Especial Externa com finalidade de acompanhar e analisar, junto ao Poder Executivo, possíveis irregularidades no Programa Crédito Social, suspenso por noventa dias por meio do Decreto 18276-E, de 9 de janeiro de 2015; do Projeto de Lei nº 045/15, que “Institui o dia 14 de junho como o dia Estadual do Doador de Sangue no território do Estado de Roraima” de autoria dos Deputados Jalser Renier e Naldo da Loteria; do Projeto de Lei nº 047/15, que “Institui o Programa à Cidadania Fiscal do Estado de Roraima, Nota Fiscal Roraimense e dá outras providências, de autoria Governamental; do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/15, que “Institui o Disk Denúncia de maus tratos, abandono ou qualquer forma de violência contra crianças, adolescentes e idosos, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; do Projeto de Decreto Legislativo nº 019/15, que “Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Pastor Isamar Pessoa Ramalho e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; do Veto total ao Projeto de Lei nº 004/15, que “Institui, no âmbito do Estado de Roraima, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de condutores de veículos automotores, denominado Habilitação Cidadã, e dá outras providências”, conforme Mensagem Governamental nº 028, de 27 de julho de 2015; do Veto total ao Projeto de Lei nº 025/15, que “Institui a Corrida Internacional 5 de Outubro e dá outras providências”, conforme

Mensagem Governamental 029, de 27 de julho de 2015.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Registro a presença da Coordenadora Regional Luciene Marques, sem dúvida alguma uma incentivadora do projeto hora aprovado na Comissão e será sem dúvida alguma referendado em plenário para que seja encaminhado à Senhora Governadora para sanção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 019/15, que “Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Pastor Isamar Pessoa Ramalho, e do Relatório.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – Lido o Projeto e o Relatório.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Projeto. Quero lembrar aos Senhores Deputados que nos termos do artigo 5º da lei 061, de 13/01/94, alterada pela lei 303/01, o nome do agraciado será aprovado se obtiver 2/3 dos votos favoráveis, ou seja 16 votos.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Senhor Presidente é do conhecimento de todos, a votação não poderia ser simbólica.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não. O artigo 303 do Regimento Interno prevê votação nominal nos casos de Decreto Legislativo. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a verificação de quorum.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – 17 Deputados presentes, contando com Vossa Excelência Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em votação a matéria. Votando sim os Senhores aprovam a matéria, votando não rejeitam. Esse projeto foi aprovado em comissão e que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Pastor Isamar Pessoa.

Encerrada a votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 019/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 045/15, que “Institui o dia 14 de junho como o dia Estadual do Doador de Sangue no território do Estado de Roraima” de autoria dos Deputados Jalser Renier e Naldo da Loteria.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – Lido o Projeto de Lei nº 045/15 e o Parecer.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero agradecer o excelente relatório da Deputada Lenir, as pessoas presentes em plenário, oriundos do povo e que dedicam a sua saúde para dar melhores condições de saúde às outras pessoas. O dia mundial que se comemora a doação de sangue nasceu através do entusiasmo e de um trabalho consciente do Doutor William Souto Santiago, que inclusive já foi agraciado nesta Casa com o mérito legislativo, pelo excelente serviço social que presta a humanidade. Nós não poderíamos deixar de destacar a presença da Coordenadora Regional Luciene Marques, bem como do Ademir que foram pessoas importantes na elaboração e confecção deste projeto eu costume dizer que este projeto nasceu dos dois, para que nós pudéssemos apresentar, e hoje é um momento de muita alegria e satisfação, fazer com que o Estado de Roraima tenha consciência ampla da importância de se doar sangue, aí eu chamo a atenção, onde neste dia vamos fazer um termo de cooperação técnica com todos os meios de comunicação, e instituições como o CHAME, e outras instituições e amparo ao cidadão, para que estejam juntos nesta marcha para que possamos juntos salvar vidas. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quero parabenizar pela pelo Projeto, quem doa sangue doa vida, vocês podem ter certeza que eu abraço este Projeto, eu quero agradecer que na minha juventude eu necessitei de transfusão de sangue, e graças a Deus uma pessoa humana dou sangue e fez com que eu continuasse vivo. Então, a importância, parabéns a todos e podem contar comigo para aprovar o Projeto.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu também quero registrar o meu respeito a esse Projeto, ao Deputado Naldo e Jalser que se sensibilizaram com algo tão importante. É sabido que o homem não produz sangue, ele tem que ser recebido de uma outra pessoa, hoje nós sabemos que existe uma série de empecilhos para que uma pessoa seja doadora. Então, é muito importante que essas pessoas que podem doar sangue, que tem essa preocupação com o ser humano, e possamos difundir cada vez mais. Então, eu vejo que aqui é um fórum... estão de parabéns as pessoas que vieram para cá no dia de hoje, é uma vitória do povo de Roraima como bem disse o Deputado Jorge Everton, muitas

pessoas já foram salva com esse taco humano pela doação de sangue. Então, parabéns as pessoas que doam seu sangue sem saber quem vai receber. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero também parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa e aos demais colegas, eu também já fui doador de sangue, deixei de doar sangue no fim do ano 90 porque peguei malária e não foi possível controlar a pressão e fui proibido de doar, mas doei sangue por mais de 10 anos, ajudei a salvar vidas e quero parabenizar Vossas Excelências e os voluntários que estão nessa empreitada de ajudar a salvar vidas. Então, quero parabenizar todos os envolvidos para que possam ser aprovados.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Quero dizer que sou amplamente favorável ao Projeto e pedir aos colegas e membros da Casa que a Assembleia Legislativa estude também, como já fazemos conforme vários atendimentos sociais, que a Casa estude uma maneira de nós incluirmos, no nosso calendário de atividades, uma ação específica com doação de sangue, para que possamos estender não só aos membros da Casa como aos servidores e a população em geral, que possamos levar educação no sentido de aumentarmos cada vez mais o número de doadores.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Será incorporando ao Projeto o pensamento de Vossa Excelência, começando pela própria Casa, pois no Dia Mundial e Estadual do Doador de Sangue, será colocado aqui dentro também. E vamos pedir a Câmara de Vereadores que tomem essa posição também.

Em votação a matéria, votando sim os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando não rejeitam.

Solicito a liberação do painel eletrônico para a votação.

Passo a presidência dos trabalhos para o Coronel Chagas para que eu possa votar.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede uma Questão de Ordem - Senhor Presidente, solicito o registro do meu voto, uma vez que não estou na Presidência dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Registro o voto Senhor Deputado Jalser Renier.

Está encerrada a votação. Declaro aprovado o Projeto com 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Transfiro o restante das matérias constante na pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo, o Deputado Brito, que possa interceder junto ao Governo, no que tange a Indicação de minha autoria de número 037/15, que solicita urgência na realização de concurso público para o provimento de cargos da Polícia Civil, a Polícia Civil é uma instituição que tem prestado relevantes serviços a este Estado, e a relevância desta instituição está sendo atrapalhada em virtude do baixo efetivo que nos encontramos, afinal de contas o único concurso que ocorreu neste Estado foi em 2003, e que de lá para cá vários colegas foram aprovados em outros concursos e saíram da Polícia Civil, se faz necessário o quanto antes a realização do concurso, para que possamos viabilizar o combate ao narcotráfico, ao crime organizado ou investigativo. É essencial que os Policiais Civis sejam tenham um reforço em suas trincheiras para combater a criminalidade. Eu fiz essa indicação, e peço a sensibilidade do Deputado Brito para que converse com a Governadora e agilize o processo porque é necessário. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Quero dá conhecimento a Casa e população que a Governadora Suely Campos prorrogou o por mais dois anos, a validação dos concursos públicos que estavam para vencer, ou seja vai até 2017, dentre eles o nº 03/13, de Nível Fundamental; o nº 04/13, de Nível Médio e Técnico; o nº 05/13 para médicos, o nº 06/13, para Cirurgião Dentista; e o nº 08/13, Superior Administrativo, Bombeiros Militar e Oficial da Polícia Militar, e que certamente esses dois anos que seguiram terão oportunidade de serem convocados e terem seus empregos vitalício pelo Estado de Roraima. Parabéns a Governadora Suely Campos que trabalha para ter um Governo melhor para todos nós.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Tem que se destacar essa importante iniciativa por parte da Governadora no sentido de manter o sonho dessas pessoas que foram aprovadas, que ainda estão aguardando serem convocadas.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** - Quero parabenizar a Senhora Governadora pela prorrogação da validação dos concursos. Mantendo a palavra que tinha sido dada e atendendo a indicação de vários pares desta Casa que foram feitas ao longo desses 7 meses,

inclusive algumas minhas, do Deputado Sampaio e outros colegas. E fica a certeza que o Governo está se planejando para chamar essa lista de pessoas que foram aprovadas em concurso público, pois sabemos das dificuldades que é consegui a aprovação em concurso público.

Quero justificar a minha ausência no início da Sessão, pois tive que me ausentar para ir a Câmara de Vereadores onde hoje os nossos Vereadores prestaram uma homenagem a minha mãe que faleceu há 3 meses e transformaram com a mudança de nome da Avenida Sol, no bairro Cidade Satélite, para Consolação de Matos. Então, aqui eu quero tornar público a felicidade que eu tive com relação à família Matos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Antes eu quero somar aos sentimentos do Deputado Oleno, pela justa homenagem feita pela Câmara de Vereadores.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - É uma justa homenagem Deputado Oleno. Quero comunicar aos Senhores Deputado: Masamy Eda, Mecias de Jesus, Evangelista Siqueira e Francisco Mozart, que amanhã, após a Sessão nós teremos uma reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde para agilizar a agenda sobre o Plano Estadual de Educação.

Quero convidar e pedir a atenção dos gabinetes que estão nos ouvindo, apesar de ainda mandarmos por escrito, para que agende para os Senhores Deputados, as atividades da Procuradoria da Mulher e do CHAME, e da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, no dia 28 de agosto, sexta-feira, nós estaremos realizando uma ação no Sorocaima - Pacaraima, o Presidente da Casa já disse que estará lá, por volta do meio dia, então é um bom horário para os colegas estarem juntos também e dia 29 de agosto estaremos, em São Jorge, Barro e Surumu. Sendo que em São Jorge será pela manhã, e Barro e Surumu pela parte da tarde, e nesses locais iremos atender outras comunidades adjacentes como: machado e tachi que serão beneficiadas com esses serviços, de palestras sobre violência doméstica familiar, doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual contra criança e adolescentes. E também do combate ao câncer.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Quero me solidarizar com o Deputado Oleno Matos, e ao mesmo tempo parabenizar pela justa homenagem prestada a sua genitora. Quero aqui também ressaltar a grandeza da Governadora Suely Campos pela prorrogação dos concursos públicos, já que era o clamor dos aprovados, que pediam para anteceder junto a Governadora para prorrogar o prazo de validade dos concursos, quem ganha com isso são as pessoas que foram aprovadas, e com certeza serão convocadas, no período que durar a prorrogação dos concursos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 27 de agosto, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalsler Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 27/08/2015

## ATA SESSÃO ESPECIAIS E SOLENE

ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.  
 50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 25ª SESSÃO LEGISLATIVA  
 DA 7ª LEGISLATURA.

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER PADILHA.**

Às nove horas do dia quatro de setembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se início à Sessão Especial para homenagear o Ministro Henrique Ricardo Levandowski com a Comenda Orgulho de Roraima, Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Grande Mérito.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Márcia Seixas**) - Senhoras e Senhores, bom-dia. Damos início à Sessão Especial para homenagear o Ministro Henrique Ricardo Levandowski.

Para presidir esta Sessão, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalsler Renier.

Convidamos para compor a Mesa, representando a Senhora Governadora de Roraima, Suely Campos, o Senhor Secretário de Justiça e Cidadania, Senhor Josué dos Santos Filho; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Desembargador Almiro de

Melo Padilha; o Senador da República, Telmário Mota; a Deputada Federal Maria Helena Veronese; o Vice-Prefeito de Boa Vista, Marcelo Moreira; o Ex-Governador do Estado de Roraima; José de Anchieta Júnior; representando o Ministério Público Estadual, a Procuradora de Justiça, Doutora Janaina Carneiro Costa; o Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, General de Brigada Carlos Alberto Mansur; o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Mauro José do Nascimento Campelo; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Henrique Machado; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Roraima, Doutor Jorge Fraxe; o Defensor Público Geral, Doutor Stélio Denner de Souza Cruz; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, Paulo Sergio Oliveira de Souza; o Brigadeiro do Ar, Ruiz Chagas Mesquita.

Com a palavra Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalsler Renier.

O Senhor Presidente (**Jalsler Renier**) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão Especial, convocada nos termos regimentais, através do Requerimento nº 059/15.

Solicito aos Senhores Deputados Chico Guerra e Aurelina de Medeiros que conduzam até a Mesa dos Trabalhos o Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Henrique Ricardo Levandowski.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Márcia Seixas**) – Esta solenidade está sendo transmitida pela TV Assembleia.

Convidamos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Hino Nacional).

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Márcia Seixas**) – Neste momento, ouviremos a Defensora Pública, Deputada Estadual Lenir Rodrigues, que falará em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Deputado Jalsler Renier Padilha; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Henrique Ricardo Levandowski; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Desembargador Almiro Padilha; Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça, Josué dos Santos Filho, neste ato representando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima; Excelentíssima Senhora Deputada Federal Maria Helena Veronese; Excelentíssimo Senhor vice-prefeito de Boa Vista, Marcelo Hipólito Moreira Neto; Excelentíssimo Senhor Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, General Carlos Alberto Mansur, na pessoa do qual cumprimento as demais autoridades militares; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Henrique Manoel Fernandes Machado; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Eleitoral de Roraima, Desembargador Mauro Campelo; Senhora Procuradora de Justiça, Doutora Janaina Carneiro Costa, neste ato representando o Ministério Público Estadual; Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Jorge Fraxe; Excelentíssimo Senhor Defensor Público Geral do Estado de Roraima, Stélio Denner de Souza Cruz; Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Contas, Doutor Paulo Sérgio Oliveira de Souza; Senhor ex-governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior; Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Rui Mesquita; Senhor Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, Professor Pedro Sirino; acadêmicos do curso de direito da Faculdade Estácio Atual que vieram prestigiar a visita do Ministro em nossa Casa; Excelentíssimo Senhor Juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Doutor Luiz Geraldo Sant'ana Lanfredi; nobres Deputados Estaduais; imprensa local; demais autoridades presentes; distinta plateia; alunos da URES; da UMES e da SUER, Senhoras e Senhores.

Ministro, esta Casa, em nome do povo, pede desculpas pelos transtornos decorrentes dos apagões diários que há décadas vêm prejudicando o nosso cotidiano, afetando as escolas, os hospitais, nosso trânsito, fato que foi presenciado por Vossa Excelência hoje, pela manhã, na solenidade no Fórum Sobral Pinto. Nossas desculpas. Roraima não é interligado com o Sistema Nacional de Energia Elétrica por conta da morosidade da FUNAI. Para o Senhor ter uma ideia, a mineradora Taboca explora minérios na área indígena Waimiri/Atroari, localizada na divisa Amazonas/Roraima, há mais de vinte anos, integrada exatamente ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, enquanto o nosso Estado padece com a falta de energia para atender seus mais de quinhentos mil habitantes, por empecilhos criados pela FUNAI. A vinda de Vossa

Excelência à Casa do povo de Roraima muito nos honra. Serei breve, haja vista que o Senhor tem outras solenidades para comparecer nesta noite.

Já tivemos aqui, no nosso Estado, a presença de outros Ministros do STF, mas esta é a primeira vez que um Presidente do STF, no exercício do cargo, nos honra com sua visita. Além da honra, nos orgulha sua presença na sede do Poder Legislativo, a mais democrática Casa do povo roraimense, ainda mais porque Vossa Excelência tem se destacado por imprimir um comportamento impecável na condução do STF e do CNJ. O Senhor é reconhecido por ser um democrata na mais pura essência da palavra e, esse trato democrático, aliado ao seu notável saber jurídico, o credenciam para receber das mãos de todos os Deputados desta Casa a mais alta comenda deste Poder, a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Grande Mérito.

Queremos, mais uma vez, agradecer a sua vinda ao Estado de Roraima para o lançamento do Projeto Audiência de Custódia, o qual vai permitir avanço na nossa justiça e a valorização do respeito a nossa sociedade. Essa e as demais políticas públicas de impacto que tem implantado em sua gestão frente à justiça brasileira, tem tornado sim a nossa sociedade mais justa, solidária, fraterna, a exemplo do que o Senhor citou hoje, pela manhã, em uma solenidade da qual participaram várias autoridades aqui presentes.

Finalizo, afirmando que temos nos esforçado para imprimir também, igual comportamento na condução da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, pontuando políticas institucionais sérias e estratégicas, procurando manter um diálogo abrangente, através de uma gestão participativa. O Brasil passa, hoje, por uma das mais graves crises políticas da sua história e Vossa Excelência tem sido guardião da democracia, dando exemplo ao mundo de que somos capazes de superar os momentos difíceis que estamos vivenciando.

Nossos agradecimentos pela sua honrada presença na Casa do povo. Muito obrigada Ministro, em nome dos meus colegas Deputados.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Márcia Seixas**) – Cerimônia de entrega da Medalha. A Comenda Medalha da Ordem Mérito Legislativo foi instituída por meio do Decreto Legislativo nº 05/2006, de autoria da Mesa Diretora desta Casa. É concedida a soberanos; Chefes de Estado e de Governo; políticos; magistrados; membros do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública; militares; diplomatas e outras personalidades, pelos relevantes serviços vinculados ao cumprimento do interesse público. A medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Grande Mérito, é destinada a premiar as obras de grande relevância, em geral praticadas por autoridades, considerando o compromisso, a defesa e a consagração dos ideais de justiça social.

O Ministro Henrique Ricardo Levandowski, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, formou-se em ciências políticas e sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi vice- Presidente do Supremo Tribunal Federal de 2012 a 2014. Atualmente, é o Presidente do Superior Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Por suas realizações e méritos, tornando-se merecedor do especial reconhecimento da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Henrique Ricardo Levandowski, para receber a sua comenda.

Convidamos para fazer a entrega da Comenda, o Defensor Público e Deputado Estadual Oleno Matos.

Convidamos para fazer a entrega da homenagem ao Ministro, o Deputado Estadual Coronel Chagas.

Anunciamos a palavra do Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Henrique Ricardo Levandowski.

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro (**Henrique Ricardo Levandowski**) – Boa-noite a todos. Permitam-me, inicialmente, saudar ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalser Renier. Também, cumprimento o representando da Senhora Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos, o Secretário de Justiça e Cidadania, Senhor Josué Santos Filho. Da mesma forma, cumprimento o meu anfitrião na manhã de hoje, meu acompanhante da jornada que tivemos hoje para o interior deste belo e vigoroso Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Desembargador Almiro José de Melo Padilha. Quero cumprimentar também a Deputada Federal Maria Helena Veronese, que me honra com sua presença; o vice-prefeito de Boa Vista, Senhor Marcelo Moreira; o ex-governador do Estado de Roraima José

de Anchieta Júnior; o Brigadeiro do ar, Senhor Rui Chagas Mesquita, a quem agradeço penhoradamente o apoio que tem dado, não a mim, pessoalmente, mas ao Poder Judiciário nestas jornadas cívicas que estamos fazendo por todo Brasil. Quero cumprimentar o representante do Ministério Público Estadual, a Procuradora de Justiça, Doutora Janaina Carneiro Costa e, em sua pessoa, cumprimentar todos do Ministério Público aqui presente; Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, General de Brigada Carlos Alberto Mansur, conheço as dificuldades da sua missão, quero dizer, com orgulho, que sou oficial da reserva do Exército também e, nesta qualidade me permita cumprimentá-lo com um pouco mais de infusão. Também quero cumprimentar o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Mauro José do Nascimento Campelo. Sei que Sua Excelência já se prepara para as eleições municipais do ano que vem. Eu que já fui Presidente do TSE posso dizer que a justiça eleitoral, ao contrário do que muitos pensam, não é sazonal, mas opera ininterruptamente, e não a cada dois anos, nas eleições gerais e depois nas municipais. Terminada a apuração e o rescaldo das eleições, já preparamos outra. É uma luta diária e tenho muito orgulho de dizer também que o Brasil é um dos países mais avançados no que diz respeito à justiça eleitoral, pois é uma justiça totalmente eletrônica e informatizada, onde os votos são apurados em pouquíssimo tempo, causando admiração o tempo todo. Nas eleições presidenciais que eu presidi e que agora o Ministro Toffoli presidiu, em pouco mais de uma hora já tínhamos o resultado. Resultado esse que não é contestado quanto à contagem de votos, é admitido pela cidadania sem qualquer problema e é hoje motivo de admiração no mundo todo. Muitos querem saber como é que isso funciona e nós estamos prontos a compartilhar com as nações amigas esta nossa expertise extremamente importante.

Cumprimento ainda o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB-RR, Doutor Jorge Fraxe, e, em sua pessoa, cumprimento todos os Advogados aqui presentes. Cumprimento também o Defensor Público Stélio Dener de Souza Cruz, que é um apoio inestimável, assim como os Advogados em geral no que diz respeito a esse Projeto que estamos implantando. A audiência de custódia, para aqueles que não sabem, constitui-se na apresentação, no prazo de 24 horas, de qualquer cidadão preso em flagrante, a um Juiz que decidirá sobre seu destino, se será liberado mediante condições, ou preso, se apresentar perigo para a sociedade. É um avanço muito importante no que diz respeito ao princípio da presunção da inocência na nossa Constituição, e também a um pilar fundamental da sociedade democrática de direito que é o princípio da dignidade da pessoa humana. A OAB e a Defensoria Pública têm sido parceiros importantíssimos neste projeto. Cumprimento ainda o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado, Doutor Paulo Cesar de Souza; as demais autoridades e personalidades já citadas pelo cerimonial; servidores da Casa; Jornalistas minhas Senhoras e meus Senhores.

Em primeiro lugar, quero dizer que a fala da Deputada Lenir Rodrigues, muito me honrou. Ela me deixou extremamente lisonjeado pelas merecidas palavras que me dirigiu. Quero dizer que o início da oração, onde Sua Excelência pede escusa pelos apagões que porventura ocorrem neste Estado, são de longe superados pelo brilho dessa brilhante solenidade em que eu estou sendo aquinhoado neste momento.

Eu gostaria de agradecer esta mais alta comenda da Casa Legislativa do Estado de Roraima, a ordem do Mérito Legislativo, fazendo uma homenagem em primeiro lugar aos políticos. Eu quero dizer que eu acredito nos políticos, pois acho que não há democracia sem políticos, sem aquelas pessoas que vão, no linguajar do povo, amassar barro, olhar no olho dos eleitores, buscar o seu voto, conhecer os seus problemas e transmiti-los no plenário do Poder Legislativo, ou nos gabinetes do Executivo.

Eu quero dizer, com todo o respeito, que Vossas Excelências, Senhores políticos desta Casa, são o sal da terra o quanto são absolutamente essenciais à democracia. Portanto, como membro de um poder da República, o Poder Judiciário, ao ser homenageado pela Assembleia Legislativa, quero prestar também homenagem à classe política, sobretudo, aos integrantes deste Poder Legislativo de Roraima. E, ao fazê-lo, quero dizer rapidamente umas palavras sobre a importância da democracia. Todos nós achamos que a democracia é um dado, é algo permanente, em relação com o que não precisamos. Então, não precisamos nos preocupar. Mas, quero dizer que a democracia é uma plantinha muito tenra, muito frágil. Historicamente, a democracia do parlamento tem cerca de 200 anos apenas.

A democracia, como todos sabemos, é uma palavra que vem do grego, demo significa povo e cracia, significa governo, ou seja, governo do povo. Na antiga Grécia, no século V antes de Cristo, na

cidade-estado grega, quando os cidadãos se reuniam em Praça Pública decidam sobre os destinos das cidades das polis. Em grego, polis era o nome que se dava as cidades-estados, livremente, de forma igual, de forma absolutamente sem peias de qualquer espécie, e daí vem a palavra política. Política e democracia são dois termos absolutamente indissociáveis. Mas, quero dizer também que essa democracia que nasceu no Século V antes de Cristo, sofreu um longo eclipse histórico, pois tivemos a queda das cidades-estados gregas, com a invasão de Alexandre, o Grande, Alexandre Magno, depois a invasão dos romanos. Durante quase mil anos, tivemos o império romano, até que ele foi conquistado pelos povos bárbaros do Século V, já na era cristã. Iniciou-se depois a longa Idade Média, que durou 10 séculos, cerca de 1000 anos, momento que se caracterizou por uma multiplicidade de ordens políticas que conviviam simultaneamente. O filósofo e politólogo alemão chamado Hegel descrevia esse fenômeno, esse período histórico depolarquia, porque era o momento em que muitas ordens conviviam. E não raros o superpunham. E essa situação se manteve historicamente até mais ou menos o Século XV da Era Cristã, quando começa a Idade Moderna. Neste momento, surgem as monarquias absolutistas que concentram o poder em suas mãos, de forma absolutamente hermética, completamente fechada, até termos o advento das revoluções liberais que afastam esse período histórico das monarquias absolutistas, e entronizam no centro do cenário político exatamente o parlamento. O parlamento surge no final do século XVIII, especificamente, com as Constituições Americanas de 1787, e com a Constituição Francesa de 1791, com o centro da democracia, local onde se discute as coisas importantes das polis que é um estado do qual todos nós viemos. Mas essa democracia, essa força do parlamento é algo com relação o qual temos que lutar permanentemente. Se olharmos para a história do Brasil, veremos que essa democracia, legítimo poder do parlamento, nem sempre se manteve. Tivemos vários momentos em que houve eclipses institucionais em que o povo teve que lutar com muito brio, com muita força, com muito denodo para recuperar a democracia. Quero dizer que agora vivemos, felizmente, quase trinta anos de democracia com a constituição cidadã de 1988, a qual é chamada pelo saudoso Deputado Ulisses Guimarães de uma das constituições mais avançadas do mundo, porque incorporou tudo o que havia de moderno na Constituição Espanhola, na Constituição Portuguesa, que haviam saído de regimes autoritários, um hall muito importante, muito denso de direitos fundamentais e outros direitos a respeito dos quais os países mais avançados nem cogitam como, por exemplo, o direito dos povos indígenas, a riqueza que nós temos em nosso Brasil. Acabo de vir da Raposa/Serra do Sol e pude constatar isso com meus próprios olhos, também como direito fundamental, direito de terceira geração, direito ao meio ambiente, direito extremamente cultuado em nossa constituição, assim como o direito das minorias e daquelas pessoas consideradas hipossuficientes, as crianças, os adolescentes, os idosos, os deficientes físicos. Temos um federalismo que embora funcione, muitas vezes com certos defeitos, mas é um federalismo efetivo em que nós, diferentemente de outros países, temos três níveis políticos administrativos, consagrando o município também como um ente federativo com pleno direito, do ponto de vista constitucional. Temos esse federalismo que faz com que o Brasil vibre, e nós vemos isso em cada Estado que viajamos. Especialmente hoje, pude constatar isso, este Estado de Roraima vibra, trabalha, busca o progresso, o desenvolvimento, graças ao federalismo que adotamos com a primeira constituição republicana de 1981.

Queria dizer, fazendo eco às palavras da nossa prezada Deputada Lenir Rodrigues, que vivemos tempos difíceis sim, tempos difíceis do ponto de vista econômico, porque fomos punidos por uma crise internacional que teve raízes na bolha imobiliária que eclodiu no ano de 2008, nos Estados Unidos espalhou-se pelo mundo e, até hoje, se encontra sem solução inclusive, afetando países desenvolvidos do ponto de vista material, financeiro, econômico, como a própria Inglaterra que é um gigante e os Estados Unidos que custam a retornar desse recesso econômico no qual mergulharam. Temos a crise da Grécia, continuamos tendo a crise dos países irmãos como Portugal, Espanha e outros vizinhos na América Latina. Vivemos uma crise política também, crise política essa que se deriva, de certo modo, desse mal estado que se vive no mundo todo, desses conflitos internacionais, dos quais também não podemos ficar totalmente alheios, que nos contaminam de certa forma. Vivemos uma crise política porque precisamos de algumas reformas essenciais, reforma no sistema político, no sistema eleitoral, no próprio sistema federativo, no sistema tributário e fiscal, mas eu tenho certeza que são problemas passageiros e que o Brasil é muito maior do que a crise. O Brasil é a sétima economia do mundo. Isso não é pouco para um país que tem poucos séculos de existência, que tem lutado dia a

dia pela sobrevivência, para chegar a sétima potência do mundo. É um feito extraordinário. Nós haveremos de vencer essa crise econômica e política, porque o remédio para ela é democracia e mais democracia.

Quero terminar a minha breve fala, modesta e humilde, mas que vem do meu coração, agradecendo mais uma vez efusivamente, sinceramente, promovidamente o galardão que recebo dos integrantes deste colendo sodalício, terminando com a última estrofe do Hino deste belo Estado.

Eu quero te ver poderoso, lindo berço rincão Pacaraima, teu destino será glorioso. Eu te amo querido Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Agradecemos a presença de todas as pessoas que se encontram aqui, e de todos os Senhores Deputados.

Está encerrada esta solenidade.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 31 DE JULHO DE 2015.  
COMISSÃO DO SENADO, PARA TRATAR DO PLC Nº 30/15.  
PRESIDIDA PELO SENADOR PAULO PAIM.**

Às dez horas do dia trinta e um de julho de dois e quinze, no Plenáriodesta Casa Legislativa, Noêmia Bastos Amazonas, deu-se a Audiência Pública, para tratar do PLC nº 30/15, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia. Quero, de antemão, agradecer a presença de todos vocês aqui nesta manhã de sexta-feira e dar início aos nossos trabalhos.

Queremos registrar a presença do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; do Senador Telmário Mota, do PDT, que também compõe a Comissão de Direitos Humanos que hoje nos visita, assim como os demais Estados, para fazer uma importante discussão sobre o Projeto de Lei de Terceirização que tramita no Senado Federal.

Esta Comissão solicitou, ao Presidente desta Casa, o espaço e o apoio para oportunizar essa discussão na manhã de hoje.

Queremos, de antemão, agradecer ao Presidente, e a toda equipe da Assembleia Legislativa, que se colocou à disposição para preparar o melhor ambiente possível para essa discussão.

Quero passar a condução dos trabalhos ao Senador Paulo Paim, que fará a composição e toda discussão dessa Audiência.

E com muita satisfação passo a condução dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

Quero agradecer também aqui o nosso bloco, chamado de bloquinho, formado pelo PDT, PC do B e PT, Deputados Oleno, Evangelista e eu.

Registro também a presença do Líder do Governo, Deputado Brito Bezerra, que se encontra presente.

O Senhor Presidente da Comissão, Senador (**Paulo Paim**) – Bom-dia, meus amigos e amigas. É uma alegria enorme fazer parte desta cruzada a nível nacional, estar participando com um grupo de homens e mulheres comprometidos, não só no Senado, mas fora, de estabelecer um grande debate sobre esse Projeto de Lei nº 30, que retira direitos dos trabalhadores. Um PL que eu tenho dito, infelizmente, tão grave. A redação que foi dada a ele que nem a ditadura militar, no golpe de 64, teve a ousadia de flexibilizar dessa forma tão cruel os direitos dos trabalhadores. Por isso estamos fazendo essa cruzada, que eu chamo de “cruzada nacional em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade”.

O nosso compromisso assumido junto ao movimento social, popular sindical e partidos políticos foi de que iríamos a todos os Estados.

Meus amigos e amigas. Quero dizer, meu amigo Telmário Mota, que você tem sido meu parceiro no Congresso Nacional. Você sabe que eu tenho um probleminha de coluna, você me viu de cadeira de rodas algumas vezes. Agora, comprei aqui na região amazônica um apoio que tem me aliviado bastante, tanto no vôo, como na hora de presidir a Sessão, mas tenho dito e repito isso, quando a gente inicia uma caravana como essa, meu Deputado e meu Senador, nem sempre todos que começam vão até o fim. Alguns pelo cansaço, assim entendo, acabam ficando na estrada. Se depender de mim, ninguém ficará na estrada, mas como alguns têm que ficar por motivo do cansaço, digo a vocês: a não ser que o velhinho lá de cima me leve mais cedo, nem que for de cadeira de rodas, eu vou cumprir a missão de percorrer os 27 estados brasileiros contra esse projeto da terceirização.

Com essa pequena introdução que vocês sabem muito bem o que significa, faremos a composição da Mesa.

Vamos estabelecer um qualificado debate com todos. Sejam bem-vindos.

Estivemos em 13 Estados, e o setor empresarial participou

e colocou seu ponto de vista e o plenário respeitosamente ouviu, claro que pela tendência do plenário, não tiveram palmas, mas o silêncio é respeitoso quando a gente discorda.

Então, aqui em Roraima, não será diferente. Teremos em torno de 20 inscritos. Todos vão expressar o seu ponto de vista a favor ou contra esse PL.

Mas quero, com muita alegria, no formato da mesa, fazer uma saudação a esse guerreiro, que é o Senador Telmário Mota.

Sempre digo na Tribuna do Senado e vou repetir aqui: o Senador Telmário Mota é uma bela surpresa para nós que já estamos lá há muito mais tempo. Já vou para 32 anos de Congresso, 04 mandatos de Deputado Federal e dois de Senador. Eu entrei na Constituinte e nunca mais sai de lá. O culpado é o povo gaúcho que tem me reconduzido durante todo esse período. Mas, nessa eleição que passou, me disseram o seguinte: “Paim, te prepara porque o senado vem muito mais conservador do que era antes”. Mas, felizmente, pela postura do Telmário e de outros jovens senadores que chegaram lá, eu tenho percebido que não é assim, e por isso eu demonstro aqui a minha confiança de que esse PL pode sim, dependendo da pressão popular, ser rejeitado no Senado. Na figura do Telmário Mota, eu dou uma salva de palmas a todos os Senadores que, como ele, estarão do nosso lado.

Aqui na mesa, o Deputado Soldado Sampaio/PC do B, que ontem me levou, juntamente com o Deputado Evangelista, para comer a melhor peixada da minha vida. Eu adoro peixe! Pior que eu sentei lá e não queria mais sair, e eles disseram: “Vai te fazer mal Senador, não exagera”.

Quería fazer essa pequena saudação ao Soldado Sampaio, e em nome dele fazer essa homenagem ao PC do B. Não tem um Estado que eu passei que o PC do B não estivesse lá do início ao fim, dando todo apoio como aqui e, em Manaus, com a Vanessa.

Quero, neste momento, convidar o Deputado Evangelista Siqueira para compor a Mesa dos Trabalhos.

O Deputado Evangelista quem me pegou no aeroporto, juntamente com outros líderes, e acompanhou na peixada também. Quem pagou, eu não sei, eles se entendam os dois.

Deputado Evangelista Siqueira, do Partido dos Trabalhadores, me permita que eu diga isso agora, é claro que o nosso partido está sofrendo ataque das mais variadas áreas, mas comentamos também, eles sabem, falo isso publicamente, temos que fazer autocritica porque aqueles políticos, independente de partidos, que cometerem algum desvio de conduta, têm como responder pelos seus atos. Sempre sou daqueles que diz que a democracia está em primeiro lugar. É diferente você admitir que nesse ou naquele partido haja algum desvio, mas você também não pode com isso, querer criminalizar os partidos e a própria democracia. Não existe no mundo nenhum sistema melhor que o processo democrático. Então, nesse momento, quero dar uma salva de palmas pela democracia e que não se permita que nenhum oportunista irresponsável venha feri-la e aqui, Evangelista, você representa, como outros líderes, essa ideia da defesa do processo democrático e do estado de direito.

Quero convidar também, neste momento, Deputado Brito Bezerra, do PP, partido aliado às grandes causas no Congresso Nacional. É um partido que tem tido uma postura responsável pensando no horizonte do povo brasileiro.

Convido também o Deputado Oleno Matos, do PDT, para que venha também fazer parte da Mesa dos Trabalhos e dizer que Brizola, Getúlio, Pasqualini, João Goulart, enfim, devem estar se revirando no túmulo por conta desse projeto, que quer arrancar aquilo que foi escrito na época do trabalhismo, que foi a própria CLT e a Constituição.

Seja bem-vindo, meu querido Deputado Oleno Matos.

Quero cumprimentar e chamar para compor a Mesa dos Trabalhos o auditor fiscal do trabalho, Doutor Magno Pillon, e dizer que os fiscais do trabalho têm feito um trabalho exemplar no combate ao trabalho escravo. Libertaram mais de 50 mil trabalhadores e desses 50 mil, 80, 90% eram de empresas terceirizadas.

Neste momento, quero também chamar o Presidente da UGT de Roraima e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada, Fabiano Xavier. UGT, que está conosco em todos os estados, firmes contra a terceirização.

Convido também o representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT, o nosso Presidente Gilberto, que desde ontem está me conduzindo pela cidade. Inclusive me pegou hoje de manhã no hotel.

Obrigado, Gilberto. Permita-me essa liberdade de um rápido comentário, que a Central Única dos Trabalhadores, em todos os eventos, tem estado presente com seus líderes, a exemplo da maioria

das Centrais Sindicais.

Quero chamar o representante da ANAMATRA, que tem nos acompanhado em todos os Estados.

Pelo SINAITR quem está presente? Doutora Lillian, que tem feito uma bela fala em todos os eventos que participamos.

Pela CTB, Vereadora Suely Cardoso, que também nos recebeu pela nova central sindical de trabalhadores.

Convido o representante da CSP- CONLUTAS, o Senhor Antônio Fernandes Neto, que nos recebeu também aqui na entrada.

Sindicato dos Comerciantes, Senhor Ivan Medeiros; Sindicato dos Radialistas, Senhor Eduardo Figueiredo; Sindicato dos Garçons, Trabalhadores de Bares, Restaurantes e Hotéis, Senhor Eleidison Baia e o representante da UNE e do DIESE.

Convidado para compor a Mesa o Senhor Secretário de Saúde, Doutor Kalil Gilbran Linhares Coelho.

Antes de começar a minha fala, pergunto se o vídeo da ANAMATRA está pronto para ser passado? A assessoria me responde que sim.

Antes de passar o vídeo, quero dizer que temos exibido ele em todos os eventos, quero destacar o papel da ANAMATRA, que é o vídeo opcional dos magistrados do trabalho. Eles conseguiram que os atores e atrizes fizessem um belo vídeo, colocando o que eles pensam da tal de terceirização, ou seja, desse projeto que retira o direito dos trabalhadores. Depois do vídeo, vamos iniciar as falas, lembrando que Senadores e Deputados escolhem a hora que entendem ser mais adequada para o seu pronunciamento, mas antes disso, quero dizer que só está presente hoje o Senador Telmário Mota, do PDR, mas registro que a Senadora Ângela Portela reafirmou essa decisão que o PT tirou, a nível nacional, contra a terceirização e, por motivo de doença, é que não se encontra aqui. Falei com o Senador Romero Jucá e ele me disse: “Paim, pode contar comigo nessa invernação”.

Então, quero, com alegria, dizer para vocês, que no Rio Grande do Sul os três senadores votarão contra esse projeto; Paraná, os três senadores; Rio de Janeiro, os três senadores em inúmeros estados, ou são dois ou três, e no mínimo um. Numa demonstração que nós temos mais de 50 votos, se fosse hoje, para alterar, mudar, modificar, ou como eu defendo, até rejeitar o projeto. Como eu recebi essa sinalização dos três Senadores, quero deixar bem claro para todos vocês que essa fala a faço em todos os estados. Isso não é uma disputa partidária. Nós precisamos de voto de parlamentares da oposição e da base do governo e vamos à busca de todos os votos. Vou falar com os 81 senadores e para mim, é bom que eu chegue agora no retorno da semana que vem em Brasília, vou fazer um relatório dos treze Estados por onde passei e eu quero chegar lá e dizer que no Estado de Roraima estive num evento belíssimo, na capital Boa Vista, e que os três Senadores Ângela Portela, Telmário Mota e Romero Jucá votarão contra o PL da terceirização.

A partir deste momento, passarei a palavra ao meu querido amigo e Senador Telmário Mota e, na sequência, o espaço de cinco minutos para todos os nossos convidados para que expressem o seu ponto de vista. Com a devida tolerância naturalmente, dos Parlamentares.

O Senhor Senador **Telmário Mota** – Quero saudar a todos com um bom-dia e, saudar a Mesa; às mulheres, em nome da Suely; todos os companheiros, em nome do Deputado Oleno. Mas quero mesmo, hoje, aqui, é saudar a todos os sindicatos representantes das categorias, em nome do meu amigo Gilberto e dos demais órgãos, em nome do representante do Ministério do Trabalho.

Hoje, Senador Paim, a minha alegria aqui é dupla. O Senhor sabe que eu saí vereador e ao chegar ao Senado, com certeza, é outro mundo. Ali a gente encontrou ex-presidente da República, ex-ministro, ex-governadores, senadores, Deputados, enfim, ali estão, sem nenhuma dúvida, pessoas que já ocuparam os mais diversos e relevantes cargos da federação brasileira em um colegiado. E aqui quero parabenizar a assessoria, em nome do Vinicius, que nos acompanhou, não tirando o mérito de nenhum assessor da Câmara e nem da Assembleia, mas aos assessores também que fazem a Casa, o Senado, que fazem com amor, profissionalismo que não deixam a desejar. Ao chegar naquela Casa, comecei a identificar algumas identificações. Imagina o Senador Paim, 32 anos de Congresso e que foi deputado de oposição extremamente atuante. Um Senador da República que tem uma enfermidade na coluna e hoje está aí, tem dia que vai de cadeira de rodas. Insisto em chegar mais cedo que os demais senadores, mas, quando eu chego e olho o painel, vou logo procurando o nome do Paim, porque ele é sempre o primeiro a chegar.

Quero uma salva de palmas muito forte para o Paim. Ele preside a Comissão de Direitos Humanos e cedo ele abre aquela comissão. Diariamente o Senador Paim está abraçando causas

extremamente nobres, que mexem com o ser humano, com a sociedade. Ele é aquele parlamentar determinado, homem comprometido com a causa do trabalhador e o que o Senador Paim fala nos bastidores, fala na Tribuna. Não é um homem de duas caras. É sempre o mesmo homem, com essa integridade e dignidade. Nós somos da base da Presidente Dilma e, às vezes, temos reuniões para discutir medidas governamentais e lá dentro, na base, às vezes, muitos políticos, muitas pessoas têm um comportamento, aceita, não reage e aí, quando ver a câmera de televisão, vira outro leão.

O Paim, não. O que ele diz lá nas discussões da base ele diz publicamente. Muitas vezes ele contraria a vontade do governo, mas ele tem um foco. Ele tem uma direção, tem um rumo, tem o norte, e ele tem um compromisso com o povo brasileiro.

Paim, você é um modelo a ser seguido. Já falei isso várias vezes. Você é o orgulho do Rio Grande do Sul naquela Casa. Os três senadores do Rio Grande do Sul têm muita coerência. Senador Lasier do PDT; Senadora Ana Amélia, uma brilhante parlamentar que é do PP, partido do Deputado Brito.

Fiz um discurso para mais de 300 pré-candidatas, mulheres no Rio Grande do Sul, vi como o gaúcho trata a sua história, sua origem, mantendo sua cultura. Na hora de cantar o Hino Nacional, há um sentimento de mobilização no povo brasileiro. Mas, no Rio Grande do Sul, quando cantam o hino, a voz sai mais grossa, sai mais forte, sai com muito mais amor.

Então, fico hoje feliz em estar aqui na minha terra natal, fazendo parte deste debate, desta plenária tão importante para o trabalhador brasileiro, num momento tão crucial, porque o governo está com certa fragilidade e aí sem nenhuma dúvida, há tentativas de destruição das conquistas trabalhistas. Estão aí na flor da pele, toda hora querendo avançar. Mais uma vez, Senador Paim, Vossa Excelência teve a grandeza de tirar o Senado lá de Brasília e trazer aqui para o Estado onde começa o Brasil, porque a América do Sul começa pela região norte. Vossa Excelência trouxe o Senado brasileiro para dentro desta Casa para, com certeza, levar um relatório, levar daqui as manifestações pró ou contra a esse projeto, mas que Vossa Excelência levantou em todo território nacional, em nome do Senado, apesar das suas restrições.

Senador Paim, você é um orgulho. Um abraço e um bom dia, e um bom trabalho a todos. Muito Obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem Senador Telmário Mota. De fato, o discurso que ele fez aqui, faz lá também. Esse é o Telmário Mota que eu aprendi a respeitar cada vez mais. Uma salva de palmas para o Senador Telmário Mota.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Serei breve na minha fala, uma vez que estamos aqui mais para ouvir, assim como a intenção do Senador Paim, que é de ouvir as centrais e sindicatos, ou seja, o trabalhador como um todo. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim e desejar-lhe boas vindas. Quero dizer que Roraima não tem só o melhor peixe do Brasil, tem outras coisas boas como o peixe, tem o caxiri, mocororó, damurida e também a carne, que é de excelente qualidade. Todos que provam saem elogiando o sabor.

Quero também agradecer a presença de todas as lideranças sindicais e movimentos aqui presentes. Quero salientar que o bloquinho, que é formado pelo PC do B, PT e PDT, nos colocamos à disposição de todas as centrais e movimento presentes nas discussões que passam por esta casa, e sempre que pudermos ajudamos a aprovar projetos ou requerimentos de interesse de nossa gente.

Já é discutido e é de conhecimento de todos quantos é maléfico esse projeto de terceirização, que torna precária as relações trabalhistas. Já está provado estatisticamente que os índices de ação trabalhistas estão muito mais atrelados às terceirizadas. As condições de trabalhos e a hora remunerada estão bem abaixo dos demais trabalhadores. Tudo isso é de nosso conhecimento, e, portanto, alvo de debate nesta manhã.

Quero me ater à preocupação e aí faço um convite às centrais e movimentos presentes, para esse pacote de maldade, liderado pelo Senador Eduardo Cunha, na Câmara Federal, que vem tirando os direitos dos trabalhadores e prejudicando a sociedade... Não é só a terceirização, há outros projetos com o que nos preocupar, como aconteceu recentemente com a reforma política tão almejada pelo povo brasileiro. Os sindicatos foram às ruas sonhando com a reforma política de fato, para poder moralizar as eleições no Brasil, e saiu o que saiu da Câmara Federal, desrespeitando as forças que compõem a sociedade. Tinha todo um movimento representado pela CNBB, OAB e outras dezenas de entidades que estavam almejando um reforma política democrática e fomos atropelados na calada da noite quando colocaram em votação o projeto desrespeitando o regimento da Casa.

Há várias ações tramitando no Judiciário pedindo anulação

das Sessões realizadas na Câmara Federal, por não dizerem nada com nada. A redução da maioria é outro exemplo. Agora se discute revogar o estatuto do desarmamento, ou seja, é um pacote liderado pelo Senador Eduardo Cunha e colocado goela abaixo sem as devidas discussões. Eu quero deixar um convite para arregaçarmos as mangas enquanto movimentos e partidos de fato, para não aceitarmos que sejam colocadas goela abaixo essas ações lideradas pelo Senador Eduardo Cunha.

Hoje, temos um Senado a quem estamos recorrendo. Na composição da Câmara, como foi colocada, cresce mais e mais a bancada empresarial. Alguns imaginavam que teríamos um Senado mais conservador, mas tivemos a grata surpresa de termos Senadores do perfil do Paim, do Romário, da Ângela, da Vanessa, que hoje conseguem dar o tom naquela Casa em projetos de grande relevância, como a terceirização. Que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores e nós temos uma proposta clara do partido, para sair dessas audiências com substitutivos do qual podemos garantir a regulamentação dessa relação trabalhista, dando todos os direitos e garantias aos trabalhadores. Nós sabemos o quanto é prejudicial essa relação terceirizada. Todos nós conhecemos um amigo ou um parente que trabalha para uma terceirizada, que passa meses sem receber salário. Às vezes, a terceirizada recebe da fonte contratante, mas não paga o trabalhador ou, simplesmente, fecha as portas, troca o nome da empresa, muda o CNPJ e esse trabalhador fica sem saber a quem recorrer. Então, essas relações nós temos que regulamentar, não através do projeto do Sandro Mabel do PR de Goiás, mas sim, através dessas audiências que estão sendo feitas em todas as capitais, com o apoio da sociedade brasileira, para que possamos, de fato, criar uma alternativa e um novo projeto para que possamos resguardar os direitos dos trabalhadores. Não queremos nenhum tipo de retrocesso. Direito de trabalhador não se mexe, é indiscutível. Esse é o meu posicionamento enquanto Deputado Estadual, Presidente do PC do B e líder de bloco, do bloquinho, aqui nesta Casa. Muito obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem Deputado Soldado Sampaio. Essa luta é de todos nós, e com muita pressão é que a gente vai poder reverter esse processo no Senado. Quero só lembrar aqui que as férias e 13º salário estão em cheque, por que a alta rotatividade das terceirizadas permitem isso. Eles fazem um contratinho de três meses, depois fecham as empresas, jogam para outra, trocam os empregados e são mais três meses. Chega ao final do ano, você não tem 13º, não tem férias, isso quando não fecham a empresa e mandam as pessoas procurarem os direitos na justiça. Esse é o cenário que estamos trabalhando, mas nem todos entenderam a gravidade desse projeto que visa, inclusive, derrubar a súmula do TST, que garante o mínimo aos trabalhadores terceirizados. Mas é com alegria que eu convido o Evangelista Siqueira, do PT, que tem demonstrado, no seu dia-a-dia, compromisso com essa causa e que, com certeza, está ajudando muito nesta mobilização.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Companheiros e companheiras, bom-dia. Quero cumprimentar os membros da mesa, em nome da nossa querida Vereadora Suely Cardoso, minha companheira de partido, Vereadora da Capital, uma forte liderança no Estado e Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil- CTB. Bom-dia a todos, sejam bem-vindos.

Quero iniciar minha fala sobre a temática desta audiência, o Projeto de Lei nº 4330, que agora no Senado se chama PLC nº 30/15, razão pela qual se encontra conosco o Senador Paim, colega de partido e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e porque não dizer mais um roraimado. É assim que a gente chama aquele que passa a amar Roraima, mesmo sem ter nascido aqui.

Trago aqui uma linha de reflexão pautada em algumas informações apresentadas em abril deste ano pelo sociólogo Rui Braga, que é professor especialista em Sociologia do Trabalho da USP que falou em dois canais de comunicação, no site “Brasil Econômico” e na revista de circulação nacional “Carta Capital”, que a aprovação do projeto da terceirização acarretará ao mercado de trabalho do país uma inversão estrutural onde passaremos a ter poucos trabalhadores contratados de forma direta e uma grande maioria como terceirizados. Segundo dados apresentados por ele, entre os anos de 2003 e 2015, foram criados no país quase vinte e um milhões de empregos com carteira assinada, dos quais quase treze milhões são de trabalhadores terceirizados que em 2003 eram apenas quatro milhões. Dos quase treze milhões, em torno de 85%, recebem até um salário e meio. O perfil desses trabalhadores, segundo o sociólogo, é de jovens, mulheres, pessoas com baixa qualificação ou sem nenhuma qualificação, pessoas não brancas, dentre outras características. Esse perfil é preferível por essas empresas porque conseguem pagar salários baixos por uma jornada de trabalho

ainda maior, o que lhes permite obter alta margem de lucros. Os dados apontados indicam ainda que os trabalhadores que estão se preparando para desfrutar das suas aposentadorias deverão ter seus postos de trabalho ocupados por terceirizados, se assim o projeto for aprovado. Eles receberão em média 30% a menos que os trabalhadores substituídos. Portanto, até 2020, o número de trabalhadores terceirizados chegará a dezoito milhões no Brasil. Isso sendo modesto. Em outras palavras, a aprovação desse Projeto de Lei representa o último ato para selar o desmonte que vem sofrendo os direitos trabalhistas que arduamente foram inseridos na nossa Constituição, inclusive com grandes esforços do nosso Senador Paim que hoje preside esta audiência. Como Vossa Excelência disse no início da sua fala, que participa da política desde a época da Constituinte como Deputado Federal. O mais grave disso tudo é que essa negação dos direitos trabalhistas, que historicamente faz parte da luta sindical e de muitos partidos políticos não é um fim, mas acarreta uma série de outras consequências na vida do trabalhador que passa a receber salários menores para fazer a mesma função. A insegurança de continuar trabalhando é constante, considerando que é comum entre essas empresas haver uma rotatividade muito grande de trabalhadores, a fim de não pagar os direitos trabalhistas. Se antes a média de permanência no emprego era de aproximadamente seis anos, agora beira dois anos e meio, conforme aponta o Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas – DIEESE. Esses trabalhadores, segundo o departamento, ficam mais vulneráveis a acidentes de trabalho. Para se ter ideia, na Petrobras, mais de 80% dos trabalhadores mortos em serviço, entre os anos de 1995 e 2013, eram subcontratados. No tocante a terceirização ao setor elétrico, tem uma discrepância no quantitativo de vítimas fatais entre os trabalhadores terceirizados e aqueles que estão diretamente ligados a essas empresas.

Senhoras e Senhores, outro agravante do Projeto de Lei é sua contribuição para o aumento demasiado do trabalho escravo no nosso País. Informações do DIEESE, publicadas em abril deste ano, dão conta que 90% dos trabalhadores escravos em setores como mineração e confecção eram terceirizados. Esse texto nos conduz a reflexão que esse projeto é um duro golpe à identidade do trabalhador, que é obrigado a se submeter a esse tipo de insalubridade para garantir o sustento da família. Diferente do que pensa muita gente, esse projeto de lei legitima uma fragmentação da dignidade do trabalhador. Faça parte de um partido cujo sentido de sua existência é a defesa do direito inalienável do trabalhador e não me furtarei dessa discussão árdua sempre me colocando à disposição daqueles que lutam pela construção de um País cada vez melhor. Obrigado.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Bom-dia a todos: Senador Paulo Paim; Senador Telmário Mota, meu amigo e guru do PDT; Deputados Soldado Sampaio e Evangelista, parceiros do bloquinho, que muito contribuíram e possibilitaram a realização desta Audiência Pública; Secretário Kalil Coelho, em nome de quem quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes; meu amigo Gilberto, em nome de quem quero cumprimentar toda a sociedade civil organizada.

Eu começo a minha fala lembrando a Dama de Ferro Margaret Thatcher. Ela dizia, e esse discurso dela é histórico, que não existe dinheiro público, o que existe são recursos arrecadados através de impostos que nós pagamos. Eu quero começar por essa fala para chegar à terceirização. Na minha humilde opinião, a terceirização, hoje, não funciona sequer na atividade meio, o que dirá na atividade fim, que prevê esse nefasto Projeto de Lei. Desde já, declaro o meu voto contrário ao mesmo em toda a sua integridade. Nós, sociedade, não podemos silenciar. Quero de público, agradecer ao Senado Federal, em nome dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, pela iniciativa de trazer esse debate para as 27 unidades da federação, para que possamos discutir e levar o que realmente queremos. Vou aqui usar a fala do Senador Telmário Mota, que não tem papas na língua quando usa a Tribuna do Senado Federal. Fala o que quer porque foi eleito pelo povo para representar qualquer tipo de entidade. Lá, infelizmente, temos interesses diversos do interesse do povo: temos Senadores e Deputados Federais eleitos com o apoio financeiro legal de terceiros para atender seus interesses e, nesse caso específico, o Projeto de Lei dos Terceirizados, para atender os interesses de empresários, e o povo que pague a conta. Nosso partido e os partidos que formam o bloquinho: PT, PC do B e PDT, defendem que nós não podemos sentar numa mesa de negociação para tratar de que seja diminuído um grama do direito do trabalhador. Direito do trabalhador a gente não pode mexer, a gente conquista. São décadas de lutas, são décadas de suor, são vidas que foram ceifadas ao longo dos anos e nós não podemos, pura e simplesmente, de deixar que empurrem, de goela adentro, um projeto de lei que não

só em relação à pessoa com deficiência, será um desastre em todos os sentidos. Ele vai gerar uma alta rotatividade de emprego, vai quebrar o judiciário trabalhista do nosso País, que funciona de forma capenga. Vocês que lutam por direito trabalhista sabem disso. As demandas que nós ajuizamos por direito, pois temos certeza que são nossos, às vezes, levam décadas. Está aí o exemplo dos professores do Estado, que há mais de 20 anos anseiam pelo recebimento de precatórios. Muitos receberam, outros morreram e não receberam e nem os herdeiros tem esperança de receber tão cedo. Então, manifesto minha posição aqui, igualmente à manifestação do PDT no Senado Federal e tenho certeza, na Câmara Federal, de total contrariedade a esse projeto de lei sobre a terceirização. Aceitamos discutir como estamos discutindo aqui, mas que nenhum direito que já foi concedido aos nossos trabalhadores seja perdido. Nós queremos evoluir, queremos mais empregos, uma jornada de trabalho diferenciada, queremos mais garantias ou pelo menos as garantias que a nossa Constituição prevê, e não estão sendo cumpridas. Muito obrigado!

O Senhor Presidente, Senador **(Paulo Paim)** – Muito bem, Deputado Oleno Matos do PDT. Agora que terminou a fala dos Deputados e Senadores, gostaria que o vídeo da ANAMATRA fosse exibido neste momento.

(Exibição de vídeo).

E vocês dizem o que para a terceirização? É não? Ao que? Não, à terceirização.

Passamos a palavra para o Auditor do Trabalho, Doutor Magno Pillon.

Os auditores do trabalho têm realizado um trabalho muito bom na fiscalização do trabalho. Aqui neste momento a palavra está franqueada a ele.

O Senhor Auditor do Trabalho, Doutor **Magno Pillon** – Cumprimento a Mesa, em nome do Presidente, que também é meu conterrâneo.

Resido em Roraima há 15 anos, considero como minha casa, como outras pessoas que se encontram neste auditório que, de fato, não nasceram no Estado, mas tem Roraima como seu lar. Nós desempenhamos nossas funções no Ministério do Trabalho de forma justa e buscando o equilíbrio dessa relação entre o lado patronal e o lado dos trabalhadores. Com relação ao projeto, fizemos algumas análises de modo geral à auditoria. Entendemos que não atende o que os trabalhadores anseiam. Haverá, realmente, uma precarização ainda maior das garantias previstas na Constituição, CLT e de tratados internacionais. Nós encontramos grandes problemas com relação às terceirizadas. Para se ter uma ideia existe, na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, um plantão diário onde o auditor faz atendimento principalmente aos trabalhadores. Nesse plantão não existe número oficial, mas, no meu plantão, em torno de 70% das reclamações são relacionadas às empresas terceirizadas, principalmente, com relação ao pagamento de garantias, falta de pagamento de rescisão. Então, entendemos que o regime que está se querendo adotar irá flexibilizar cada vez mais essas relações. Então, a gente deve fazer o contrário, fortalecer o Ministério do Trabalho, fortalecer os auditores do trabalho, fortalecer as entidades que tentam fazer esse controle das relações trabalhistas muitas vezes sem condições. Nós, como auditores, somos contrários ao Projeto e solicitamos à classe política que tenhamos a acolhida para que se dê cada vez mais apoio ao Ministério do Trabalho para que consigamos suprir as necessidades que chegam ao órgão. Muito obrigado, estamos à disposição.

O Senhor Presidente, Senador **(Paulo Paim)** – Muito obrigado, Doutor Magno. Passo a palavra à Doutora Lilian, representando uma entidade fundamental, inclusive, na libertação de trabalhadores escravizados.

A Senhora **Lilian Carlota Rezende** – Bom-dia a todos. Eu cumprimento a todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim.

Estou como Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais. Nos últimos dois anos, passei a conhecer, pessoalmente, o Senador e me encantei com a coerência com que ele trata essas causas e a coerência com que ele luta por elas. Então, não vou cansar de dar os parabéns para o Senhor.

O Brasil importou o fenômeno da terceirização sob a justificativa de serviços especializados. Eu sou fiscal do trabalho há 20 anos e já fiscalizei inúmeras formas de terceirização e posso dizer, com conhecimento de causa, que praticamente em todas não há especialização. O *know-how*, o conhecimento é todo da tomadora, que impõe às prestadoras as formas de como elas devam agir. As prestadoras simplesmente se limitam a fornecer mão-de-obra. Então, eu repito, não há terceirização no Brasil, exceto, em algumas situações.

Essa é a realidade! Se não há essa especialização, por que contratar essa mão-de-obra interposta? Essa é a questão que não entendemos, porque economicamente você subcontratará um emprego que teria um custo maior, porque você teria que pagar para esse empregado todos os direitos da empresa mãe e mais uma remuneração para a empresa que está fazendo o papel de interposta. Se isso não acontece na prática, se o que a gente vê é uma real economia, ela acontece como? Por qual milagre? Pela exploração do trabalhador, porque verificamos que são impostas metas altíssimas para esses trabalhadores, que geralmente trabalham além das 10 horas diárias e, na maioria, não recebem essas horas extras. Recebe uma pressão muito grande, junto com isso, toda a parte de segurança no trabalho é negada a esse trabalhador. Como eu disse, fiscalizo há 20 anos e encontramos nessa prestação de serviços os maiores absurdos de falta de segurança e saúde no trabalho, como o não fornecimento de equipamentos de proteção, ambientes inadequados, motivo, inclusive, porque muitas fiscalizações encontram juntos trabalhos escravos. Existe também a ilusão de ser patrão, porque ele recebe não mais dois mil, três mil, no contracheque, mas ele recebe quarenta, cinquenta mil, na nota fiscal da sua empresa. No primeiro e segundo mês de patrão, ele irá entender que esses cinquenta, quarenta mil que ele recebe não são suficientes para pagar nem as suas contas. Ele irá descobrir, a duras penas, que ele só é patrão no nome, mas na prática ele ganha menos do que ele ganhava.

Se a sociedade não se compadece desse mal pelos motivos corretos, que é manter o que conseguimos na Constituição de 88, a dignidade do trabalho da pessoa. Então, que sejam por motivos egoísticos, porque as pessoas que estão sendo exploradas estão deixando de vestir a camisa da empresa e por motivos óbvios, porque sendo extremamente explorada isso resulta numa prestação de serviços pior à sociedade. As pessoas deveriam ser mais realistas sobre isso.

Um segundo ponto: a gente está voltando para um momento em que tínhamos duas castas muito extremas na pirâmide de economia do Brasil. Todos esses trabalhadores terceirizados vão ser o subemprego e você vai ter a tomadora. O dono da tomadora tem jatinho, BMW, e o empregado, vai estar em outro extremo, mal vai ter dinheiro para as suas necessidades. E, é contra essa situação que o SINAIT repudia a PEC da terceirização. Não à terceirização.

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem, Doutora Lilian, brilhante como sempre. Passamos a palavra a Vereadora Suely Cardoso.

A Senhora Vereadora **Suely Cardoso** – Bom- dia. Gostaria de trazer a minha saudação especial ao nosso querido Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, do qual faço parte. Saudar a todos da plateia em nome do nosso querido César, atuante do movimento social. Quero dizer a vocês hoje que a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil vem a esta audiência para somar apoio contra esse PLC 30, que nasceu como PL 4330, que é o Projeto da Terceirização no Brasil. Eu, que hoje sou Vereadora por Boa Vista, tenho uma trajetória junto ao movimento social e sindical, defendendo a agenda da classe trabalhadora, venho aqui dizer que podemos sim falar em nome dos trabalhadores. Muitos deles não conseguimos, através de nossos esforços, conscientizar, levar a informação para que ele compreenda o quanto esse projeto é maléfico para a classe trabalhadora.

Gostaria de destacar aqui um termo que se usa no Judiciário, que é a pejotização que é um termo usado por uma nova relação de trabalho que nasce com a terceirização. Uma tomadora contrata uma empresa e essa pessoa jurídica vai prestar um serviço à tomadora, mas vai contratar mão de obra de pessoa física. Essa mão de obra de pessoa física não irá recolher encargos importantes para manter a saúde da previdência pública e dos fundos de pensão públicos. Quando esse trabalhador pessoa física não recolhe o INSS, por exemplo, sai da proteção do estado e é desta precarização que estamos falando aqui, pois coloca o nosso trabalhador recebendo apenas um salário mínimo, submetido a uma alta rotatividade de contratação, sujeito a uma maior incidência de assédio moral. Esse é um dos crimes mais difíceis de serem provados e dentro desta relação terceirizada se torna mais difícil ainda, porque o seu colega de trabalho não vai querer testemunhar porque ele tem medo de perder o subemprego que ele tem para receber salário mínimo.

A CTB se soma ao esforço dessa jornada de audiências públicas pelo Brasil, em todos os Estados, para dizer também que o que está em cena com esse projeto da terceirização é o remonte do capitalismo, que sofre uma crise, mas que sabe se renovar com a maior rapidez. Nós vivemos, hoje, num estado de grandes lucros, deantítese, pois você deixa seu dinheiro no banco e ele empresta seu dinheiro várias vezes. Hoje contrata uma mão de obra terceirizada barata que

nega, por exemplo, o auxílio creche, a participação nos lucros e coloca esse trabalhador, que já representa um terço das contratações, em uma conjuntura de salário muito menor do que é pago. Então, esse projeto é a coluna vertebral do capitalismo porque gera, sobretudo, um aumento na desigualdade social no nosso País. Eu sempre digo que quem produz riqueza no País é o trabalhador e não podemos admitir. Por isso pedimos o compromisso de cada trabalhador hoje, aqui. Como vocês veem, o Senador Paim sofre de um problema de saúde que tenho certeza que tem piorado porque, você sensível como é às causas sociais, demanda muita pressão e você fica nesse estado. Mas, nós precisamos nos somar ao Senador Paim e a todos os Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores que hoje defendem a classe trabalhadora para que não deixemos aprovar esse projeto maléfico a nossa agenda positiva de um País progressista que defende os direitos do povo trabalhador.

E, para encerrar, eu gostaria de dizer que em Roraima, em especial na Capital Boa Vista, nós temos uma realidade recorrente de contratações de terceirizadas, principalmente nos setores de serviços. No Hospital da Criança temos uma terceirizada que presta serviço de limpeza e conservação. Essa terceirizada foi contratada pela Prefeitura Municipal de Boa Vista com o discurso de que a Prefeitura iria economizar recursos públicos. Mas nós sabemos que nenhum empresário vai vender um serviço em que não tenha lucros. Então, a diferença entre o salário mínimo e aquele salário que a Prefeitura pagaria, através da contratação, através de concurso público, fica retida na mão do empresário. Essa relação intensifica a desigualdade. Como bem disse aqui a Doutora Lilian, isso coloca o trabalhador numa situação econômica muito pequena, que não garante que ele tenha uma casa própria, um transporte, uma vida social com sua família de uma forma digna.

Para encerrar, quero dizer que esse Projeto da Terceirização também tira da tomadora a solidariedade subsidiária, que é quando a empresa que contrata o trabalhador não cumpre com a sua responsabilidade de recolhimento e repasse dos encargos sociais, demite esse trabalhador, que fica desassistido de seus direitos, demandando, portanto, uma sobrecarga de processo no judiciário. Nós defendemos que quem contrata a empresa tem responsabilidade com os direitos do trabalhador contratado. Dessa forma, nós queremos dizer que como Vereadora na Câmara Municipal de Boa Vista, tenho o papel de defender a agenda positiva dos trabalhadores e a gente se soma a sua jornada de audiência e assinaremos a Carta de Roraima dizendo que somos contra a terceirização. Muito obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem, Vereadora Suely Cardoso. Na sua fala muito precisa, você tem razão. E nós percebemos nessa jornada, a nível nacional, que as mulheres estão muito preocupadas, porque, além de atingir a família, seu conjunto, atinge principalmente as mulheres pela discriminação que já existe, porque a mulher, exercendo a mesma função do homem, não ganha o mesmo salário. É tão absurdo que no Congresso tenha um projeto que eu peguei para relatar, que diz que a mulher, na mesma função do homem, tem que ganhar o mesmo salário. Resultado, o projeto foi parar na Comissão de Infraestrutura, que é para cuidar de ponte e etc. Jogaram para lá, para engavetar o projeto, que só tratava disso, da igualdade de salários. Então, esse projeto afeta em muito as mulheres, pois a maioria das pessoas contratadas por terceirizadas são mulheres, em torno de 60%, 70%.

Passo a palavra ao presidente da UGT- Roraima e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada, Fabiano Xavier.

O Senhor presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) de Roraima, **Fabiano Xavier** – Bom-dia a todos os presentes. Gostaria de saudar a Mesa, em nome do Senador Paim, registrando aqui o abraço fraterno do nosso Presidente Nacional, Ricardo, e do seu conterrâneo, Paulo Barque, da UGT do Rio Grande do Sul.

A discussão está muito intensa nas centrais sobre esse projeto de lei que vem, de certa forma, precarizar da pior maneira possível a relação capital/trabalho, deixando o trabalhador numa situação muito complicada. Eu estava fazendo uma análise aqui. Se todos aqui tivessem um conhecimento aprofundado do que estamos discutindo aqui, hoje faltaria lugar para tanta gente neste plenário. É muito complicado! A gente que vem discutindo sobre esse projeto de lei, vê que é uma forma que se tenta de instituir, de legalizar, o retorno da escravidão. É mais ou menos por aí. O negócio é muito complicado. É uma forma de legalizar essa escravidão mesmo, porque daríamos um passo para trás, onde se rasgaria a nossa CLT, que foi, do tempo de sua instituição para cá, muito discutida, de certa forma, de modo a levar algum benefício para esse trabalhador. Hoje a gente estaria rasgando todas essas conquistas de uma

só vez, deixando para trás tudo aquilo que já foi ganho, esse pouco que já foi ganho, inclusive. Nós temos a federação nacional dos trabalhadores em asseio, limpeza e conservação de serviços terceirizados junto ao GT. Essa federação tem a sede em São Paulo e nós temos a oportunidade de acompanhar em nosso Estado. Companheira Sueli, você usou muito bem em seu discurso o que acontece. E hoje a gente acompanha de perto isso aí. Hoje o salário, para quem não sabe o piso salarial para a categoria dos terceirizados aqui em nosso Estado de Roraima, é de 820 reais. Eu pergunto a vocês: Quem consegue sobreviver com 820 reais? Não têm condições! E as terceirizadas que aqui se encontram deveriam praticar porque não recolhem o INSS e nem o FGTS. Isso é fato! Se a gente entrar com uma ação pedindo a rescisão indireta de contrato de trabalho, o Estado de Roraima vai parar. Eu falo isso em 90%, com toda certeza, pois não cumprem essas obrigações, como prestadores de serviços no Estado, ou seja, no Município. A grande maioria não cumpre. Isso é fato comprovado. E o que se está se discutindo neste projeto de lei é essa tentativa de terceirizar o resto. Existe uma Súmula, a Súmula 303 do TST, que permite a terceirização de algumas atividades, como, por exemplo, porteiro, auxiliar de serviços. São atividades onde essas empresas fornecem esses serviços, contratam essa mão-de-obra nesse preço. Esse pessoal trabalha de maneira precária. Basta lembrar que tem um dispositivo, uma convenção coletiva em exercício, aqui no Estado, que não é cumprida. O trabalhador que tem direito a alimentação, nenhum deles recebe. E se fala em regulamentar o Projeto de Lei que agora é o 30/15, lá no Senado, com esse aspecto! Presido o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada. Temos aqui a presença do pessoal da construção civil. Eu imagino o que seria isso nos nossos setores: A precarização dessa mão de obra, de onde sairia? Nós vamos terceirizar mais o quê? Esse pedido inescrupuloso de tentativa de volta à escravidão! Eu espero o que depois disso? A volta do tronco, da chicotada, e, de leve, da palmatória? Só falta isso, entrando com o projeto de lei. Lembrem-se que esse projeto de lei foi proposto pelo Sandro Mabel, empresário de Goiás. E teve esse direcionamento lá para o Senado e estão tentando, de certa forma, diminuir nossas conquistas. Já está diminuindo! Hoje a gente tem a infelicidade de ter um PPE (um Programa de Preservação de Emprego) já instituído onde é diminuída a carga horária, diminuí tudo, a troca de ele ficar mais um ano no emprego. Estamos vivendo um período de crise. Isso é fato! A crise está instituída em nosso país. Mas será que somos nós que somos os responsáveis por ela? Somos nós os pagadores pela crise? Somos nós que somos os detentores da conta? Eu acho que não. Então deixo aqui o nosso registro, o nosso não ao Projeto de Lei registrado aqui pela UGT/RR. Somos absolutamente contra o projeto. Meu muito obrigado a todos e tenham um bom dia.

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Eu quero, antes de chamar o representante da CUT, o Presidente Gilberto Rosas, que é também Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federal, dizer que eu falei com a Graça hoje de manhã, e disse que você tem sido o meu guia na cidade, me acompanhou no almoço, no jantar e me pegou hoje de manhã para trazer para cá. Agradeço de pronto, esse carinho.

E dizer, também, Gilberto, te convidando já para vir à Tribuna, que a ANAMATRA (Associação Nacional de Magistrados do Trabalho) está fechada com a gente, patrocinou esse vídeo particular, mas, infelizmente, hoje, não pode estar aqui.

Agradeço também aqui ao Calixto, que me ligou há pouco tempo, dizendo que ele não pode, por problema de voo, estar aqui, mas a nova central sindical está junto com a gente nessa caminhada.

Também o Juruna, que todo mundo sabe que é da Executiva da Força Sindical, dizendo que não tenham dúvida que a decisão tirada na sua executiva é que eles também estão na mesma frente com todas as centrais contra esse projeto.

E, agora, eu chamo então o representante da CUT, o líder Gilberto Rosas.

O Senhor Representante da CUT, **Gilberto Rosas** – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos aqui presentes, especialmente o Senador da República Paulo Paim. Para nós, trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Roraima, é uma honra sua presença aqui, especialmente por Vossa Excelência participar da Comissão de Direitos Humanos, pelo trabalho que Vossa Excelência faz nessa comissão. E por ser o relator do PLC que, com certeza, pelas suas falas, inclusive com a imprensa, vemos que é contrário. Um abraço ao nosso caboclo, lá do Teso do Gavião, que é o nosso Senador Telmário Mota, a quem eu peço uma salva de palmas pela sua coragem e pelo trabalho que faz junto ao Senado.

Deputado Sampaio, a gente conhece o seu trabalho e a sua história em defesa dos direitos dos trabalhadores. Deputado Evangelista

Siqueira, também um jovem que foi eleito agora neste mandato. Doutor Oleno, que é também nessa nova experiência como legislador aqui nesta Casa. O Deputado Brito que não está aqui presente.

Quero cumprimentar aqui também os nossos auditores fiscais, nossos colegas do serviço público, a nossa vereadora Sueli Cardozo, também presidente da CTB e do Sindicato Municipal, que contribui muito. Ela, sendo de uma central ou de outra, sempre em parceria com o companheiro Eduardo, que está ali na Mesa. Enfim, os demais presidentes de centrais, de sindicatos. Alguns presidentes de sindicatos filiados à CUT, aqui nos honrando com suas presenças. A presença do companheiro, presidente da Federação Nacional de Servidores Estaduais aqui presentes que ontem veio se filiar ao SINTRAIMA. Em nome do companheiro Francisco, um abraço a todos e todas.

Também quero deixar um abraço àqueles que vêm representar os sindicatos patronais. A CUT tem sua posição. Senador me permita dizer a Vossa Excelência que, nos meus 18 anos, o senhor já era um parlamentar. Significa que o movimento sindical me deixou de cabelos brancos iguais ao seu. Não é que seja tão velho, mas já tinha uma admiração pelo seu trabalho e por ser filho de Roraima, um admirador assíduo de todos os programas de rádio. Então, por ter vindo do interior, ouço a Voz do Brasil todos os dias. Por isso conheço o seu trabalho, não só agora na Comissão dos Direitos Humanos, mas também na área de Educação. Se tiver trabalhadores e trabalhadoras aqui que não conheçam, mas procurem buscar nos arquivos o trabalho que esse Senador tem feito e vem fazendo no Brasil em defesa de uma boa educação, lá no Congresso e, especialmente, agora no Senado. Então, fica o nosso abraço e o nosso carinho especial a Vossa Excelência. Roraima está de braços abertos. E assim como lhe recebeu, vai continuar recebendo, mesmo que não seja em atividade oficial de Senador, mas venha nos visitar para irmos à Venezuela, poder ir visitar a Guiana, que são países vizinhos, e a gente tem o costume de sempre estar lá.

Quero dizer a todos aqui que em poucas horas que convivi com o Senador, a minha admiração aumentou, pela sua humildade e pela sua simplicidade de tratar o trabalhador e a trabalhadora com respeito e dignidade. Isso é importante! E nesse tempo em que ele está à frente desta comissão, vai contribuir muito para nós trabalhadores, especialmente para a CUT, que tem feito, junto com as outras centrais uma defesa árdua contra o Projeto de Lei, que tramitava na Câmara com o projeto 4330 e agora é o PLC 30, que tramita no Senado. Nós temos a nossa posição, que é a retirada total desse projeto de lei para que seja construído um novo projeto para os trabalhadores, que venha garantir direitos e o respeito para com os trabalhadores deste país. Nós temos exemplos claros que foram citados aqui por outros companheiros, inclusive, pelos nossos fiscais, auditores do Ministério do Trabalho, que acompanham diariamente o que vem acontecendo com esses trabalhadores, especialmente os terceirizados, que prestam serviços às empresas aqui do Estado. O desrespeito total a esses trabalhadores. Então, a CUT tem sua posição: é contrária a esse projeto de lei porque, em nenhum momento, ele garante direito ou vem melhorar e garantir mais direitos para os trabalhadores.

Senador Paim, no início de sua fala, disse que nem no período da ditadura havia acontecido um ato tão perverso contra o direito dos trabalhadores no país. E agora, em pleno século XXI, em 2015, onde nós trabalhadores lutamos sempre para avançar na conquista de nossos direitos, vamos retroagir e, para piorar essa condição, a relação do trabalhador com o empregador. Isso é um absurdo! Nós, da Central Única dos Trabalhadores, especialmente aqui do Estado de Roraima, vamos está contribuindo, clamando aos trabalhadores e trabalhadoras para unirmos a nossas forças, levantarmos as nossas bandeiras de uma forma ordeira e democrática contra esse projeto de lei, da forma como ele está sendo apresentado, e defender novo projeto, que venha garantir direitos. Nós podemos pesquisar todos os dados, que esse projeto de lei retira direito dos trabalhadores. Ele mata, porque não é respeitada a dignidade dos trabalhadores em seus locais de trabalho, o material necessário para ele prestar um serviço digno. Nós sabemos que em cada quatro casos de acidente de trabalho no Brasil, três são das terceirizadas. Nós sabemos que 25% daqueles que são empregados nas empresas terceirizadas ganham menos do que os trabalhadores e trabalhadoras que são concursados.

Esse projeto de lei vai acabar com o concurso público que, por sinal, aqui em Roraima, foram colocados dados pelo Deputado Brito. Realmente, 80% dos trabalhadores e trabalhadoras aqui são do contracheque. São servidores municipais, estaduais e federais que contribuem com a renda para o desenvolvimento deste Estado. 20%, com certeza, são da iniciativa privada, que têm o seu papel.

No serviço público já está disseminada a terceirização em

vários órgãos. E a gente observa os atendimentos, não é vereadora, no Hospital da Criança, no Hospital Geral e em outros órgãos, quando eles tentam colocar os terceirizados para fazer a prestação de serviços “fim, não o “meio”. Então, a CUT tem essa posição contrária a esse projeto de lei. Queremos garantir e pedir de nosso relator da comissão que ele acate a carta dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Roraima contrário a esse Projeto de Lei.

Quero agradecer pela presença e participação de todos vocês que vieram contribuir para essa audiência. E agradecer também a esta Casa.

Quero fazer uma pequena observação aos eleitores de Roraima. Parece-me que esta Casa só tem quatro Deputados que defendem os trabalhadores e trabalhadoras. Nós temos uma bancada de 24, e só 04 compareceram. Todos foram convidados. Temos que observar isso. Isso me deixa entristecido porque sou um eleitor, sou um eleitor de Roraima. Defendo o direito dos trabalhadores e parece que só quatro têm compromisso com os trabalhadores. Quero deixar registrado isso aqui. Obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – O Gilberto Rosas, com muita propriedade, fez uma análise do quanto esse projeto traz de prejuízo para os trabalhadores da área privada e pública. Sem a lei, eles já estão invadindo a área pública. É preciso uma lei que dê respaldo a eles. Eu me lembro que no dia do debate eu estava no hospital e tinha feito uma operação de vesícula. Estava assistindo o debate na Câmara e estava lá o projeto. Houve um parlamentar que disse: Eu fui prefeito, se naquela época já tivessem aprovado esse projeto, eu terceirizava tudo e não fazia serviço público. Na truculência do debate eu vi o Henrique Fontana, que muitos conhecem lá do Rio Grande do Sul. Ele é um dos líderes do Governo e dizia para o Presidente da Casa: “Presidente, o projeto não está aqui ainda. Como é que nós vamos votá-lo, se está sendo negociado ainda pelo relator?” O Presidente respondeu: Não importa, vamos discutindo e vamos votando. Quer dizer, o projeto foi votado dessa forma. Foi com essa indignação que nós resolvemos fazer, então, algo diferente. Trazer o congresso para cada Estado.

Alguns duvidavam que a gente viesse aqui para Roraima, por causa da distância. Disseram-me que na volta tem que voltar por São Paulo, dá em torno de seis horas. Eu vou sair daqui às duas horas e quarenta minutos, se não me engano, e chego lá as oito e cinquenta da manhã. Nem que fossem 10 horas, a gente vai cumprir o que a gente assumiu em todos os estados. Eu sei que não é fácil deslocar pessoas em um dia de semana para vir para cá, mas estamos fazendo isso. Vocês fazem parte desta história, pois essas audiências irão se tornar um documentário e um livro, onde a fala de vocês, as fotos que vamos tirar no final vão estar nesse livro e nesse documentário. Então, eu queria pedir uma salva de palmas para vocês do plenário e os convidados que estão aqui participando desse debate.

Passo de imediato a palavra para o Senhor Antônio Fernandes Neto, representando o SSP com lutas, que está também sempre com a gente. Nessa segunda-feira vamos discutir na minha comissão no Senado, a questão dos haitianos no Brasil, principalmente a situação em que eles se encontram em São Paulo. Uma provocação com lutas de todas as centrais sindicais.

O Senhor representante do SSP, **Antônio Fernandes Neto** – Bom-dia a todos e a todas. Antes de falarmos o que nós pensamos sobre a terceirização, eu queria reivindicar a presença dos dirigentes do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal, que está em greve, e do Instituto Tecnológico de Educação, que também está em greve. Eles não estão em greve só pelo salário não, mas também porque a terceirização já os atingiu, na medida em que, a partir de agora, podem contratar professores terceirizados através de empresas. Isso é burlar a Constituição, passar por cima dela. Ilegal é quem autoriza isso. Ilegal é quem permite esse tipo de terceirização que vai piorar a qualidade de ensino e o salário de nossos professores. Eu queria ver os nossos professores pesquisando o futuro do nosso país, e não correndo para lá e para cá para dar aula para sustentar seus filhos. Isso acontece em outros países da América Latina, onde houve terceirização do professor universitário. Por isso sejam bem-vindos companheiros da Universidade Federal de Roraima e do Instituto Federal. Estou com vocês e não abro.

Entrando no tema da terceirização, eu acho que ele chegou ao momento em que nós estamos vivendo uma avalanche mundial. Vamos tentar pegar as coisas grandes para depois entendermos as pequenas. De uma crise econômica gigantesca que nós temos visto em todos os países é retirar direitos. Nós vimos agora o povo grego votando contra o pagamento da dívida. O famoso não. E mesmo assim o seu governo foi obrigado e se sentiu pressionado a assinar um acordo lesivo aos interesses do povo grego, tirando um montão de direitos desse povo. E

nós estamos vendo que a Europa está se transformando numa América Latina. Estão perdendo direitos e ficando igual a nós. E o que é pior, nós da América Latina estamos nos transformando em China. Essa é a qualidade do trabalho que nós estamos tendo. No Brasil ainda está atrasado, mas essa é a dinâmica. Isso é o que eles querem.

Eu faço essa colocação para nós entendermos o tamanho do monstro que nós temos que enfrentar, e pensar qual é a arma que devemos usar para enfrentá-lo. E a arma que nós precisamos é muito grande. Vejam bem, vão tirar os nossos direitos, como tiraram na Argentina. Na Argentina, nos anos 50, 60, os trabalhadores não lutavam pela “Minha Casa Minha Vida, para ter uma casa. Os trabalhadores na Argentina, naquela época, lutavam pela minha colônia de férias, pela minha casa na praia. Esse era o nível de vida que tinha a classe trabalhadora até os anos 90, quando começaram os processos de terceirização. Hoje, na Argentina, se mantém o código de trabalho, que é a CLT deles. Com a terceirização, nós encontramos trabalhadores ganhando por dia nas grandes empresas. Trabalhando por dia ele chega à porta de uma grande multinacional, que também está aqui no Brasil, que é obrigado a respeitar determinadas leis. Lá na Argentina, ele chega e vai trabalhar e dizem: hoje não. É isso que querem impor no Brasil, é trabalhar por dia. Isso é uma situação análoga ao trabalho escravo. Se nós formos à Colômbia nós vamos conversar com os trabalhadores da General Motors e eles vão dizer para nós que as condições de trabalho na General Motors são as mesmas que eles querem colocar em Gravataí, Paim. Então, o trabalhador chega cedo e a gente diz para ele que hoje a gente só tem que pintar 200 motos e não é necessário sua força de trabalho, mandam voltar no outro dia, trabalho diário. É disso que nós estamos falando. Isso é transformar as relações de trabalho do Brasil nas mesmas condições da China. Isso nos faz entender o tamanho do monstro que nós temos que enfrentar e nos leva a pensar que tipo de resposta nós vamos dar. Eu acho maravilhoso que nós estejamos reunidos aqui para poder discutir isso. Esse é o primeiro passo e, nós ainda estamos engatinhando, porque temos que fazer coisas muito grandes. Temos que discutir aqui, com toda clareza, que estamos perdendo direitos de 70 anos. Vejam só, nos últimos meses, a aposentadoria piorou, o seguro-desemprego piorou, o PIS/PASEP piorou, a terceirização e por aí vai. Então, aqui não tem jeito, nós estamos começando a conversar e temos que dizer as coisas claras. Nós só vamos frear isso daqui com uma medida forte, com audácia, sem medo, com perseverança. E essa medida de força tem nome. É preciso preparar uma greve geral neste país para dizer a todos os empresários que nós não vamos engolir. Que aqui não vai ser China. Que precisamos garantir um futuro digno para os nossos filhos. Isso só vai acontecer se nós lutarmos. E a forma mais correta que temos para começar a preparar uma greve geral neste país. É assim que nós temos que fazer. As outras medidas serão um *bandaid* numa grande ferida. Enquanto nós discutirmos para colocar em perspectiva a greve geral, podemos começar a fazer coisas importantes. No dia sete de setembro, nós teremos o Grito dos Excluídos. Aqui em Roraima e em todos os lugares, nós estamos preparando o Grito dos Excluídos. É preciso que todos nós estejamos presentes. Essa é uma primeira batalha nossa. Vamos dizer não à terceirização e a todos os ataques que estão fazendo aos nossos direitos. Nós queremos um futuro digno para mim, para você e para os nossos filhos, se não vamos ter filhos vivendo em condições análogas ao trabalho escravo. É contra isso que estamos lutando. Muito obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Senhor Antônio Fernandes Neto, você tem toda razão quando aponta essa linha de que o que eles querem é o trabalho de fato por hora. Só para ajudar na reflexão, no dia 20 de agosto, vai ter o lançamento em Porto Alegre de uma frente democrática contra qualquer tipo de retrocesso no campo das liberdades. Mas no mesmo dia 20, eu realizo uma audiência pública em matéria de precarização internacional. Está confirmada a presença de 15 países. Eles vão mostrar exatamente o que você falou que caminha nessa linha que vai o Brasil, com a frase disfarçada de banco de horas. O camarada vai para empresa, parece que o Macdonald é quem faz isso, chega lá, se não tiver atividade vai para a casa e volta amanhã, mas fica devendo as horas. E você fica refém praticamente os sete dias da semana da empresa e vai trabalhar no momento em que eles acharem mais adequado. Dessa forma, o pagamento acaba sendo por horas trabalhadas. Se a gente permitir que esse projeto avance, eu também concordo com você, esse é o destino no Brasil. Já existe em vários países do mundo. E aqui foi lembrado o caso da Espanha, Portugal e da própria Grécia. É muito mais complicado o caso que nós estamos trabalhando.

O Senhor Senador **Telmário Mota** – Eu fui atender um telefonema e era o Ministro Mercadante parabenizando você por este trabalho. Ele disse que todos estão de recesso e nós estamos

trabalhando. O Mercadante mandou um abraço e disse que ontem o encontro da Presidente Dilma com os governadores foi extremamente positivo. Deputado Sampaio, que é da área de segurança, Roraima pode ser o modelo. Hoje as cadeias públicas estão superlotadas, estamos com deficiência de vagas e pode já ser usado o sistema da tornozeleira. Roraima pode começar a ser, infelizmente, esse modelo, mas irá melhorar a questão carcerária que mexe com todo o Brasil. Além disso, também houve um avanço na questão da saúde, o tema mais complexo nesse encontro da Presidenta com os Governadores para encontrados um caminho para o Pacto Federativo.

O Presidente do Sindicato dos Radialistas, Senhor **Eduardo Figueiredo** – Gostaria de cumprimentar a todos e, em respeito às mulheres do meu Estado, a minha amiga batalhadora Sueli Cardozo. Companheiros, sou Presidente do Sindicato dos Radialistas, trago um abraço do companheiro Caverna, lá do Rio Grande do Sul, Presidente do Sindicato dos Radialistas e da nossa Federação, nosso Presidente da Federação Interestadual de Rádio e Televisão, companheiro José Antônio. Companheiros radialistas aqui presentes, demais trabalhadores, CUT, CTB, companheiro Deputado Evangelista Siqueira, também radialista, em seu nome saúdo os demais Deputados. Acompanhando esse processo da terceirização nós radialistas do Brasil, não só de Roraima, estamos preocupados porque nosso meio de comunicação hoje, inclusive dentro do Congresso Nacional, é terceirizado. A comunicação do Congresso Nacional é uma empresa terceirizada que presta serviços. É uma preocupação da Federação e dos demais sindicatos filiados à Federação. Somos 22 estados filiados a FEDERT com essa preocupação. Não vejo vantagem nenhuma para nós trabalhadores que prestamos serviços, pois perdemos o espaço sem direito a FGTS, INSS e outras coisas. Os nossos direitos, Senhores Senadores, aos poucos eles querem tirar. Hoje as empresas das quais eu milito, demitem funcionários que tem 20, 25 anos, para contratar um iniciante despreparado para o assunto. Eu aqui tenho um problema com a comunicação da Universidade Federal, que é uma rádio e um canal de televisão e terceirizaram o pessoal. A empresa que perdeu a licitação no ano passado pagava 800 reais para cada profissional. Sindicato e federação discutiram junto com a Reitoria da Universidade e conseguimos criar um piso específico para esses profissionais. Com muito orgulho, respeito e dignidade a Universidade respeitou o nosso piso salarial e graças a Deus esses dois profissionais da rádio e TV estão recebendo um salário digno pelos seus trabalhos. Mas isso é luta, companheiros. Se calarmos e não discutirmos junto com nossos representantes no Congresso Nacional, vai passar mais uma vez batido. Quero parabenizar os Senhores Senadores pela atitude, os quatro Deputados Estaduais que estão aqui à frente dos trabalhos na Assembleia Legislativa. Temos 24 Deputados, cadê os 20? Estão viajando? Não sei. Fica a pergunta para o povo. Quero aqui parabenizar essa comissão estadual e nacional. Quando soubemos que o Senhor estaria em Manaus já nos preparamos para irmos a Manaus, eu, os companheiros D Barros e Pedro Júnior que se fazem presentes aqui. Intercalei o companheiro Carlinhos da NBC em Brasília. O Senhor sabe quem é. Ele disse que o Senhor iria estar em Roraima também. Muito obrigado pela sua presença e obrigado, povo trabalhador deste Estado. Vamos nos respeitar, somos pais de família e precisamos de salários, trabalhos dignos e honestos, porque representamos a nossa casa, nossa família e cada um de vocês. Senadores, Deputados Estaduais e Federais honrem os votos que receberam da nação brasileira e deste Estado querido chamado Roraima, muito obrigado.

O Senhor Presidente, Senador **(Paulo Paim)** – Nessa minha cruzada a nível nacional, de fato, a imprensa tem dado uma cobertura razoável. Não adianta só reclamar, temos que agir, criar o fato e, estrategicamente, fazer com que repercuta dentro do possível. Aqui no Estado, praticamente todas as emissoras estiveram aqui e fizeram entrevistas, não só comigo, mas, com os Senadores e Deputados. Isso para mim é bom. Independente de termos as nossas divergências, o fato existe e o Brasil está se mobilizando contra esse PL da terceirização. Com certeza, esse PL vai desorganizar o mundo do trabalho. O empresário sério não ganha com isso, quem ganha é o picareta. É nessa visão que quero dar uma salva de palmas à democracia e dizer que temos que estar irmanados em sua defesa, construindo uma democracia cada vez mais forte no nosso País. Viva a democracia!

O Secretário de Saúde, Senhor **Kalil Linhares** – Bom-dia a todos. Em nome do Senador Paim, quero cumprimentar os membros da Mesa, Senador Telmário. Fui convidado pela Assembleia, tendo em vista que a Secretaria de Saúde tem seis mil funcionários. É uma folha de pagamento em torno de 30 milhões. Temos 90% de funcionários públicos, uma parcela de terceirizados e cooperados, que é a parcela de médicos. Vou falar de forma técnica da minha experiência com

esses trabalhadores de forma geral o que percebemos no dia a dia. Tenho passado quase que diariamente nas áreas de saúde. Hoje pela manhã estava no grande trauma conversando com os funcionários, trabalhadores ligados às terceirizadas e médicos ligados à cooperativa e percebemos que dos funcionários públicos 98% são pessoas comprometidas com o serviço, dedicam seu sangue no dia-a-dia. Trabalhar com a emergência não é fácil, você absolve aquela demanda psicológica, você está lidando com doenças, dor, mazelas. Isso no dia-a-dia leva a problemas psicológicos e temos uma parcela importante de 03, 04% com problemas psicológicos e até psiquiátrico. Temos essa percepção que esse trabalhador precisa de cuidado, de treinamento, mas precisa de fiscalização porque o usuário que paga esse serviço precisa ser atendido. Reforçamos a parte de RH para que haja essa fiscalização. Estamos trabalhando fortemente na questão humanização desta equipe, para que ele possa ser atendido e saber por que está adoecendo, porque está cansado e por isso estamos trabalhando fortemente na questão da humanização. A minha impressão é que a grande maioria vê na estabilidade, na segurança, um ponto fortemente favorável na prestação do serviço final e isso reflete no seu serviço. Temos, na sede da SESAU, privilegiado, o servidor de carreira. Eu sempre disse que nos lugares essenciais como planejamento vamos colocar gente de carreira porque um dia a gente sai, mas eles ficam e os serviços continuam, e isso é importante para o usuário final. Temos privilegiado os servidores de carreira. Em relação ao trabalhador ligado ao serviço terceirizado, temos fiscalizado muito na questão da legalidade, se a empresa entrega o ponto deles com os impostos pagos, com a IPI paga, temos fiscalizado e percebido que tem dado resultado. Temos fiscalizado se há servidores trabalhando de forma precária e temos cobrado e penalizado as empresas. Notificamos as empresas que estavam trabalhando de forma inadequada porque o trabalhador tem que estar com a IPI, tem que estar protegido. É um lugar que tem sangue, tem secreção. Tem uma massa muito grande desses trabalhadores comprometidos e quando a gente não paga uma terceirizada é porque o Estado está passando por uma crise muito grande. Quando a gente vai visitar o HGR eles cobram e a gente procura manter em dia as terceirizadas também. Quanto à cooperativa, eu também sou cooperativado, vim de Manaus, aqui tem a Cooperativa dos Médicos. O vínculo trabalhista é mais precário porque, na verdade, você não tem nenhum tipo de garantia, ficamos muito preocupados com esse grupo de médicos que são só cooperados, a situação deles é muito instável e depende de muitas variantes. Esse tema é controverso e a SESAU vem para somar. Obrigado.

O Senhor Presidente, Senador **(Paulo Paim)** – O Senhor deu exemplos práticos de como é importante interagir em relação às empresas de terceirização. Muito obrigado!

Este é um momento histórico e vou abrir espaço de três minutos para quem se inscreveu. Gostaria que permanecessem no plenário para que possamos, em seguida, votar a Carta de Roraima. Estamos ao vivo através da internet para todo o Brasil. Vários Estados estão comentando a importância deste evento em Roraima.

O Senhor Presidente da Federação Nacional dos Servidores Empregados pelos Estados e do Distrito Federal, **Renilson Oliveira** – Boa-tarde, Senador Paim, na pessoa do qual cumprimento os demais membros da Mesa, público presente, lideranças sindicais. Sou de Pernambuco, sou Presidente da Federação Nacional dos Servidores Empregados pelos Estados e do Distrito Federal. Nossa sede é em Brasília, viemos aqui a trabalho. Vossa Excelência já passou em Pernambuco, fazendo uma audiência nesse sentido. Esse é um tema que tem que ser repetido. Às vezes alguns temas são repetidos e se tornam cansativos, mas, na verdade, a sociedade tem que insistir neste debate. Temos que falar da precarização que esse PL 30 vai trazer para o mundo do trabalho. Quero também chamar atenção para esse PL porque ele já esteve no Brasil transvertido de outro nome, era chamado de flexibilização do artigo 618 da CLT que foi sepultado pelo Ex-Presidente Lula, que estava em curso, algo do mesmo potencial que ia acontecer aos trabalhadores. Queriam colocar nas mesmas negociações, direitos já adquiridos pela CLT. Quero falar da questão do serviço público. Sou representante dessa área. Não só esse PL tenta rasgar a CLT, mas é uma tentativa de rasgar a Carta Magna, a Constituição de 88. Essa terceirização hoje é uma avalanche no serviço público e quero dar um exemplo do meu Estado Pernambuco. Temos hoje em Pernambuco, no serviço público estadual, quase 30% de terceirizados. É uma relação de assédio moral e de baixos salários. A função pública também está sendo terceirizada. Essa é a nossa preocupação. Além dessa relação frágil de retirada dos direitos há também uma coisa que atinge os serviços públicos. Pela Emenda Constitucional 19 e 20 todos os Estados agora têm que ter seu fundo próprio de previdência. Em

Pernambuco são mais de 30 mil pessoas ocupando função pública, mas o desconto da previdência não vai para o nosso Fundo de Previdência próprio. Sendo essa mais uma ação prejudicial desse projeto. Estamos encampando esta luta, estamos fazendo isso pelo Brasil. É um grande passo e toda grande maratona começa com o primeiro passo. Vamos nessa luta, companheiros e companheiras.

O Senhor Presidente do SINTRAIMA, **Francisco Figueira** – Sou Presidente do SINTRAIMA, temos aqui as três esferas do serviço público do Estado de Roraima, municipal, estadual e federal. Acredito que o exemplo que tem que ser dado por essas esferas começa em casa. É não à terceirização dentro do serviço público. Temos que parar a terceirização. Estão usando justificativas, extinguindo cargos para terceirizar. Isso é um absurdo! Estamos sentido falta de pelo menos um Deputado Federal aqui hoje. Há somente quatro Deputados da bancada estadual, temos que começar a dar o exemplo em casa, os Senadores, Deputados Estaduais e Federais. O Senador Telmário que tanto briga pelos serviços agora se uniu ao Senador Paim, para começamos a engessar a terceirização do país pelo serviço público, porque se tivesse sido engessado há mais tempo, não estaria do jeito que está sendo estendida ao serviço privado. Vamos começar a dar exemplo de casa, respeitando o servidor público, porque estão querendo dar os mesmos poderes dos servidores públicos aos terceirizados. Seria muito bom se um representante do Estado, a Governadora, a Prefeita estivessem aqui escutando isso. Temos que parar com a terceirização.

O Senhor **Silvio Roter** – Bom-dia a todos. Infelizmente ouvi muita babação na fala de algumas pessoas e vou ser mais grosso um pouco, porque essa situação não pode acontecer no País. Vemos hoje o Partido dos Trabalhadores, que vem governando este País, fazendo a mesma política do FHC que é lasciar a vida do trabalhador. Nós apresentamos dados junto ao MEC sobre a terceirização nos Institutos Federais e nas Universidades. A resposta do MEC foi simplesmente dizer que eles não tinham esses dados. Isso é um trabalho do sindicato? Não. Isso é um trabalho do governo. E, nós como estamos do lado de qualquer trabalhador apresentamos esses dados para o governo. Isso foi em 2009 e o governo até hoje, nunca deu uma resposta para os trabalhadores das universidades e dos institutos federais. Então, por que culpo o governo? Porque o governo está fazendo a mesma política de muitos anos atrás, onde só o trabalhador tem prejuízo. Temos alguns dados nesse relatório. Depois vamos pedir para alguém lhe entregar, Senador Paim, porque o Senhor faz parte desta luta para a derrubada desta lei. Temos dados que, quando tem processo eleitoral, dentro dos Institutos e universidades, as pessoas contratam os parentes, porque vão votar, e isso acontece aqui no Estado de Roraima também. Eu ouvi um companheiro gritar no plenário que vários Deputados que não estão aqui muitos deles devem ter empresas terceirizadas. Isso não ocorre só aqui, mas em todo o Brasil. Eu vejo com muita tristeza a pouca participação do povo. Uma vez eu vi um Deputado que estava em uma atividade no Instituto Federal dizer que aqui é a Casa do povo, e nesse momento tão importante a gente não vê o povo participar. Isso é muito preocupante! Como será daqui uns anos para meus filhos e netos? Existe no Congresso um grupo de sanguessugas que são patrocinados por empresários que pagam esses políticos. Eles bancaram as campanhas deles e agora querem de volta. O SINASEFE é contra a terceirização e esperamos que esse projeto não seja arquivado, mas banido do Congresso. Muito obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Há condições para derrubarmos o PL, se todos os partidos que fecharam a questão contra o projeto votarem contra ele. O PDT, o PSB, o PCdoB, os partidos da esquerda fecharam e só esperamos que cada um vote pela orientação que a sociedade está dando, que é pela rejeição do projeto.

O Senhor **Adalto Almeida** – Boa-tarde a todos. Em nome do presidente da CUT estadual, Gilberto Rosas, quero saudar a Mesa e todos que estão no plenário.

Meu nome é Adalto, estou presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Mucajaí – SINDESERMM e estou diretor estadual da CUT. Também vou ser bem breve e sucinto porque o nosso tempo é curto, e o tempo urge. Como o nosso colega já falou, aqui é a casa do povo. Lá no meu Município Mucajaí, já tive a oportunidade de chegar num plenário e discutir algumas pautas de reivindicações dos trabalhadores. Uma bandeira que a CUT tem defendido muito é a não terceirização. Aqui já teve dois ou três movimentos. Companheiros foram às ruas defender a não terceirização, porque sabemos que é extinguir os nossos direitos e vamos defender isso até o fim.

Em uma reunião que tivemos no meu Município e vou puxar a sardinha para o meu lado, porque sou servidor público, tivemos diversas discussões, onde o presidente da CUT estadual esteve presente, nós buscamos os nossos direitos, discutindo como prefeito e secretários

e pudemos observar uma coisa, inclusive falei para ele: Quando se trata do povo, nada pode, mas quando se trata da elite, tudo pode. Quando é para dar um aumento do salário mínimo, se discute o ano todo, para quando chegar no final e dar um aumento de 5 a 6%. Mas quando se trata da elite, quando é para dar benefícios para as empresas, tudo corre rápido. Então, vamos continuar defendendo a bandeira da não terceirização. Somos contra até o fim e o que nós queremos, dentro do serviço público, principalmente, é concurso. Jamais vamos permitir a terceirização.

Então, pedimos o apoio ao plenário e como já tinha observado, desde o início, o que o Gilberto Rosas falou também. Cadê nossos Deputados Estaduais? Isso somente demonstra que os quatro que estão aqui têm compromisso com o trabalhador? Por quê? O restante está compromissado com os empresários? Uma boa tarde a todos!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem, Adalto Almeida.

Passo a palavra ao Senhor Lourival.

O Senhor Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRACON), Lourival Gomes – Em primeiro lugar, queria dizer bom-dia a todos os presentes, e em nome do representante da CSP- CONLUTAS, quero saudar a Mesa. Quero dizer que somos do sindicato da construção civil do Estado de Roraima e vou ser bem chato, porque o chato tem que existir.

Veja bem, eu ouvi todo mundo dizer aqui que fiscaliza que faz isso e acontece. Fiscaliza não, povo! Eu queria que essa plateia estivesse cheia para eu dizer isso aqui. Eu vou à obra todos os dias, uma de manhã e outra ao meio dia. Obras dos governos estadual e municipal e o que encontramos é trabalhador terceirizado, sem equipamento de segurança e com salários atrasados há mais de dois meses. Então, eu gostaria de dizer que a precarização que existe no serviço público, na construção civil é muito pior. A terceirização deixa os haitianos que trabalham em obras aqui em Boa Vista, sem lugar para fazer suas necessidades. Gostaria de aproveitar e pedir aos auditores fiscais que olhem isso também, porque muitas vezes que vocês vão às obras para olhar documentos e não olham para o povo. Então, aqui existe terceirização no Município e no Estado. As obras do Município e do Estado são todas terceirizadas com trabalhadores em condições precárias. Os shoppings? Quem vai aos shoppings aqui? Todo mundo vai ao shopping, inclusive eu. O trabalhador que trabalhou na construção dos shoppings até hoje não recebeu seu FGTS, foi descontado, mas ainda não recebeu. Então, a terceirização é isso. É o massacre da classe trabalhadora. Na Universidade Federal de Roraima o trabalhador da universidade trabalha descalço. Digo e provo. Essa semana saiu uma nota na imprensa que trabalhadores no Campus Cauamé estão com dois meses de salários atrasados. Aqui teve gente que disse que recebeu 800 reais. Isso é pouco, pouquíssimo e o camarada ainda passa dois meses sem receber. Peço aos auditores que vão lá e fiscalizem isso, esses dois meses de salários atrasados. Gostaria de dizer para quem diz que é de esquerda no Estado de Roraima, para as entidades sindicais, para os Senhores Gilberto, Fabiano, Neto, companheiros da CUT, CTB, para pararmos com divisões porque hoje, Senador estamos aqui juntos, amanhã cada um vai para seu lado separadamente. Então, temos que estar juntos não só neste momento aqui na Assembleia. Porque aqui é muito bom, você vai ao banheiro é um luxo, então, companheiro, quem é de raça, luta, vai para a rua pedir que melhore nossa situação.

Finalizando, o companheiro Deputado Soldado Sampaio falou do projeto da menor idade penal. Gostaria de dizer, Deputado, que ao invés de ficarmos aqui dentro da Assembléia Legislativa discutindo, temos que ir para as ruas explicar para o povo o que significa menor idade penal, porque lá fora o povo não sabe o que significa isso e não é a favor. Aqui a gente discute sobre tráfico internacional de mulheres da Venezuela e Guiana para cá. Só que eu, no ramo de construção civil, só entendo mais de construção civil. Vocês que são dos municípios entendem dos problemas de lá, e assim sucessivamente, e porque não nos unirmos para tratar, todo mundo junto, do assunto, porque dessa forma eu vou entender o que se passa no seu Sindicato, no seu movimento e vocês vão entender também os problemas da construção civil. Então, ao invés de ficarmos aqui cobrando a presença dos Deputados faltosos, deveríamos buscá-los em seus gabinetes, isso se estiverem aqui, para participar da audiência pública. Quando eles estão aqui e estamos sentados fazendo zoadas, eles cancelam a plenária. Então gostaria de pedir, para os presentes observarem bem quem está à frente da Câmara e quem está à frente desta Casa.

Gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui, e dizer ao Governo, Prefeitura e auditores fiscais, que no Ministério do Trabalho também tem terceirizado, porque a gente vai lá

e vê. Quero dizer que estamos todos os dias em uma obra diferente para fiscalizar. Então, vamos fiscalizá-las e dizer o que está acontecendo para que o povo não fique pensando que está tudo bem na construção civil, pois, é esse povo que construiu e constrói casas, os hospitais e toda uma cidade. Gostaria de pedir, mais uma vez, que a esquerda venha se juntar para trabalharmos juntos. Obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Cumprimento o Lourival. Ele pede a unidade dos trabalhadores, a gente está conseguindo essa unidade nesses eventos. É inegável que em todos os Estados as centrais participam com federações e sindicatos e toda organização do próprio judiciário. A Doutora me mandou uma pequena justificativa. O que acontece pela falta de fiscais? Nós temos que responsabilizar não os fiscais, e sim, os governos, o que está aí, e os que passaram. O que aconteceu no Brasil? Nós multiplicamos, no mínimo, por 20 o número de empresas e diminuímos quase pela metade o número de fiscais. Então, os fiscais não têm como cobrir tudo e ainda tivemos o caso dos assassinatos de quatro fiscais que estavam na fiscalização, quatro vítimas covardemente assassinada. Temos que cobrar dos governos que contratam mais fiscais. Deveria ter hoje, no mínimo, de 9 a 10 mil fiscais no Brasil. Nós somos dois mil fiscais, para fiscalizar todo o País, milhares de empresas, milhares de obras. Você colocou muito bem quando diz que os governos têm que realizar mais concursos, para que tenha mais fiscais para poderem ajudar na fiscalização. Se está assim, calcule com a terceirização, inclusive na atividade fim, se você não tiver fiscal para acompanhar, fiscalizar, denunciar, multar e punir. Por isso quero, ao mesmo tempo, cumprimentar você pela sua fraqueza, e quando a gente fala que a Assembleia é livre, é para que chegue aqui e fale o que pensa. Se alguém achar que você é chato, eu não achei. Achei que você foi franco, duro e firme, e ao mesmo tempo a doutora deu aqui o que ela entende de resposta, e você tem razão e temos que aumentar a fiscalização. Parabéns a tua fala e a sensibilidade da doutora.

O Senhor Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância, **Robson Avelino** – Bom-dia a todos. O nosso Sindicato ele é novo em todo o País. Quero agradecer aqui a presença do Senador pelo seu apoio quando fomos regulamentar a nossa profissão a nível nacional. Em nome do Alex, Presidente da CUT, do Gilberto, quero dizer que nós somos contra a esse Projeto de Lei nº 30 e quero esclarecer que nossas ambulâncias em todo país são sucateadas. Aqui no Estado de Roraima, nos municípios, trabalhamos nas ambulâncias amarradas com ataduras. Nossos condutores de ambulância trabalham em horários subumanos. Além de conduzir ambulância, fazemos segurança da equipe, vamos fazer a mobilização do paciente. Isso caracteriza acúmulo de serviço. Quero deixar claro que o SAMU, projeto nacional, nós trabalhamos aqui em Roraima sem PI, sem uniforme, e quando a gente leva para as autoridades, passam meses e meses para eles olharem nossa denúncia, sendo que nossos trabalhadores continuam trabalhando com os serviços precários. Se os condutores de ambulância pararem, a saúde para também. Gostaria que o Secretário de Saúde estivesse presente para escutar o nosso relato, porque trabalhamos com vida, e, às vezes, vocês encontram os condutores do SAMU uniformizados, mas é tirado do nosso salário mínimo. O uniforme custa trezentos reais, esse é um preço alto para quem ganha um salário. Isso ocorre também com os terceirizados que trabalham nessa área. Aqui nós temos poucos, mas no resto do país há maior quantidade. Existem os atrasos que temos que tirar do nosso salário, sem falar, que quando a gente pega uma família carente, temos que tirar do nosso próprio bolso e dar para eles o dinheiro da alimentação, porque não têm condição de ficar no hospital acompanhando seu parente. Esse é o nosso relato e agradeço sua presença aqui no nosso Estado de Roraima, e dizer que somos contra esse PL. Obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Você tem toda razão, Robson. O IPI é uma obrigação do empregador, e chegamos ao ponto neste país, hoje, como vi uma poesia esses dias que diz: “Esse não é o meu País”. Ele diz e comprova uma série de absurdos, por exemplo, há empresas que entendem que dando o IPI não têm que pagar mais adicional de insalubridade, periculosidade, nem de serviço penoso, e, por extensão, dizer que o trabalhador não tem direito a especial, mas tem direito a especial, tem que receber o serviço adicional de insalubridade. Serviços penosos e perigosos têm que receber o IPI. Sequer que não haja especial, que não haja pagamento de insalubridade, periculosidade e serviço penoso, nem IPI e nem especial, só tem um jeito, acabem com as áreas chamadas perigosas, penosas e insalubres. Eles não acabam com a área, mas querem tirar os direitos. Por isso mesmo fomos ao Supremo questionar uma investida nesse sentido. Felizmente fizemos com que o Supremo recusasse porque demonstramos que quem conhece chão de fábrica, conhece muito bem. Eu era peão de

fábrica de fundição, amassava a terra, fazia molde e despejava o ferro derretido ali dentro. Sei o que é trabalhar numa atividade dessas e perder a especial, ou numa fresa, ou torno, retífica. Sabemos muito bem o que é uma construção civil ou mesmo motorista. Sei o quanto é difícil a sua atividade. Defendo a especial e todo equipamento de segurança. É necessário pagar os adicionais. Não é derrubando ou retirando, ou dando IPI que vou garantir proteção à saúde do trabalhador.

O Senhor Fiscal Federal, **Anastácio Levimar** – Bom-dia a todos. Bom-dia Senador Paim e Senador Telmário Mota.

O Sindicato dos Fiscais Federais é totalmente contra a terceirização, devido à importância do nosso trabalho para o PIB nacional, para a exportação brasileira. Nós somos os guardiões do agronegócio do Brasil, somos nós que protegemos nossas fronteiras. Infelizmente, aqui no nosso Estado de Roraima, nós temos dois fiscais para fiscalizar nossas fronteiras, sou eu e outro colega, o Juan, e temos uma incidência aqui da entrada de pragas, como é o caso da mosca da carambola, que vem acarretando vários prejuízos aos nossos produtores que estão deixando de exportar manga para o Estado do Amazonas em virtude desta praga. Com relação à terceirização, hoje no Brasil, a inspeção de matadouros e frigoríficos é praticamente terceirizada, principalmente nos Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul. O nosso Sindicato, a nível nacional e estadual, que estou representando aqui, é totalmente contra a terceirização. Vocês imaginam a qualidade do produto que não tem a inspeção federal, a qualidade do produto que vai para o comércio, a qualidade do produto que vai ser vendido para outros países, que é o carro forte da economia brasileira, como vai sair esse produto? Se a empresa que vai exportar, mesmo se ela tiver o responsável técnico que vai fiscalizar, é um risco muito grande. Então, estamos pedindo ao Senador Paim, Senador Telmário, que olhem com muito carinho e nos ajudem para que isso não aconteça. Nós somos o fim e temos que ver porque essa terceirização não atinja essa inspeção, não atinja a fiscalização federal. Pedimos, também, Senador Paim, para que o Senhor interfira para que haja concurso público para os fiscais federais. Eu sou daqui de Roraima, sou roraimense, filho nato de Roraima, e me orgulho muito deste Estado. Quero ter o prazer de defender a nossa agropecuária, também. Sou filho de produtor daqui e prezo pela qualidade dos nossos produtos para que possamos vender para outros Estados, outros países. Temos um amplo comércio com a Guiana e a Venezuela. Nós que somos os guardiões da fronteira temos apenas dois fiscais do Ministério da Agricultura para cobrir toda a fronteira. Por isso, Senadores, nós suplicamos para que vocês possam nos ajudar. Assembleia Legislativa, Deputados, possam interferir, fazer um movimento junto ao Governo Federal e Estadual para que possamos ter êxito. Somos totalmente contra a terceirização. Obrigado!

O Senhor Doutor **Jailson Resende** – Bom-dia a todos. Na verdade, estou aqui como cidadão. Sou farmacêutico, Cearense, mas tenho hoje Boa Vista/Roraima como minha cidade. Sou estudioso da saúde pública e atenção básica. O que é isso? Tive acesso, na semana, aos cadernos de gestão de 2015 do SUS e um dado me chamou muito atenção. No caderno da rede de atenção à saúde, 63% das internações na rede pública de saúde, hoje, são de doenças crônicas não transmissíveis. O que é isso? Diabetes, hipertensão, osteoporose e dislipemia, entre outras. Só que por outro lado nós temos um programa do governo federal que distribui medicamentos grátis até na rede privada, Programa Farmácia Popular. Mas o que está acontecendo? O governo está dando remédio e o povo continua adoecendo? O que está acontecendo é seguinte: esse cuidado nesse intermédio entre o paciente e a entrega do remédio, hoje o profissional da rede básica de saúde é tirado do serviço dele e colocado no serviço administrativo. Ele não vai desenvolver as funções para as quais passou cinco anos numa faculdade estudando, e depois estudou para passar num concurso público. Eu falo isso como farmacêutico. Passamos cinco anos numa faculdade, somos o pai do medicamento e hoje somos contratados, exclusivamente, para entregar caixas de remédios e arrumar prateleira em postos de saúde. Isso não pode acontecer, não é terceirizando serviços de saúde, e aqui no Estado já estão falando isso, que vamos resolver o problema de saúde. Desculpe-me, essa sensibilidade, Senador Paim, sou um expectador assíduo da TV Senado. Sempre assisto à Plenária quando posso, e temos que ver esse lado. Não temos que terceirizar serviços de saúde, temos que reestruturar a posição dos funcionários públicos dentro da saúde. Falo isso como estudioso. Não sou funcionário público, estou defendendo uma coisa que gosto de estudar e não estou sempre acompanhando resultados. E detalhe, Senador, a mortalidade fica no mesmo número. Isso sem contar com doenças oncológicas que podem ser calculadas como doenças crônicas. E o engraçado que temos projetos do próprio Ministério da Saúde que já tem esses dados na mão. Agora,

em Curitiba, em dezembro de 2014, foi encerrado um projeto muito bonito, com parceria do Ministério da Saúde e Banco Mundial. Qual foi o problema? Tinha paciente que não sabia nem que doença tinha. Como esse paciente vai se tratar? Tem aquele paciente que vai tomar remédio para depressão, o Pondera, por exemplo, e o efeito colateral, é o aumento da acidez gástrica. A pessoa diz: fui tratar depressão e vou morrer de azia. Não vou tomar mais esse remédio. Cadê o profissional de saúde para orientar esse paciente? Cadê o farmacêutico na hora de entregar o medicamento? Era o que tinha pra falar, obrigado!

O Senhor **Ilano Sobral de Paula** – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome Senador Paulo Paim. É uma honra tê-lo aqui em nosso Estado. Acredito que seja a primeira vez.

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Um Belo Estado. O que achei interessante é o plano diretor. Quase não existem edifícios de 50, 40, 20 andares, que não ajudam em nada. Aqui tem um limite: dois, três andares, no máximo. Achei muito interessante, a cidade fica mais viva e não se torna uma selva de pedra. Estou apaixonado pela cidade, acho que vou mudar para cá.

O Senhor **Ilano Sobral de Paula**, continua - Nós do PCdoB somos totalmente contra esse projeto imoral que está tramitando no Congresso Nacional. Nós do PCdoB, não só de Roraima, mas do restante do Brasil, conclamamos a nação brasileira, a todos os sindicatos, associações, cooperativas e povo de luta, para unirmos forças para apoiar esse projeto, chamar as pessoas nas redes sociais, nos meios de comunicação, que estão a serviços dos poderosos, e nós que somos o povo e compreendemos a linguagem do povão, vamos explicar as necessidades e os malefícios que esse projeto traz para a população. Pois muitos não sabem do grande transtorno que será para a população brasileira a aprovação desse projeto. Quero dizer que a nossa bancada no Congresso está unida e vai votar “não”, tenho certeza disso, e nossos sindicatos aqui, também. Vamos está discutindo, e conclamando todos os sindicatos ligados a nós para se unirem, discutir e informar o mal desse projeto. Temos hoje, no serviço público no Brasil, um serviço de péssima qualidade. Aprovando esse projeto, vai ficar pior. Aqui em Roraima precisamos de concurso público, principalmente no município, que há anos vem se excluindo de fazer concurso, não só na capital, mas no interior também.

Agradeço a oportunidade e vamos para a luta, vamos para o Congresso Nacional. Conclamo os sindicatos que tenham condições para levar uma caravana em massa a Brasília, para fazermos uma greve geral e dizer “Não” a esse projeto imoral. Cara de pau do Senhor Eduardo Cunha, apresentar esse projeto. Obrigado.

O Senhor Francisco **Edmilson Albuquerque** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Francisco Edmilson Albuquerque, Presidente do SINFITO Roraima – Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Presidente do nosso partido, Deputado Soldado Sampaio, partido que há 92 anos vem na luta em defesa do povo brasileiro. Quero apenas acrescentar algumas indagações a respeito da terceirização. Para quem é católico, acho que isso não é coisa de Deus, é coisa daquele outro, com certeza, porque a terceirização contribui para a concentração de renda das elites e das elites empresariais brasileiras e, daqueles empresários do mal, e não dos empresários do bem, empresários do neoliberalismo e que não fazem relação e que não querem fazer relação de trabalho com os trabalhadores. Quero dizer para os sindicalistas, que realmente foi colocado aqui, que a união dos trabalhadores é importante. Nós temos dois blocos de trabalhadores. Eu, como Presidente de Sindicato, considero importante os sindicatos dos empregadores e sindicatos dos trabalhadores. Aqui estamos defendendo os trabalhadores. O outro ponto mais crítico desse processo de desmonte do processo político brasileiro seria aumentar a corrupção. As campanhas midiáticas das televisões brasileiras e da mídia nefasta brasileira, hoje, é bater na corrupção. E o que vai acontecer com a terceirização? Vai aumentar a corrupção, porque os políticos do mal estão pensando nessa terceirização para comprar mais e mais votos. Através do processo de corrupção, conseguem um processo licitatório e desviam dinheiro para comprar votos em detrimento dos direitos e condições de trabalho dos trabalhadores. Mas é isso que a gente quer? Não. Acho que devemos tomar uma posição. Acredito que este é o momento de todos os trabalhadores e todas as centrais sindicais se unirem para realmente barrar essa terceirização, que é um grande mal para a Nação Brasileira. Um dos piores pontos dessa terceirização é que ela vai piorar e muito a qualidade dos serviços públicos no Brasil. Isso trava o desenvolvimento do Brasil. Piorando a qualidade do serviço público, não funciona nada, não funciona o SUS, não funcionam os serviços, o comércio, a indústria, não funciona nada. Uma das maiores

reclamações no Brasil, hoje, é a qualidade dos serviços públicos e se você colocar um terceirizado sem qualificação, com o salário inferior e maltratado no SUS ou em qualquer setor do serviço público, com certeza, teremos uma prestação de serviço de péssima qualidade. O que nós queremos e o que os trabalhadores precisam? Precisamos de democracia e precisamos desenvolver o Brasil com a participação do povo. É isso que precisamos. Precisamos fortalecer o trabalho e os meios de produção em detrimento das especulações e dos banqueiros. Acho que a gente precisa, a partir de agora, levar isso para nossas bases e discutir isso com seriedade antes que seja tarde demais. Obrigado e vamos continuar na luta.

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem, Senhor Francisco Edmilson Albuquerque. Gostaria de ler uma notícia que me foi repassada pelo Presidente da CUT, que diz que a sede do Instituto Lula, em São Paulo, nesta quinta feira, por volta das 22 horas, foi alvo de um ataque político por meio de um artefato explosivo que foi arremessado contra o Instituto de dentro de um carro. Houve danos materiais, mas não houve feridos. Esse é o resumo da notícia e lamentavelmente a gente nota que a democracia vai sendo ferida aos poucos. Nós sabemos como essa história começa e onde termina. Por isso todos nós temos obrigação de ficarmos muito vigilantes em defesa da democracia, e não em defesa desse ou daquele setor, mas sim em defesa da democracia em primeiro lugar. Por isso, meus cumprimentos ao presidente da CUT, que faz essa denúncia aqui para todo o Brasil, já que estamos na internet em circuito a nível nacional. Passo a palavra ao Senhor Carlos Gomes.

O Senhor **Carlos Gomes** – Bom-dia senhoras e senhores. Obrigado pela oportunidade. Meu nome é Carlos Gomes e represento o SINDFAR, que é o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Roraima. Para não esticar muito, pois já estamos no finalzinho da reunião e os colegas já abordaram vários assuntos que nos interessam, gostaria de dizer que nossa preocupação maior hoje, em termos de saúde pública, é o sucateamento da saúde que acaba levando para a saúde a terceirização de serviços ineficazes. Hoje, já vivemos isso aqui, trabalho em setores onde muitos funcionários são terceirizados, principalmente, os trabalhos de limpeza, alimentação e segurança, que passam três meses para receber. Como um hospital que para funcionar depende de higiene pode pagar um salário mínimo para os terceirizados e ainda passar três meses para pagar esse salário? Vocês acham que será prestado um serviço de qualidade? Isso já está acontecendo aqui. Eu trabalho no distrito yanomami onde a maioria dos nossos serviços, creio que cerca de 80% dos trabalhadores, são terceirizados. Até meio e fim, estamos vivendo uma realidade de um serviço sem qualidade, que não consegue ser concluído. Às vezes, nem é culpa do terceirizado, mas sim do sucateamento que a própria gestão pública impõe ao serviço, por falta de condições de trabalho, de estrutura e por falta de equipamento, porque dinheiro tem. A gente só tem notícia de dinheiro saindo pelo ralo com gastos ineficazes. Vou deixar minha nota de repúdio dizendo que funcionário público não é preguiçoso. Às vezes eles não trabalham porque os órgãos não lhes dão condições de trabalho, pondo em risco suas vidas e de outras pessoas, e o SUS garante que temos que prestar serviços de qualidade. Em respeito à nossa Constituição, temos o dever de não apoiar esse projeto de terceirização, do modo que ele está sendo feito. Há uma necessidade de pessoal, mas tem que ser feito de um modo que garanta o direito dos trabalhadores, mantendo a eficácia para os serviços públicos. É isso que interessa. Obrigado a todos!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Muito bem, Senhor Carlos Gomes, que deu um exemplo claro de como um auxiliar de um hospital fica três meses sem receber. Que condições tem um funcionário desses de ajudar a salvar uma vida nessas condições?

Vou, neste momento, assegurar ao Senador Telmário Mota um tempo para fazer suas considerações finais, depois o Deputado Sampaio e, logo em seguida, o Deputado Evangelista lerá a Carta que será votada após a leitura, encerrando assim nossa audiência pública.

O Senhor Senador **Telmário Mota** – Primeiramente quero mais uma vez saudar e parabenizar todos que estiveram aqui presentes, os membros e representantes de sindicatos de todas as áreas, todos que foram palestrantes em nome dos seus sindicatos, os palestrantes individuais, todos que compuseram a Mesa. Por isso quero saudá-los, em nome do Senador Paulo Paim. Quero saudar a plateia, em nome da Ex-Vereadora Roxa, que, para mim, foi uma das vereadoras modelo que este Município já teve. A Roxa era empregada doméstica, como minha mãe, zeladora de uma escola e fez um trabalho bellissimo quando fui Presidente de um clube de corrida de cavalos. Fui Vereador depois da Roxa e não consegui ser igual ao que ela foi. A Roxa trabalhou em um bairro, por isso sou a favor do voto distrital, pois o candidato centraliza ali o seu serviço e a Roxa fez isso nos bairros do

Jóquei Clube, Asa Branca e nas escolas que ali se encontram. Aqueles bairros devem muito ao trabalho que ela fez naquela localidade. Quero aqui saudar também o Faradilson, que representa a Federação da Organização dos Bairros e saudar a Maria Ferraz, que luta pelos sem tetos e é uma pessoa que está sempre envolvida com causas nobres em benefício dos mais necessitados. Mas, não tinha ainda me manifestado por que viemos aqui ouvir as pessoas. Mas, tive a oportunidade de participar de uma audiência pública que o Senador Paim fez na CDH, no dia 13 de abril, e ali foram ouvidas as mais diversas tendências e que talvez, se formos enumerá-las, perderemos um tempão. Foram ouvidas pessoas de todas as ordens como: advogados, OAB, CNB, CNTC, NCST, a CUT, enfim, várias instituições, e dali saíram vinte e poucos itens que são extremamente contrários à forma que está proposta neste Projeto de Lei. Queria só citar alguns exemplos como o de que as empresas terceirizadas não têm atividade específica; não tem nenhum ramo não paga INSS; o empregado não terá nenhum direito social estabelecido na Constituição; em caso de greve, os empregados serão substituídos por terceirizados e terão esvaziado seu direito de greve; acaba o direito de eleger um representante dos empregados a cada 200 empregados; acaba a obrigação de empregar o deficiente a partir de 100 empregados; acaba o programa dos jovens aprendizes, a terceirização manipula essa norma da Constituição Federal e na CLT. Terceirização na atividade fim é inconstitucional e aqui vimos vários exemplos do quanto ela pode prejudicar. A terceirização acaba com os concursos públicos e favorece o apadrinhamento do superfaturamento e aqui em Roraima todos sabem que essas terceirizadas vão virar um cabide de emprego, mais um curral eleitoral, o que é muito peculiar no nosso Estado emprego decente não é retórica, devem ser observadas a proteção jurídica, a igualdade de condições e a segurança contra acidentes no ambiente do trabalho e isso também vai para o espaço. Em resumo, o PLC nº 30 não protege o trabalhador quanto a acidentes de trabalho. Ouvimos aqui o que o Senador Paulo Paim falou que a cada dez funcionários, oito são terceirizados. O que sabemos é que isso favorece a baixa qualificação dos trabalhadores. Por quê? Porque não há exigências de preparo e qualificação para o trabalho terceirizado e por que favorecem as zonas de fragilidade do trabalho. A pessoa fica extremamente vulnerável, acaba com a possibilidade de carreira, acaba com as férias, porque a rotatividade de funcionários é tão grande que eles não terão esse direito garantido. Basta observarmos as constantes denúncias dos nossos terceirizados. A inadimplência trabalhista aumenta muito. Os representantes do Ministério do Trabalho que estão presentes sabem o quanto a inadimplência é enorme. Chega a acontecer de empresas inteiras sumirem, evaporarem para não pagar suas custas. Acaba a CIPA, acaba a isonomia do trabalhador, empresas como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, as Universidades, todos passarão a ter noventa por cento dos seus serviços terceirizados. Então, o prejuízo aí é, sem dúvida nenhuma, imensurável. No meu entender, esse Projeto é totalmente favorável aos patrões, aos empregadores que querem, a todo custo, aumentar sua participação não através de um trabalho ou de um produto de qualidade, nem enfrentando o mercado de trabalho, mas querendo aumentar muito mais seu patrimônio à custa do suor brasileiro e aí voltaríamos a uma escravidão jamais vista. Quanto à democracia que o Senador Paim pede tanto para batermos palmas, sabemos que está consolidada no País, mas temos que estar sempre atentos para esses avanços sociais que conquistamos ao longo de muito tempo. Para concluir minha fala e para situar o Senador Paim, vou fazer um breve relato sobre nosso Estado. Senador Paim, Roraima, enquanto Território Federal, foi o maior exportador de madeira, minério e carne bovina do País. Tínhamos uma independência econômica, tínhamos essas três matrizes econômicas para sustentar o Território e aqui não tínhamos pessoas mendigando nas ruas, não tínhamos pessoas carentes, não tínhamos quase nada de desemprego. Mas, depois que o Território virou Estado, Roraima parece que deu azar, porque muitos corruptos aqui se instalaram e Roraima hoje é o Estado mais pobre da Federação. Em Rondônia, agora mesmo, os chineses estão implantando uma ferrovia para escoar seus produtos. No passado, compravam gado de nós; hoje eles têm 12 milhões de cabeça de gado. Na época, tínhamos quase um milhão e até hoje estamos por volta das setecentas mil cabeças. Então, talvez hoje seja a maior crise de toda a história do Estado. É crise na saúde, na educação, no setor produtivo, no setor energético e para tirar o Estado dessa grande crise que tem hoje, sem nenhuma dúvida teremos que mudar esse formato econômico. Roraima tem que sair do contracheque. Por isso que as pessoas ficam acanhadas de participar deste tipo de discussão e por isso o Plenário não está lotado. Muitos têm medo de vir participar desses eventos, pois aqui ainda existe o coronelismo que impede a participação de todos. Venci uma eleição aqui em cima de um carro de som. Por isso sou contra o projeto do arranjo político que estão querendo fazer no Senado, proibindo até o uso do megafone, permitindo somente o uso da televisão. Então, esse arranjo político que estão tentando fazer no Senado só irá beneficiar os grandes

partidos e favorecer os detentores dos meios de comunicação e isso é extremamente ruim para os líderes comunitários, para pessoas que nasceram do berço do trabalho, como você Sueli, que junto comigo trabalhou muito em cima de um carro de som. Hoje, estão aqui presentes os representantes dessas categorias, como a Vereadora Sueli, que veio do sindicato, o Deputado Soldado Sampaio, que foi um dos primeiros a vir por esse caminho; o Deputado Oleno, que representa sua categoria. Então, são poucos os políticos no nosso Estado que representam o anseio de uma sociedade. Então, Roraima tem que mudar esse foco, tem que mudar esse formato econômico. Roraima tem que voltar para o setor produtivo, tem que equacionar as questões de documentações de terras no Estado, onde fizeram uma corrupção interminável, entregando títulos definitivos. Tem que melhorar suas estradas, pontes e tem que buscar acordos com parceiros como a Venezuela e fazer o mesmo acordo que o Brasil fez com o Porto de Paranaguá, no Paraná, para usarmos o Porto de Quanta para Roraima ser um grande exportador, pois temos condições de ser o maior exportador de alimentos do norte do País, mas ainda é preciso destravar essas questões. Como Senador, estamos empenhados nesse sentido. Somos parceiro da Governadora e estamos cobrando respostas às autoridades federais. Fiz esse desabafo aqui porque o Senador Paim é um Senador que tem 32 anos de Congresso e é uma pessoa extremamente ouvida no cenário federal. Por isso, o quero como nosso parceiro, para fazer Roraima sorrir e para darmos esperança, sonho, renda e emprego para esse povo e para contribuir com o País e não para vivermos como ente federativo, mas para termos um pólo de produção. Nós não podemos ser o menor PIB da federação, temos povo, cultura, riquezas naturais e estamos estrategicamente localizados para tirar Roraima dessa grande crise. Obrigado!

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**)— Muito bem, Senador Telmário Mota. Passo a palavra para o Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom-dia a todos. Quero agradecer pela oportunidade oferecida pelo Senado, através dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, em trazer esta discussão para o Estado, pois, assim, não precisamos nos deslocar até Manaus para participarmos do evento naquele Estado, haja vista que Roraima além de seu pequeníssimo colégio eleitoral, fica um pouco distante dos grandes centros e, às vezes, por isso fica fora desses debates importantes. Mas, hoje, nosso Estado, no Senado Federal, tem o mesmo peso que estados como Rio Grande do Sul e São Paulo, pois todos contamos com três Senadores. Portanto, diante do Senado, temos um jogo equilibrado, o que não acontece diante da Câmara Federal. Ficamos felizes com a oportunidade e esperamos poder contribuir, de alguma forma, para subsidiar seu relatório final que, com certeza, trará um parecer pelo arquivamento desse projeto. Já temos aqui manifestado claramente o apoio do Senador Telmário Mota e também da Senadora Ângela Portela, só nos falta convencer o Senador Romero Jucá, com quem o Senador Paim tem tido algumas conversas, no sentido de fechar a bancada dos três Senadores como já acontece em alguns Estados. Então, queremos pedir aqui, a quem tiver acesso ao Senador Romero Jucá, que ele nos apoie nessa questão e diga não à terceirização. Queremos agradecer a Casa e toda sua equipe que se colocou à disposição, através do Presidente desta Casa, Deputado Jalser Renier. Agradecer aos Deputados que estiveram presentes e a todos os servidores desta Casa. Queremos aproveitar essa oportunidade e dizer às centrais sindicais que nosso bloco está à disposição e em defesa da classe trabalhadora e dos movimentos sociais para qualquer tipo de demanda. Estamos abertos para apoiá-los, mesmo sendo da base do governo, mas temos essa clareza e já fomos francos com a Governadora que, quando se tratar de trabalhador ou servidor do Estado, não negaremos nossas origens nem quanto a partido, porque fomos eleitos pela classe trabalhadora deste Estado, seja trabalhador privado ou público. Queremos também, enquanto partido, fazer um chamado especial sobre a criminalização do Governo Dilma. Não podemos aceitar esse jogo midiático patrocinado pelo PSDB e pelos grandes meios de comunicação. Não estamos pedindo que se tape o sol com a peneira. Acreditamos que quem cometeu algum desvio de conduta tem que ser responsabilizado, mas não podemos negar que os avanços sociais obtidos no Governo Lula e no Governo Dilma foram muitos e estão aí comprovados nos índices, se comparados com os do Governo FHC e outros que passaram. Não podemos nos amedrontar e nem fugir do enfrentamento. Se tem alguma coisa para ser corrigida e ajustada, que façamos. Vamos para as ruas, vamos aos nossos encontros e vamos dizer não gostamos disso ou daquilo que está errado e que queremos rever a situação, que queremos tomar um novo rumo, mas não podemos ter nenhuma dúvida que o atual Governo, com todas as suas deficiências, está muito à frente dos outros governos que passaram. Vejo lideranças dos nossos movimentos indecisos e sem condições de irem às ruas para defender aquilo que acreditamos. Então, isso me preocupa, pois vemos esse pacote de maldade, como coloquei no começo da minha fala,

liderado por partidos políticos, em especial pelo pessoal do PSDB e por uma ala do PMDB, liderada pelo Eduardo Cunha, como foi feito com esse projeto do Sandro Mabel, que ele desengavetou, deu celeridade e votou sem ampla discussão. Nem na Mesa estava o projeto, assim, também, como foi feito com a reforma política, pois sonhamos com uma reforma política democrática, ampla, de fato, liderada por movimentos sociais, para que pudéssemos afastar o poder econômico do processo eleitoral e nos foi empurrado goela abaixo. Derrubamos em um primeiro momento o fim do financiamento público por parte de empresas e, na última hora, fizeram uma manobra tentando aprovar na Câmara e agora estamos aguardando que o Senado consiga rever essas questões, entre outras coisas, que aconteceu como, por exemplo, a redução da maior idade penal, como se fosse a salvação da criminalidade no País e sabemos que não é. Olha que sou oriundo de uma categoria da segurança pública, dos policiais e bombeiros. Mas o policial e o bombeiro, em sã consciência, sabe que não é reduzindo a idade penal que se vão resolver os problemas de criminalidade no País, mas sim com políticas públicas efetivas. Então, quero chamar todos os senhores aqui para esse embate. Não podemos passar em branco nessa questão. Com relação à terceirização, estamos aqui mais para ouvir, pois já sabemos o posicionamento de alguns, mas, na verdade, o que queremos é nos manifestar. Acreditamos que contribuimos de alguma forma e agora vamos correr atrás de apoio para convencer mais um voto, que é o voto do Senador Romero Jucá, que ainda não se manifestou se é contra ou a favor. Obrigado, Senador Paim, Senador Telmário, obrigado a todos e esperamos ter correspondido à expectativa. Infelizmente não estamos com o auditório lotado, pois temos uma discussão muito importante, que é o PPA, que está sendo votado em Plenária, e isso há tempos não se via em Roraima, um PPA sendo discutido nas Câmaras Temáticas, há dois dias, na Universidade Federal, onde estão muitas lideranças defendendo suas idéias e proposições dentro do PPA. Obrigado!

O Senhor Senador (**Paulo Paim**) – Obrigado, Deputado Sampaio. Passo a palavra para o Senhor Deputado Evangelista Siqueira, de imediato, para a leitura da Carta de Roraima.

Solicito ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira que faça a leitura da Carta de Roraima.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – (Procede à leitura).

#### CARTA DE RORAIMA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

O Senador Paulo Paim, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização, e todas as entidades aqui reunidas, em Audiência Pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, afirmam seu repúdio ao atual texto aprovado pela Câmara dos Deputados relativo ao PL 4330/2004, agora nominado no Senado PLC 30/2015, que corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas. No limite, teremos empresas sem empregados e trabalhadores sem direitos.

A defesa do projeto fundamenta-se na geração de postos de trabalho quando as evidências empíricas demonstram em contrário e que a criação destes é resultado do dinamismo econômico, além disso, se apoiam na tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação predatória.

Entretanto, o que se observa é que a terceirização instituiu uma nova dinâmica degradando o trabalho, interferindo nas relações de solidariedade entre os trabalhadores e fragmentando a organização sindical.

Essa realidade se aprofundará com a aprovação do PLC 30 que ao estender a terceirização para todas as atividades da empresa permite que esse trabalho possa ser executado através da contratação de cooperativas, PJ's, empresas individuais, OSCIP's e empresas ditas "especializadas", além de permitir a quarterização.

Todos os estudos demonstram que a prática da terceirização é indissociável de menores salários, jornada de trabalho prolongada, maior rotatividade, exposição a maiores riscos e acidentes no ambiente de trabalho, ou seja, essa forma de contratar expõe o trabalhador a situações de humilhação, insegurança e de perda de identidade de classe. Portanto, a sua principal motivação é a redução de custos e a pulverização de formas legítimas de organização dos trabalhadores.

A terceirização, na prática, joga a CLT no lixo. Ataca os direitos dos trabalhadores. Não se trata apenas de um ataque as conquistas históricas da classe trabalhadora, é também contra toda a sociedade brasileira, que vivenciará caso o projeto seja aprovado uma forte redução do mercado interno, com impactos diretos sobre a geração de emprego, paralisando o processo de distribuição de renda e de redução das desigualdades.

O PL 30/2015, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas, serve, na verdade, para dividir ainda mais a classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical, promovendo a perda de direitos. Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação do projeto de lei, mas por sua total rejeição.

Desta forma os roraimenses e as roraimenses aqui reunidos externam seu mais absoluto repúdio ao texto aprovado, esperando que o Senado seja capaz de refletir seriamente sobre o tema, barrando a aprovação deste grande ataque à classe trabalhadora e à sociedade brasileira.

Boa Vista/RR, 31 de julho de 2015.

Assinam a Carta: senador Paulo Paim; Senador Telmário Mota; Deputado Solado Sampaio; Deputado Oleno Matos; Deputado Evangelista Siqueira; Deputado Brito Bezerra; o Senhor Secretário de Saúde, Kalil Gilbran Linhares Coelho; representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, UGT; CUT; ANAMANTRA; AMANTRA; SINAIT; CTB; NCST; Força Sindical; CSP; Sindicato dos Comerciantes; Sindicato dos Radialistas; Sindicato dos Garçons e demais trabalhadores e trabalhadoras de bares, restaurantes e hotéis; UNE, DIEESE; CONLUTAS; Sindicatos dos Fiscais Federais Agropecuários em Roraima; Sindicato dos Farmacêuticos; Sindicato dos Profissionais de Saúde em Estabelecimentos Privados; Sindicatos dos Servidores Estaduais; Sindicato dos Taxistas; Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários; SINTRAF; SINFITO; SINTRACOMO; SINTAG; SINDCAER; FITERT; SINDPUC; SINDSERM; SINASEFE; SINTRAN; SINTER; FENASEP; Sindicato dos Agentes de Saúde; UJS. Se há alguma entidade aqui que não esteja inclusa na Carta e que apoie a questão, por favor, dirija-se à redação final, para que o nome seja inserido na Carta de Apoio. Obrigado.

**Manifestantes** – “Não, não, não à terceirização!”

O Senhor Presidente, Senador (**Paulo Paim**) – Pessoal, de posse da Carta, vou encaminhá-la à votação e espero que cada um se pronuncie no momento do voto com a sua consciência. Antes da votação final, queria agradecer a essa moçada que ficou até essa hora esperando a decisão final sobre esse debate. Vocês podem ter certeza que eu volto para Brasília, vou ao Piauí e Maranhão, mas saio daqui, como diria Telmário, mais fortalecido na certeza de quem esteve na maior capital em números de habitantes do Brasil e teve o apoio da população, da mesma forma que tive aqui, na menor capital em termos de habitantes, mas com a mesma energia, com a mesma força, com a mesma garra e com a mesma coragem. Para fazer vida pública coerente, responsável, fiel ao discurso e a prática, independente de ser sindicalista, de ser Vereador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Senador, enfim, para estar nesta caminhada do processo democrático é preciso ter coragem. Coragem para não mudar de lado. Coragem para não mudar de discurso e para dizer que quando estava na oposição eu falava com essa coerência, se estou na situação, quero manter a mesma coerência. Coragem para dizer que nós, pessoal, do centro para a esquerda, nós não temos o direito de errar, porque a direita, a direita mesmo, os conservadores são coerentes sim, são coerentes com a vida pessoal deles. Nós temos coerência com a vida do povo, então não temos o direito de errar. Nós temos que olhar para o meio ambiente e dizer: eu estou sim defendendo o meio ambiente. Nós temos que olhar para a liberdade religiosa e dizer: nós sim defendemos a liberdade religiosa. Nós temos que dizer: nós defendemos sim a liberdade da orientação sexual. Nós temos que dizer: no país dos meus sonhos, mulheres e homens têm que ter direitos iguais. Nós estamos aqui tendo que dizer sim e fazer uma autocrítica, como a que foi dita. A melhor coisa é a autocrítica e, se precisar começar tudo outra vez e não jogar a toalha, pois se alguns erraram não significa o projeto de um País, de Nação que nós sempre defendemos e que embalou nossos sonhos. Hoje tenho 65 anos, mas quando era mais jovem, ainda sindicalista, eu andava já com meus filhos e netos, a pé, de bicicleta, andando pelas ruas de Canoas e Porto Alegre. Saímos uma vez em defesa da democracia contra a ditadura com cinco mil homens e chegamos à frente do Palácio com trinta mil homens. Se tiver que volta às ruas, embora com 65 anos e com os cabelos brancos, caminhando mais devagar, eu irei. Eu tenho um lar e por isso saio daqui convencido que esta é uma batalha pessoal, mas vocês sabem quem está por trás disso. Está por trás disso a retirada completa dos direitos dos trabalhadores, aqui foi lembrado. Tentaram lá atrás dizer que o negociado está acima do legislado, e nós dissemos não. Fomos para as ruas e lembrome que eu era Deputado e, nesse debate na Câmara, eu disse: Vocês estão arrancando a alma da Constituição, a alma do direito dos trabalhadores e aqui não há de passar. E, aí um Deputado me chamou de tudo o que vocês possam imaginar e eu arremessei por via aérea a Constituição em direção a ele. Perdemos por três votos e naquele dia decidi que seria candidato ao Senado e fui atrás desse Projeto. Poderia perder o mandato, pois era uma eleição difícil, mas acabei sendo eleito Senador e fui para o Senado. Um dos

primeiros gestos, isso tem que ser lembrado, faz parte da história, graças à iniciativa do Presidente Lula e, naquela época, do Ministro do Trabalho, nós conseguimos arquivar o projeto que ia flexibilizar o direito dos trabalhadores e ele foi para a lata do lixo. Eu espero, também, que o PLC nº 030/15 da terceirização seja derrotado na íntegra e vá para onde ele merece que é, efetivamente, o lixo. Paim, eu também não sou intelectual, eu não sou um jurista, mas eu sei que esse projeto não nos interessa pois nós passaremos a ser trabalhadores de aluguel, como um copo descartável, ou como um termo que alguém usou, tipo um papel higiênico que você usou e joga fora. Termine lembrando que, em uma Audiência Pública, um gari me perguntou: Paim, um gari fala na tua Assembleia Livre? Eu respondi: A Assembleia não é minha, é do povo. Claro que fala! E eu terminei dizendo o que ele disse: “Paim, eu não sou terceirizado, mas no serviço de gari há muitos terceirizados. O lugar do banheiro deles é um, o nosso é outro. O lugar do nosso refeitório é um, o deles é uma marmitta jogada lá no fundo dos caminhões. O material de segurança que nós temos é um, porque a Prefeitura é obrigada a dar, eles não têm, pois a empresa não dá para eles. O salário que nós recebemos é, no mínimo, 40% a mais do que o deles”. Ele disse ainda: “Paim, tenho consciência, não estou aqui por mim, estou aqui por ter certeza que essa pressão a nível nacional há de revogar, de anular, de derrubar, de rejeitar esse projeto”. Ele dizendo que, por trás dele, virão outros, como o projeto que quer dizer que a carga horária tem que ser aumentada e não resumida. E, ainda, outro que diz que horário de almoço não é uma hora, mas 15 minutos. Que em 15 minutos você consegue almoçar. 15 minutos é o tempo que os chamados “patamar da elite” demoram apenas para entrar no carro, e nós temos que almoçar em 15 minutos. Por isso, pessoal, tem que ser uma questão de honra para todos nós não permitir que esse projeto seja aprovado. Que a gente vá aos 27 Estados. A não ser que o cara lá de cima me chame antes lá para o alto, aí eu vou, mas vou seguir o roteiro. Não estou mudando um dia o roteiro feito. Eu cumprio a agenda, não sou eu quem faz, marquem que eu estarei lá em um momento bonito como esse. Saio daqui, meus queridos amigos de Roraima, dessa bela capital Boa Vista, como não tem grandes edifícios e que bom que não tem, pois a gente enxerga além do horizonte. Pois eu enxergo além do horizonte e sei o que está vindo por aí e a gente não quer isso para o povo brasileiro. E, para não acontecer, quero dizer que há palavras que para mim são fundamentais: defesa do meio ambiente, da liberdade, da justiça, da democracia, dos trabalhadores do campo, da cidade, dos aposentados, dos pensionistas, dos idosos, dos que são discriminados, das mulheres, das crianças, dos ciganos, dos índios, enfim, de todo o povo brasileiro. Um abraço a todos vocês. É uma alegria enorme estar em Roraima. Grande Boa Vista!

Agora, vamos colocar em votação a Carta de Roraima. Aqueles que concordam com o teor da carta lida, por favor, fiquem em pé e levantem o braço. Agora, pessoal, podem baixar. Os que são a favor da terceirização e a volta da escravidão, por favor, abaixem o braço. Ninguém? Então, como é pessoal: Não, não, não à terceirização!

Dou por aprovada, por unanimidade, a Carta de Roraima. E, não havendo mais nada a tratar, convido aos participantes para tirarmos a foto oficial e dou por encerrada a Audiência Pública.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO DO PARLAMENTO AMAZÔNICO, BOA VISTA, 20 DE AGOSTO DE 2015**

##### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS**

As nove horas do dia vinte de agosto de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a Primeira Reunião do Parlamento Amazônico. O Senhor Mestre de Cerimônia convidou, para compor a Mesa dos Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalser Renier; o representante da Governadora do Estado de Roraima, Doutor Alexandre Henklain Fonseca -Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento; o Presidente do Parlamento Amazônico, Deputado Sinésio Campos; o Vice-Governador do Estado de Roraima, Senhor Paulo César Quartiero; o Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, Deputado Sandro Locutor; o Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, Deputado Coronel Chagas; o representante da Prefeita de Boa Vista, Senhor Sérgio Pillon Guerra -Presidente da EMHUR; o Deputado Federal do Estado de Roraima Abel Galinha; o Secretário do Parlamento Amazônico, Deputado Jory Oeira; o Deputado Estadual Mecias de Jesus; o Ex-Presidente do Parlamento Amazônico, Senhor José Luiz Tchê; o Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima Doutor Célio Rodrigues Wanderley e o Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Vereador Edilberto Veras. Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalser Renier, convidou a todos para que, de pé, cantassem o Hino Nacional e o Hino do Estado de Roraima. Após, o Senhor Presidente manifestou satisfação em fazer a abertura da I Reunião do Parlamento Amazônico e ressaltou a importância de haver debates para consolidar políticas públicas

integradas com foco no desenvolvimento da Amazônia. Prosseguindo, informou que Roraima é o único estado brasileiro ainda não integrado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, o que será possível com o Linhão de Tucuruí. Finalizou conclamando os senhores deputados e demais autoridades a lutarem pelas causas da Amazônia. Em seguida, passou a presidência dos trabalhos ao Senhor Presidente do Parlamento Amazônico, Deputado Sinésio Campos, que definiu como objetivo do Parlamento Amazônico o conhecimento dos problemas e a defesa da região. Continuando, informou o calendário das próximas reuniões e convidou seus pares a se fazerem presentes, a fim de articularem ações coletivas em prol do interesse de cada Estado. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Presidente da UNALE, Deputado Estadual Sandro Locutor, que, a princípio, falou da importância das forças dos Parlamentos Nacionais e a junção de interesse dos Estados, destacando que a principal bandeira da UNALE é a criação do novo Pacto Federativo, o qual visa respeitar as diferenças de cada Estado, promovendo maior autonomia dos seus Poderes. Finalizou manifestando repúdio ao desrespeito do apresentador Danilo Gentili ao povo do Estado de Roraima. O Senhor Vice-Presidente, Deputado Coronel Chagas, iniciou manifestando satisfação em receber o Parlamento Amazônico nesta Casa e destacou que os temas a serem debatidos não são de interesse apenas de Roraima, mas de toda a Amazônia, cujo crescimento econômico é afetado por problemas ambientais e indígenas. Finalizou manifestando indignação com o bloqueio da BR-174 pela FUNAI, órgão que não autoriza a construção do Linhão de Tucuruí, e com as constantes ameaças de novas demarcações nas terras produtivas de Roraima. Em seguida, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Alexandre Henklain Fonseca; ao Vice-Governador do Estado de Roraima, Paulo César Quartiero; ao Senhor Laerte e ao Senhor Deputado Federal Abel Galinha, os quais manifestaram preocupação com os problemas existentes no Estado e expectativa de que o Parlamento encontre alternativas para auxiliar nas lutas roraimenses, principalmente, no que tange às novas demarcações em áreas produtivas. Posteriormente, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Miguel Nuno Seiffert, Superintendente do Banco da Amazônia, que fez a exposição do tema Integração da Amazônia; ao Senhor Ricardo Chaves de Melo Rocha, Diretor do DEPSA da Secretaria de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que explanou o tema Aviação Civil na Amazônia Legal; ao Senhor Marco Antônio Oliveira, Superintendente do Serviço Geológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Amazonas, o qual expôs sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Após essas explanações, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para o horário de almoço e convocou retorno para as quatorze horas. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos e franqueou a palavra ao Jornalista Lorenzo Carrasco, que tratou sobre o tema Amazônia: Ambientalismo, Novo Colonialismo; ao Senhor Francisco Romário Wojcicki, Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, o qual falou sobre Licença Ambiental do Linhão de Tucuruí; e ao Senhor Alexandre Henklain, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, que discorreu sobre o tema Desafios Fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável de Roraima. Em seguida, o Senhor Presidente leu as perguntas enviadas pelo Senhor Adnan Assad, cujos questionamentos foram: se os responsáveis pela construção da linha de 500 quilowatts que ligaria Manaus a Boa Vista não observaram as regras impostas pelos indígenas, que são peça fundamental do componente ambiental, e qual falha houve na consulta aos povos indígenas, conforme consta na OIT. Após, o Senhor Presidente repassou a palavra aos parlamentares e palestrantes para que respondessem os questionamentos. Em continuidade, o Senhor ex-governador do Estado de Roraima, Getúlio Cruz, discorreu sobre a elaboração de sua tese de doutorado, que retrata Roraima como laboratório de deficiência dos regimes internacionais de meio ambiente e direitos humanos, especialmente na vertente indígena e frisou diversas dificuldades de desenvolvimento que o Estado enfrenta. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos demais Parlamentares para que fizessem seus questionamentos, ocasião em que o Deputado Aécio da TV reportou-se à licença ambiental para a construção da usina de Tabajara no Rio Machado, em Rondônia. O Senhor Deputado José Ribamar demonstrou preocupação com a posição do Governo Federal quanto à apresentação do tratado a ser proposto pelo Presidente da Colômbia, na COP-21, visando a criação de um corredor ecológico desde os Andes até o Oceano Atlântico. Após, questionou questões referentes à interligação do Linhão de Tucuruí ao Estado de Roraima, bem como as obras do gasoduto Urucu - Porto Velho, que não saíram do papel. Finalizou solidarizando-se com o povo do Estado de Roraima, ressaltando, dentre diversas questões, os crimes de lesa-pátria cometidos contra o Estado. O Senhor Vice-Governador do Estado de Roraima, Senhor Paulo César Quartiero, informou que, segundo orientação

do Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, não haveria necessidade de permissão indígena para ligação do Linhão de Tucuruí com o Estado de Roraima, pois a obra passará na área de servidão da BR-174, fora da reserva indígena. Continuando, destacou que a iniciativa da FUNAI em dificultar a obra prejudica, também, os indígenas da região, pois eles também necessitam de energia. Em seguida, discorrendo sobre diversos temas pertinentes a Roraima, destacou o despreparo da classe política, ressaltando que vários Senadores assinaram uma carta que cancelaria a apresentação da PEC nº 215, a qual visa permitir que o Parlamento discuta questões como demarcação sem ao menos pedir uma contrapartida benéfica ao Estado. Disse ainda que a intenção do Projeto Matopiba, da Ministra da Agricultura Senadora Kátia Abreu, que juntou Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia em um polo de desenvolvimento, é tirar Tocantins da área da Amazônia, fato que preservaria o Estado dos problemas decorrentes dos desmandos do Governo Federal. Finalizando, disse que Roraima não dispõe de terras suficiente para viabilizar o seu desenvolvimento e destacou, em relação ao Parque do Lavrado, que o Governo não poderá dispor de terras privadas para negociar com a União. A Senhora Deputada Aurelina Medeiros fez uma retrospectiva das lutas enfrentadas pelo Estado de Roraima quanto às questões relativas aos desmandos do Governo Federal. Manifestou indignação com a forma como a União tem tratado o Estado em relação as demarcações de reservas indígenas, um entrave ao crescimento do Estado. Em seguida, ressaltou a importância da discussão do Novo Pacto Federativo, a ser realizada em São Paulo, no próximo dia 24, visando devolver às Assembleias Legislativas o poder de legislar sobre problemas pertinentes a sua região. Finalizou, pedindo apoio aos membros do Parlamento para lutarem em defesa de Roraima contra a demarcação do Parque do Lavrado e propôs uma nota de repúdio à FUNAI, que, segundo a Senhora Deputada, tem se mostrado contrária aos interesses do povo brasileiro. A Senhora Deputada Edna Ausier solidarizou-se com o Estado de Roraima, ressaltando que o Amapá, apesar de já estar sendo abastecido pelo Linhão de Tucuruí, também enfrenta as mesmas dificuldades. Segundo a Deputada, é necessário que haja união dos parlamentares na luta contra esses desmandos, antes que as terras brasileiras sejam vendidas. O Senhor ex-presidente do IACTI, Daniel Gianluppi, também discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelo Estado quanto às demarcações indígenas. Disse ser preciso reagir, por meio do Parlamento, pois essas ações estariam sendo feitas no vácuo da lei. Prosseguindo, afirmou ter devolvido o Zoneamento Econômico Ecológico de Roraima na tentativa de viabilizar o Estado, que perdeu grande parte do potencial de desenvolvimento com a criação das reservas. Através de Questão de Ordem, o Senhor Deputado Jalser Renier pediu apoio do Parlamento Amazônico e da União Nacional dos Legislativos Estaduais para a realização de audiência pública com a Presidente da República, para tratar da revogação do decreto presidencial sobre a criação do Parque do Lavrado. O Senhor Presidente do Parlamento Amazônico, Sinésio Campos, colocou em discussão e votação a Questão de Ordem do Senhor Deputado Jalser Renier, a qual foi aprovada. O Senhor Deputado Gabriel Picanço iniciou reportando-se ao fechamento da BR-174, ressaltando que fere o artigo 5º da Constituição Federal, e a criação do Parque do Lavrado irá causar prejuízos a Roraima. Finalizou solicitando apoio do Parlamento para que, junto com o Estado, busquem resoluções para os problemas que afetam a população do Estado. O Senhor Deputado Chagas Romão destacou os problemas do Estado do Acre com relação ao Linhão do Cruzeiro do Sul e solicitou informações ao Senhor Francisco Romário sobre uma forma de resolver a questão. Finalizou parabenizando a Casa pela realização do evento. O Senhor Presidente do Parlamento Amazônico, Sinésio Campos, também enalteceu a realização do evento e agradeceu ao povo de Roraima pela forma cortês como os receberam. Após, ressaltou que o Parlamento tomará as medidas cabíveis para encaminhar as matérias aprovadas na reunião às autoridades competentes e informou que anunciará as respostas de cada uma delas, a fim de dar notoriedade aos assuntos do Parlamento. Dando continuidade, colocou em votação o encaminhamento das matérias discutidas na reunião, que foi aprovado. O Senhor Deputado José Luís Tchê destacou, em um contexto nacional, os problemas enfrentados pelos Estados de Roraima e do Acre, os quais, devido à política ambiental, encontram entraves para o desenvolvimento. Prosseguindo, falou sobre a importância do fortalecimento das Assembleias Legislativas, para que tenham autonomia de discutir e tratar assuntos de interesses de seus Estados, dando destaque aos políticos da Amazônia. O Senhor Presidente ressaltou que, com a união da classe política da Amazônia, haverá maiores chances de solução para os problemas da região. O Senhor Gelb Pereira disse que não aceitará a instalação da reserva do lavrado em áreas produtivas, as quais teriam sido conquistadas com sangue, suor e lágrimas pelos seus antepassados. O Senhor Deputado Abdala Fraxe solidarizou-se com o Senhor Gelb Pereira, ressaltando que é conhecedor da luta do povo que construiu o Estado de Roraima. Em seguida, informou que

os burocratas de Brasília têm a ilusão de conhecer a Região Amazônica e qualquer pretensão de investimento na região será reprovada pelo Governo Federal. Demonstrou-se feliz pelo engajamento do Parlamento na luta pelo desenvolvimento dos estados amazônicos. O Senhor palestrante, jornalista Lorenzo Carrasco, disse que problemas indigenistas têm ocorrido também em outros países, os quais também têm necessidade de discutir sobre essa problemática. O Senhor Deputado Jory Oiere iniciou ressaltando a importância da união dos Legislativos e convidando os Parlamentares para o próximo evento, no Amapá. Para concluir, informou não haver, no Amapá, tantos índios como em Roraima, mas há a maior reserva do mundo, a montanha de Tumucumaque, o que aumenta a cobiça dos gringos interessados em explorar a biodiversidade. O Senhor Presidente Sinésio Campos solicitou ao Senhor Secretário, Coronel Chagas, que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, que, colocada em discussão e votação, foi aprovada. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário fazer a leitura da Correspondência do Senhor Jaques Vagner, Ministro do Estado da Defesa, que parabeniza o Deputado Sinésio Campos e toda a Diretoria do Parlamento Amazônico pela eleição e posse na cidade de Vitória-ES, desejando êxito na missão; da Correspondência do Senhor João Pablo Ernandes de Alba, encarregado de negócios da Embaixada da Colômbia no Brasil, ao Senhor Deputado Estadual Sinésio Campos, parabenizando-o pela eleição para o cargo de Presidente do Parlamento Amazônico - biênio 2015/2016; da Correspondência do Senhor Marlon Faizal, Embaixador da República do Suriname no Brasil ao Presidente do Parlamento Amazônico, confirmando o recebimento do ofício nº 01/15, referente à apresentação da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico; do Ofício nº 2855 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Superintendência da Zona Franca de Manaus, ao Presidente do Parlamento Amazônico, registrando o recebimento do ofício que comunica a eleição para Presidente do Parlamento Amazônico - biênio 2015/2016 e demais membros da Mesa Diretora; do Requerimento ao Presidente do Parlamento Amazônico requerendo a realização de reunião deste Parlamento, em conjunto com a Assembleia Legislativa deste Estado, Governo Estadual de Roraima, junto ao Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Ministério da Justiça, para resolver questões de interesse de Roraima relacionados à obra do Linhão de Tucuruí, bem como questões de demarcação e criação de Parques, Estações Ecológicas e Terras Indígenas no Estado de Roraima. O Senhor Presidente Sinésio Campos colocou em discussão e votação o expediente, o qual foi aprovado. Continuando, o Senhor Secretário fez a leitura da Moção de Apoio do Senhor Deputado Jalser Renier, a problemas decorrentes da construção do Linhão de Tucuruí no Estado. Colocada em discussão e votação, a Moção foi aprovada. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Secretário fazer a leitura da Moção de Repúdio, de autoria do Senhor Deputado Jalser Renier, do Presidente do Parlamento Amazônico, do Presidente da UNALE, e diversos Deputados à Presidência da FUNAI, pelo não comparecimento às reuniões do Parlamento. O Senhor Presidente do Parlamento informou que esta Moção de Repúdio será encaminhada ao Ministério da Justiça, à Presidente da República, ao Ministério de Minas e Energia e estará na imprensa oficial da Assembleia Legislativa de Roraima, para ampla publicidade da matéria. Em seguida, colocou em discussão e votação a Moção de Repúdio, que foi aprovada. Prosseguindo, o Senhor Secretário fez a leitura da Moção de Repúdio nº 01/15, do Parlamento Amazônico ao apresentador Danilo Gentili, pelo tratamento dispensado aos roraimenses. Colocada em discussão e votação, a Moção de Repúdio foi aprovada. O Senhor Deputado Ribamar sugeriu que o Departamento Jurídico desta Casa tomasse outras providências contra o apresentador. O Senhor Presidente informou que, além da Moção de Repúdio, o Parlamento Amazônico tomará as devidas providências em relação à matéria. O Senhor Deputado Jalser Jenier informou que o Poder Legislativo de Roraima irá mover uma ação civil e criminal junto ao Ministério Público Estadual contra o SBT, produtores do programa e apresentador Danilo Gentili. O Senhor Secretário Coronel Chagas agradeceu aos parlamentares, palestrantes, equipe de apoio e público pela presença no evento, ressaltando que a vinda dos parlamentares deu mais legitimidade na luta do povo roraimense contra as ações que o Estado tem sofrido. O Senhor Presidente manifestou satisfação em presidir a reunião, ressaltou a importância do apoio da equipe técnica e dos parlamentares para o sucesso do evento. Convocou os parlamentares para a próxima reunião, a ser realizada no Amapá, no dia 24 de setembro, ocasião em que serão discutidos temas como o repasse das terras da União ao Amapá e outros assuntos pertinentes à Amazônia. Agradeceu a presença de todos e, não havendo mais nada a tratar, deu por encerrada a reunião. Eu Coronel Chagas, Deputado Estadual, lavrei esta ATA.

Deputado Estadual Sinésio da Silva Campos (PTAM)  
 Presidente do Parlamento Amazônico